

**EDILENE MARIA DE OLIVEIRA**

**A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO  
DO SUL: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO  
LOCAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO ACADÊMICO  
CAMPO GRANDE, MS  
2013**

**EDILENE MARIA DE OLIVEIRA**

**A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO  
DO SUL: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO  
LOCAL**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, como exigência final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Profª Drª Arlinda Cantero Dorsa e co-orientação da Profª Drª Cleonice Alexandre Le Bourlegat.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO ACADÊMICO  
CAMPO GRANDE, MS  
2013**

Ficha catalográfica

Quinhones, Dionatans Godoy  
Q7p Práticas de cuidado: a constituição de um sujeito na saúde na contemporaneidade / Dionatans Godoy Quinhones; orientação, Anita Guazzelli Bernardes. 2012  
112 f. + anexos  
Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

1. Saúde – Aspectos psicológicos 2. Psicologia clínica da saúde  
3. Sistema Único de Saúde I. Bernardes, Anita Guazzelli II. Título

CDD – 155.916

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Título:** A Educação a Distância do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul no apoio ao Desenvolvimento Local.

**Área de Concentração:** Desenvolvimento local em contexto de territorialidades.

**Linha de Pesquisa:** Desenvolvimento Local: Cultura, Identidade, Diversidade.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 22/02/2013.

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Arlinda Cantero Dorsa - Orientadora**

**Universidade Católica Dom Bosco – UCDB**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Augusta de Castilho**

**Universidade Católica Dom Bosco – UCDB**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cristina Paniago Lopes**

**Universidade Católica Dom Bosco - UCDB**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me dado a dádiva da vida, o amor de uma família, a força para lutar e a certeza de que o que faço sempre tem a intenção do bem.

À minha família e amigos que souberam compreender minha ausência, me apoiando durante todo meu estudo.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Arlinda Cantero Dorsa, que com sua dedicação, docura e muita propriedade, me conduziu ao final de mais esta etapa.

À minha coorientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cleonice Alexandre Le Bourlegat, que com todo acúmulo de atividades, ainda conseguiu tempo para apontar caminhos, com toda majestade que lhe é peculiar.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS, que me proporcionou a base de minha pesquisa, e que me faz ratificar o entendimento que tenho de educação: uma educação gratuita e de qualidade e a “formação de cidadãos, como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para construção de outro mundo possível” (PACHECO, 2011, p.29).

A todos os ‘pensadores’ da educação a distância, por acreditarem e propagarem a EaD como forma de romper barreiras e proporcionar novos rumos a educação, levando aprendizado a milhões de pessoas, muitas das quais, sem este meio não teriam a possibilidade de adquirir conhecimentos.

“O saber a gente aprende com os mestres e com os livros. A sabedoria se aprende com a vida e com os humildes” (Cora Coralina).

## RESUMO

O presente estudo refere-se à Educação Profissional e Tecnológica oferecida, por meio da metodologia a distância, pelo IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, cujo objetivo foi verificar os serviços e igualmente conferir se ao atender à demanda da localidade com a formação técnica subsequente, por meio da educação a distância e em que medida a referida instituição vem contribuindo para o desenvolvimento local e regional. Tem por questão norteadora identificar se os cursos de educação profissional e tecnológica subsequentes ofertados a distância pelo IFMS, podem gerar desenvolvimento local para o território de Mato Grosso do Sul. O estudo baseia-se em perspectivas, uma vez que o IFMS iniciou suas atividades em 2010, e os cursos de educação a distância ainda não têm turmas concluídas. Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada uma pesquisa histórica da educação profissional no Brasil, desde o seu início em 1808 até chegar aos dias atuais, com os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica e suas propostas inovadoras. O estudo também discorre sobre as ferramentas tecnológicas que hoje estão disponibilizadas no apoio a educação a distância, e ainda faz um relato da educação a distância no IFMS, sua metodologia e território. O trabalho também busca evidenciar o comprometimento institucional do IFMS no apoio ao desenvolvimento da localidade/região e o papel exercido pela educação a distância, ao mesmo tempo em que aprofunda o conteúdo teórico sobre desenvolvimento local. Além disso, apresenta o território do IFMS, seus serviços de educação profissional desenvolvido por meio da educação a distância, finalizando com características e percepções dos estudantes em relação à sua formação e à localidade em que vive. O interesse por realizar este estudo se deu pelo fato do IFMS ter suas vertentes voltadas para atuar em direção ao desenvolvimento da localidade e da região, tendo como finalidade a construção da cidadania. Ao ampliar sua área de ação, por meio da disponibilidade dos cursos na modalidade a distância para diversas cidades do estado, acaba por atender a um público que não tem acesso a qualificação profissional, fornecendo educação gratuita e de qualidade, e que de certa forma, está contribuindo para a inclusão social por meio da educação profissional. Neste sentido verificou que a educação a distância, tem possibilitado ao IFMS estar presente em maior quantidade de cidades, ampliando sua distribuição territorial, buscando sintonia com o local, reafirmando a vontade de consolidar a educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional. A educação a distância no IFMS se constitui como um caminho para ampliação rápida da educação profissional e tecnológica, do mesmo modo que possibilita uma melhoria no ensino, pois vem ao encontro do atendimento às exigências do mercado atual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação profissional a distância. Território. Desenvolvimento local.

## ABSTRACT

This study is a reflection on Professional and Technical Education offered through the distance methodology, by IFMS - Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso do Sul, whose aim was to verify the territorial services of IFMS, and check if in attending the demand of the locality with the subsequent technical training, through DL - distance learning, in which extension the institution has contributed to the locality / region development. Its guiding questions are, whether professional education courses and subsequent technological distance offered by IFMS, to what extent can generate locality development for the territory of Mato Grosso do Sul. The study is based on prospects, since IFMS began operations in 2010, and the courses of distance learning do not have classes yet completed so that we can perform an analysis with more concrete answers. To develop this study, was performed a historical review of vocational education in Brazil, since its inception in the late ninth century until the present day, with the Federal Institutes of Technology and Vocational Education and its innovative proposals. The study also presents technological tools that available to support distance learning education, it is realized an report of distance education in IFMS, its methodology and territoriality. The research also aims to reveal the institutional commitment of IFMS to support locality / region development and the role played by DL while deepening the theoretical content on local development, ending with of students' characteristics and perceptions about their training and location they live. The interest in performing this study was given by the fact that IFMS have its strands geared to act directed to act towards of locality and region development, intended for the construction of citizenship. By broadening its area of action, through the availability of courses in distance mode to various cities of the state, eventually cater to an audience that does not have access to professional training, providing free and quality education, and to some extent, is contributing to social inclusion through education professional. In this sense it appears that DL enables IFMS to be present in greater quantity of cities, expanding its geographical distribution, seeking harmony with the locality, reaffirming the will to consolidate education professional and technology with locality and region development. Distance learning in IFMS is constituted as a path to fast expansion of vocational and technological education in the same manner that enables an improvement in teaching as it comes to meet the attendance requirements of the current market.

**KEY WORDS:** Vocational education at a distance. Territory. Local development.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Mapa – Divisão geopolítica em 1909 .....	19
<b>Figura 2</b> – Mapa – Expansão da Rede Federal até 2010 .....	26
<b>Figura 3</b> – Características componentes do Sistema de Educação a Distância .....	42
<b>Figura 4</b> – Localização dos Campi do Instituto Federal de MS – IFMS .....	78
<b>Figura 5</b> – Território da Educação a Distância do IFMS .....	81
<b>Figura 6</b> – Laboratório Móvel – IFMS – Apoio aos Cursos de Educação a Distância .....	82
<b>Figura 7</b> – Ambiente de Aprendizagem do IFPR.....	89
<b>Figura 8</b> – Ambiente de Aprendizagem do IFMS .....	90

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Faixa etária X número de estudantes.....	93
<b>Gráfico 2</b> – Gênero X percentual de estudantes .....	95
<b>Gráfico 3</b> – Estudantes sem atividades remuneradas X atividades remuneradas .....	97
<b>Gráfico 4</b> – Renda (Salário Mínimo) por número de estudantes .....	99
<b>Gráfico 5</b> – Origem da Instituição de Ensino X número de estudantes.....	100
<b>Gráfico 6</b> – Estudantes X cidade em que vive.....	102
<b>Gráfico 7</b> – Número de estudantes X pretensões em continuar na localidade em que reside .....	103
<b>Gráfico 8</b> – Motivo da escolha pela EaD X número de estudantes .....	105
<b>Gráfico 9</b> – Percepção da metodologia EaD X número de estudantes .....	107
<b>Gráfico 10</b> – Número de estudantes que têm computador em casa.....	108
<b>Gráfico 11</b> – Estudantes que possuem internet em casa.....	109
<b>Gráfico 12</b> – Motivação para realizar o curso x número de estudantes.....	110
<b>Gráfico 13</b> – Realização do Curso X segmento atual em que trabalha .....	111

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	12
<b>1 ORIGEM E TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL .....</b>	15
1.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO IMPÉRIO .....	15
1.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA À ATUALIDADE .....	17
1.3 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	23
<b>2 ORIGEM, CONCEITO E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA .....</b>	27
2.1 ORIGEM E TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA .....	27
2.1.1 Educação a distância no mundo .....	28
2.1.2 Educação a distância no Brasil .....	31
2.2 CONCEITOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	35
2.3 FERRAMENTAS DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM .....	44
<b>3 O COMPROMETIMENTO INSTITUCIONAL DO IFMS PARA ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL/ REGIONAL E O PAPEL EXERCIDO PELA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA .....</b>	47
3.1 AÇÃO EDUCATIVA E FORMADORA EM DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	47
3.2 COMPROMISSO DO IFMS NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL/ REGIONAL .....	50
3.2.1 O capital social, a cultura e o desenvolvimento local.....	58
3.3 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO APOIO ÀS AÇÕES DO IFMS .....	60
3.4 TERRITÓRIO DOS SERVIÇOS NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL .....	63
3.4.1 As Comunidades Virtuais e as extensões territoriais.....	66
3.5 DA DESTERRITORIALIZAÇÃO AO TERRITÓRIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA .....	72

<b>4 O TERRITÓRIO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO IFMS EM MATO GROSSO DO SUL.....</b>	<b>75</b>
4.1 O TERRITÓRIO DA OFERTA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO IFMS.....	75
4.1.1 Contexto territorial de Mato Grosso do Sul para a definição das ações do IFMS .....	75
4.1.2 Território <i>multiCampus</i> do IFMS .....	76
4.2 O TERRITÓRIO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO IFMS POR MEIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA .....	78
4.2.1 Estrutura das unidades interativas da educação a distância no Mato Grosso do Sul.....	79
4.2.2 Rede de serviços da Educação a Distância em Mato Grosso do Sul.....	81
4.2.3 Ambiente de ensino e aprendizagem da Educação a Distância .....	84
4.2.4 Ambiente de pesquisa da Educação a Distância .....	91
4.3 CARACTERÍSTICAS DO SEGMENTO SOCIAL ATENDIDO PELA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM MATO GROSSO DO SUL .....	92
4.3.1 A faixa etária do segmento social atendido.....	92
4.3.2 Características dos estudantes por gênero.....	94
4.3.3 Características do estudante em relação a atividades remuneradas e salário mínimo recebido .....	96
4.3.4 Características dos estudantes em relação à origem de Instituição de Ensino.....	100
4.3.5 Características dos estudantes em relação ao município que vive .....	101
4.3.6 Características do estudante em relação a EaD – Educação a Distância ....	104
4.3.7 Perspectivas para realização do Curso .....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>118</b>
<b>APÊNDICE: MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES DA EAD DO IFMS.....</b>	<b>127</b>

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento local pode ser verificado como um processo contínuo, onde a própria comunidade, ao estar atenta a seus problemas e aspirações, por meio de esforços sucessivos, busca em suas potencialidades, competências e habilidades, soluções locais dos problemas e anseios detectados.

Entretanto, para que o desenvolvimento local aconteça, a educação e a formação são fatores importantíssimos, uma vez que para a comunidade aproveitar o potencial local, deve desenvolver os conhecimentos existentes, e isso fará mediante sua educação e formação. É por meio da construção do conhecimento, que esta localidade conseguirá desenvolver-se de forma mais justa e igualitária.

Entende-se que para que haja desenvolvimento local, a comunidade terá que estar em constante formação, utilizando-se da educação formal que recebe nas escolas e a não formal, que adquire empiricamente, ou seja, do conhecimento vivido, encontrado na experiência acumulada de cada localidade.

O Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS, por meio de uma formação profissional e tecnológica, atendendo às concepções e diretrizes de sua implantação, busca ofertar uma educação humana e cidadã, pautada na qualificação para a laboralidade, assim como assegurar a seu estudante a capacidade de manter-se em contínuo desenvolvimento, uma vez que se baseia na integração entre ciência, tecnologia e cultura. Entende-se que estas são dimensões indissociáveis da vida humana, e ao mesmo tempo, disponibiliza ao estudante mecanismos para seu desenvolvimento científico, levando os mesmos a construir sua autonomia intelectual.

Por meio da educação a distância, o IFMS pretende levar sua prestação de serviços educacionais, científico e tecnológico, a todo o território de Mato Grosso do Sul, atendendo por meio dos cursos técnicos subsequentes a distância, localidades que até então se encontravam sem a possibilidade de formação profissional.

O presente estudo refere-se à Educação Profissional e Tecnológica oferecida pelo IFMS, por meio da metodologia a distância, tendo com questão norteadora: em que medida os cursos de educação profissional e tecnológica subsequentes<sup>1</sup> ofertados a distância pelo IFMS podem gerar desenvolvimento local para o território de Mato Grosso do Sul.

O trabalho teve como objetivo geral verificar o território dos serviços do IFMS e em que medida a referida instituição vem contribuindo para o desenvolvimento local dos municípios onde está presente, ao atender à demanda da localidade com a formação técnica subsequente por meio da educação a distância. Os objetivos específicos foram: expor a origem e trajetória da educação profissional no Brasil; conceituar os fundamentos da educação a distância; verificar o comprometimento institucional do IFMS no apoio ao desenvolvimento local/regional e o papel exercido pelo ensino a distância e identificar o território dos serviços de educação profissional a distância do IFMS em Mato Grosso do Sul.

A pesquisa ora apresentada baseou-se em perspectivas, uma vez que o IFMS iniciou suas atividades em 2010, e os cursos de educação a distância terão suas primeiras turmas formadas somente em abril de 2013.

Para levantamento de dados junto aos estudantes do IFMS, foi elencado, estrategicamente, cinco municípios para análise. Os dados foram coletados nos meses de junho e julho de 2012. Para tanto, realizou-se um estudo exploratório com amostra aleatória de 712 estudantes (25% dos estudantes), por meio de um questionário.

O primeiro município pesquisado foi Campo Grande, onde se encontra o maior número de estudantes da educação a distância, e que faz parte da região central do Pantanal Sul-mato-grossense; posteriormente pesquisou-se o segundo maior município em quantidade de estudantes que é Ponta Porã e que faz parte do Sudeste do Pantanal, a seguir Corumbá que é o terceiro maior município em quantidades de estudantes em educação a distância, fazendo parte do baixo Pantanal, depois Três Lagoas que está a leste do estadoe, por fim, Coxim que se encontra no alto do Taquari.

A pesquisa não objetiva uma análise por cursos, nem por polos, mas sim englobou estudantes dos cursos de cada município escolhido para pesquisa. Tomou-se por base uma amostragem de 25% dos estudantes regularmente matriculados.

---

<sup>1</sup> Curso profissionalizante subsequente à necessidade de o aluno possuir o ensino médio completo. São cursos voltados para o mercado de trabalho, onde o aluno poderá adquirir conhecimentos avançados na área profissional correspondente ao que escolher (IFMS, 2012).

O estudo foi organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo destaca-se uma pesquisa histórica da Educação Profissional no Brasil, desde o seu início em 1808 até chegar aos dias de hoje, com os Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia e suas propostas pedagógicas. No capítulo II, foi feito um breve levantamento histórico da educação a distância no mundo e no Brasil. No capítulo III, verificou-se o comprometimento institucional do IFMS no apoio ao desenvolvimento local/regional e o papel exercido pela educação a distância. Procurou-se também aprofundar o conteúdo teórico sobre desenvolvimento local, estudo este que serviu de alicerce para as conclusões deste trabalho. O capítulo IV apresenta o território dos serviços do IFMS, como também o território dos serviços de educação profissional do IFMS por meio da educação a distância, finalizando com características e percepções dos estudantes em relação à sua formação e à localidade em que vive.

O interesse por realizar este estudo se deu pelo fato do IFMS ter suas vertentes voltadas a atuar a favor do desenvolvimento local e regional, tendo como finalidade a construção da cidadania. Ao ampliar sua área de ação, por meio da disponibilidade dos cursos na modalidade a distância para diversos municípios do estado, acaba por atender a um público que não tinha acesso a uma qualificação profissional, fornecendo educação gratuita e de qualidade, e de certa forma, pode contribuir para a inclusão social por meio da educação profissional.

Neste sentido, verifica-se que a educação a distância possibilita ao IFMS estar presente não só em um número expressivo de municípios, ampliando sua distribuição territorial, assim como em outras localidades que possui *Campus*, buscando sintonia com o local e, reafirmando a vontade de consolidar a educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional.

Tem-se por hipótese que a educação a distância no IFMS se constitui como um caminho para ampliação rápida da educação profissional e tecnológica, como também pode possibilitar uma melhoria no ensino, para atender às exigências do mercado atual.

É notório, que por meio dos cursos a distância oferecidos pelo IFMS, esses estudantes buscam a preparação para o trabalho, não somente como formação, mas como domínio de técnicas para situar-se na esfera do conhecimento e da cidadania.

## **1 ORIGEM E TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**

Neste capítulo é apresentado um breve histórico da Educação Profissional no Brasil, evidenciando seus diversos estágios, com seu início no Brasil Império, perpassando pelas Escolas de Aprendizes e Artífices, Liceus Profissionais, Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) até chegar aos dias atuais, com a Educação Profissional fornecida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

### **1.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO IMPÉRIO**

Para alguns historiadores a Educação Profissional no Brasil surge ainda no Brasil Imperial, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Em 1808, o Brasil deixa de ser colônia para ser sede do Reino Português. Com a chegada da família real, D. João VI cria o Colégio das Fábricas que foi considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público, objetivava atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal (GARCIA, 2000).

Nessa época, muitas transformações econômicas e políticas ocorreram, pois, o país deixou de ter sua economia pautada somente na agricultura e voltou-se também para o sistema colonial de trocas.

Iniciou-se a implantação de atividades e de empreendimentos industriais estatais e privados para subsidiar o comércio que interessava a metrópole. Ao mesmo tempo, gestou-se a formação do Estado Nacional e a constituição do aparelho educacional escolar, que persistiu por mais de um século, basicamente com a mesma estrutura (CUNHA *apud* MANFREDI, 2002 p. 72).

As primeiras instituições públicas voltadas à educação foram as de ensino superior, o ensino primário e secundário, segundo Manfredi (2002), eram cursos que serviam para preparar os alunos para a universidade.

O ensino primário ampliou-se muito vagarosamente, em 1824 foi instituída a instrução primária para todo cidadão, em paralelo, o Estado procurava criar um tipo de ensino separado do ensino secundário e superior, objetivava a formação da força de trabalho que estava ligada à produção do país: “[...] os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais” (MANFREDI, 2000, p. 75).

O ensino secundário fazia-se presente em poucos estabelecimentos, como os Colégios São José e São Joaquim, ambos no Rio de Janeiro. Foi por meio do Colégio São Joaquim que se originou o Colégio Pedro II, em 1837. As aulas régias funcionavam em diversos municípios, mas as aulas eram divididas com professores particulares. “Com o tempo o ensino secundário foi sendo desenvolvido, por ampliação e diferenciação, mas sempre tendo em vista o ensino superior” (MANFREDI, 2002, p. 75).

Nessa época, já haviam sido criadas as Instituições de nível superior como a Academia da Marinha e as Cadeiras de Anatomia e Cirurgia (1808), a Academia Real Militar (1810), cursos de Agricultura (1814), curso de Desenho Técnico (1818), a Academia de Artes (1820), todas essas instituições estavam sediadas no Rio de Janeiro. Já na Bahia em 1808, foram criadas as cadeiras de Economia Política, Agricultura (1812) e Química (1817). Em Recife, em 1809, foram criadas as cadeiras de Matemática Superior, História e de Desenho (MANFREDI, 2002).

Outro ponto merecedor de enfoque é que durante o Império, a formação da força de trabalho se concentrava nas associações religiosas e filantrópicas.

Entre os institutos criados nos anos 1850 para atender as crianças pobres, destaca-se o Asilo Santa Leopoldina, fundado em 1854 em Niterói, destinado a abrigar meninos e meninas; o Asilo de Órfãs Desvalidas, criado em 1855 no município de Desterro, Santa Catarina, criado para receber e educar meninas órfãs e expostas; o Colégio de Santa Teresa e o Asilo Santa Leopoldina, ambos criados em 1857 no município de Porto Alegre e que foram destinados a servir de casa de educação e de recolhimento para órfãs desvalidas e meninas desamparadas; o Colégio dos Órfãos e um correlato feminino, o Colégio das Órfãs, criados no Recife em 1855; o Colégio dos Educandos Menores e o Asilo de Órfãs e desvalidas, fundados no ano de 1856, em Fortaleza; a Casa dos Educandos Artífices de Manaus, criada em 1856, tinha por objetivo instruir a município desvalida e encaminhá-la para um ofício; a Casa das Educandas ou Colégio Nossa Senhora dos Remédios

também em Manaus foi estabelecida em 1856 (MARCÍLIO, 1998, p. 193-203).

Nesse período, havia a preocupação do Império em relação à busca da formação compulsória de trabalhadores em vários ofícios, porém, já havia um objetivo principal: retirar as crianças da rua para que não se transformassem em futuros desocupados, isso já era preocupação de tornar-se um perigo para a sociedade. De acordo com Marcilio (1998), o governo determinou que os órfãos fossem encaminhados às Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes de Marinheiros, pois a intenção era formar um contingente profissional para atuar na marinha e na guerra.

Entre 1840 a 1856, dez governos provinciais criaram as casas de educando artífices adotando o modelo de aprendizagem vigente no âmbito militar, destacando os padrões rígidos de hierarquia e disciplina, as crianças e jovens abandonados eram encaminhados para essas casas (MANFREDI, 2002).

Ainda segundo esta autora, por iniciativas de entidades da sociedade civil, entre 1858 e 1886 nascem os liceus de artes e ofícios, nas seguintes localidades: Rio de Janeiro (1858), Salvador (1972), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e ouro Preto (1886).

De uma forma geral o acesso aos cursos disponíveis era livre, a exceção era para os escravos. Os cursos eram divididos nas matérias de ciências aplicadas e artes.

## 1.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA À ATUALIDADE

Após a proclamação da república em 1889, os liceus continuaram a realizar as atividades e atendimentos propostos ainda no tempo do Império. “Durante o período republicano, os liceus foram mantidos e, em alguns estados, ampliados, servindo de base para a construção de uma rede nacional de escolas profissionalizantes” (MANFREDI, 2002, p. 78).

No Brasil Império, pode-se verificar que as práticas educativas, tanto realizadas pelas iniciativas privadas quanto pelo Estado, remetiam a duas vertentes: uma era a prática compensatória e assistencialista objetivando o atendimento dos pobres e desafortunados e a outra voltada à formação para o trabalho artesanal “[...] considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza” (MANFREDI, 2002, p. 78).

Segundo dados históricos do MEC (2012), em 1889, após a abolição legal do trabalho escravo, o Brasil computava 636 fábricas instaladas, com um contingente aproximado de 54

mil trabalhadores e uma população estimada em 14 milhões de habitantes, predominando a economia agrário-exportadora que contava com relações de trabalho rural pré-capitalista.

O novo regime Federativo da República veio possibilitar a realização de iniciativas por parte dos Estados da Federação no que diz respeito à organização do ensino profissional. Na concepção de Manfredi (2000, p. 85), “alguns governos estaduais redesenharam o funcionamento dos antigos liceus ou criaram suas próprias redes de ensino profissional”.

No Estado do Rio de Janeiro, o então governador Nilo Peçanha, por meio do Decreto n. 787 de 11 de setembro de 1906, fundou três escolas de ofícios em: Campos, Petrópolis e Niterói e uma escola de aprendizagem agrícola em Paraíba do Sul.

Por meio das ações abaixo descritas, em 1906, houve um marco histórico no que se refere à consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil na:

[...] realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho. A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando lhes mestres e operários instruídos e hábeis (BRASIL/MEC/SETEC, 2012).

Nilo Peçanha, já como Presidente da República, por meio do Decreto 7566 de 23 de setembro de 1909, instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, marco inicial da Rede Federal (ver figura 01), “[...] que culminou nas escolas técnicas e, posteriormente, nos CEFETS” (MANFREDI, 2002, p. 85).

**Figura 1 - Mapa - Divisão Geopolítica em 1909**



**Fonte:** Portal MEC – arquivos centenários históricos/2013

Ao longo do ano de 1910, foram inauguradas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, presentes em todo o território nacional, a seguir estão elencadas as instituições que passavam a compor a Rede Federal, como também as respectivas datas de inauguração (ver quadro 1).

**Quadro 1 - Inauguração das Escolas de Aprendizes e Artífices.**

Instituição	Data de inauguração
Escola de Aprendizes Artífice de Mato Grosso	01/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Piauí	01/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Goiás	01/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Rio Grande do Norte	03/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice da Paraíba	06/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Maranhão	16/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Paraná	16/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Alagoas	21/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Campo RJ	23/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Pernambuco	16/02/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Espírito Santo	24/02/1910
Escola de Aprendizes Artífice de São Paulo	24/02/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Sergipe	01/05/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Ceará	24/05/1910
Escola de Aprendizes Artífice da Bahia	02/06/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Pará	01/08/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Santa Catarina	01/09/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Minas Gerais	08/09/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Amazonas	01/10/1910

**Fonte:** Revista Brasileira da Educação Tecnológica (2009, p. 19)

Nessa época, as Escolas eram subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, continuando até 1930 quando passam a ser supervisionadas pelo recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Sete anos mais tarde, as Escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em liceus industriais (MANFREDI, 2002).

Ainda em 1930, a Educação Profissional passa a ser tratada como uma política pública no Brasil, “construindo espaço de negociação e, dessa forma, disputada por diversas frações de classes sociais” (SOUZA, 2011, p. 69).

Em 1942, as Escolas de Aprendizes e Artífices sofrem novas modificações e são denominadas escolas industriais e técnicas, configurando-se em 1959 como autarquias e sendo então denominadas como Escolas Técnicas Federais. No mesmo ano o SENAI – Serviço Nacional da Indústria foi criado pelo Decreto-Lei 4.048 de 22 de janeiro, tratando-se de uma instituição privada de interesse público, cujo objetivo era apoiar a indústria na formação de recursos humano, por meio da Educação Profissional e da prestação de serviços destinada ao trabalhador da indústria sendo este o objetivo até nos dias de hoje (SOUZA, 2011).

Em 10 de janeiro de 1946, segundo Souza (2011), foi criado o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, por meio do Decreto Lei 8.621, uma instituição privada de interesse público, com oferta da Educação Profissional destinada à formação de trabalhadores do comércio.

Publicou-se em 16 de fevereiro de 1959 a Lei n. 3552, que dispunha sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura. Em seu Art. 5º, verifica-se que os cursos técnicos teriam que ser compostos de quatro ou mais séries, para que assim fosse assegurada ao estudante a formação técnica para imediatamente exercer as profissões em que as aplicações tecnológicas exigissem um profissional dessa graduação técnica. O parágrafo único deste mesmo artigo menciona que “esses cursos devem adaptar-se às necessidades da vida econômica, das diversas profissões e do progresso da técnica, articulando-se com a indústria e atendendo às exigências do mercado de trabalho da região a que serve a escola” (BRASIL, 1959).

Com o passar dos anos são instituídas as Escolas Agrícolas Federais - escolas fazendas ligadas ao Ministério da Agricultura, e a partir do Decreto n. 60.731 de 19/05/1967 passam a ser supervisionadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Ao longo desse mesmo tempo vai se constituindo uma rede de escolas agrícolas – Escolas Agrotécnicas Federais, com base no modelo escola fazenda e vinculadas ao Ministério da Agricultura. Em 1967, essas escolas fazendas passam para o então Ministério da Educação e Cultura tornando-se escolas agrícolas. Em 1978, três escolas federais, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná são transformadas em centros federais de educação tecnológica (CEFET) equiparando-se, no âmbito da educação superior, aos centros universitários (SILVA, 2009, p. 07).

A autora acima citada destaca que na década de 1990, várias escolas técnicas e agrotécnicas foram transformadas em CEFET – Centros Federais de Educação Tecnológica, originando em 1994 a base do sistema nacional de educação tecnológica.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e o Decreto Federal 2.208/97 instituíram as bases para a reforma do ensino profissionalizante no Brasil. Segundo Manfredi (2000), formalmente, após a instituição da Lei, toda instituição de educação, quer seja privada ou pública, deveria ajustar-se às novas diretrizes educacionais que a legislação em vigor determinava. Em função disso, desde a década de 90, a Educação Profissional no Brasil vem adquirindo uma nova institucionalidade.

Em 1998, foram proibidas as construções de novas escolas federais pelo governo federal baseado na Lei n. 8.948, de 08 de dezembro de 1994.

Silva (2009) observa que vários atos normativos acabam direcionando os Centros Federais de Educação Tecnológica a uma oferta cada vez maior do ensino superior, sendo assim, os cursos técnicos passam a ser realizados pelos Estados e pela iniciativa privada.

Os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) acabaram por aumentar a segmentação já existente em relação à separação da educação técnica do ensino médio e a orientação para o ensino superior. Outro ponto observado é que os CEFETs reforçam e direcionam o acompanhamento do ensino médio com vistas à preparação dos alunos para a inserção, com qualidade, no ensino superior, sendo assim, “[...] a oferta no nível superior oscila entre propostas com viés mais acadêmico, em especial nas engenharias, e cursos superiores de tecnologia cada vez mais fragmentados” (SILVA, 2009, p. 7).

Após muitas discussões, em 2004, dá-se início a uma reorientação das políticas federais para a Educação Profissional e Tecnológica, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) “[...] primeiro com a retomada da possibilidade da oferta de cursos técnicos integrados com o ensino médio seguida, em 2005, pela alteração na lei que vedava a expansão da Rede Federal” (SILVA, 2009, p. 7).

Este documento intitulava-se “por uma profissionalização sustentável” e tinha como meta que a educação profissional no Brasil estivesse inserida num projeto novo de nação e de desenvolvimento sustentável, almejando uma distribuição de renda justa, inclusão e justiça social, integração internacional e a cooperação com vistas ao crescimento econômico e social.

De acordo com o pacto, a educação sustentável possibilita acompanhar à evolução tecnológica na atualidade, como também as transformações que ocorrem a todo o momento, “[...] assim a Educação Profissional e Tecnológica é levada ao estatuto de Políticas Públicas, e, como tal, é considerado direito e bem público, condição de desenvolvimento humano, econômico e social, comprometida com a redução das desigualdades sociais e regionais” (SOUZA, 2011, p. 43).

Ainda segundo a autora, o pacto apresenta a Educação Profissional e Tecnológica articulada a:

[...] um conjunto de outras políticas como: Políticas de Desenvolvimento Econômico, Políticas de Desenvolvimento Industrial, Políticas de Ciência e Tecnologia, Políticas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda, Políticas de Inclusão e Desenvolvimento Social, Políticas de Educação Básica e Superior, Políticas de Agricultura, Políticas de Saúde, Políticas para a Juventude e Políticas de Educação de Jovens e Adultos entre outras (SOUZA, 2011, p. 43).

A efetivação das políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica se dá por meio de ações desenvolvidas tanto pela sociedade civil quanto pelo governo, utilizando-se da rede de Educação Profissional, dos setores produtivos e dos trabalhadores. A consolidação dessas políticas, em relação ao Governo Federal, é definida a partir de cinco ações que devem ser realizadas, a primeira seria a realização de um novo ordenamento jurídico legal; dar mais ênfase e força às redes federais e estaduais de Educação Profissional e Tecnológica com maior valorização do professor e do estudante; políticas de financiamento, modernização e expansão; constituição de um subsistema de Educação Profissional e Tecnológica e realização de parcerias político privadas mais concretas (SOUZA, 2011).

De acordo com o Senado Federal (2012), em 2005, o Projeto de Lei da Câmara n. 70/2005 deu nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei n. 8.948, de 08 de dezembro de 1994, permitindo à União criar novas unidades de Educação Profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal.

Antes do início da expansão programada para os Institutos Federais, ainda em 2005, Silva (2009, p.07) afirma que:

[...] a Rede Federal contava com 144 unidades distribuídas entre centros de educação tecnológica e suas unidades de ensino descentralizadas, uma universidade tecnológica e seus *Campus*, escolas agrotécnicas e escolas técnicas vinculadas a universidades federais, além do Colégio Pedro II/RJ. O processo de expansão da Rede Federal – que deve alcançar 366 unidades em 2010 – colocou em evidência a necessidade de se discutir a forma de organização dessas instituições, bem como de explicitar seu papel no desenvolvimento social do país.

Em 29 de dezembro de 2008, após muitos debates, resultou-se na publicação da Lei 11.892, que no âmbito do Ministério da Educação criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os quais apresentam um novo modelo de Educação Profissional, estruturados a partir dos CEFETs, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vêm a ser uma síntese do que a Rede Federal construiu ao longo de uma história amparada pelas leis e políticas da Educação Profissional e Tecnológica do governo federal (ver quadro 2). Comenta Pacheco (2011, p. 12), que os Institutos têm características de inovação e ousadia, características estas que são necessárias, e visam atender a “[...] uma política e um conceito que buscam antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa”.

**Quadro 2 - Linha do tempo – Rede Federal – Educação Profissional**

1909	1937	1942	1959	1978	2008
Escolas de Aprendizes e Artífices	Liceus Profissionais	Escolas Industriais e Técnicas	Escolas Técnicas	Cetros Federais de Educação Tecnológica – CEFETS	Institutos Federais de Educação

**Fonte:** Adaptação/Portal MEC – arquivos centenários históricos/2013

### 1.3 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, como já mencionado, historicamente teve início em 1909, com a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices pelo então presidente Nilo Peçanha. Desses escolas surgiram os Centros Federais de

Educação Profissional e Tecnológicas, os CEFETS, no início, esses centros eram voltados para as classes mais desfavorecidas, no entanto, “[...] se configuram hoje como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas” (BRASIL/ MEC/SETEC, 2012).

Com a abertura dos mercados, em 1980, o Brasil passou a vivenciar um novo cenário econômico e produtivo, em paralelo observa-se o desenvolvimento de novas tecnologias, como também o crescimento da produção e ampliação de diversas prestações de serviços. Essa nova realidade exige mudanças urgentes, o que faz com que as instituições de Educação Profissional busquem ampliar o oferecimento de cursos e programas a fim atender às novas demandas com qualidade.

Hoje, a Rede Federal está presente em todo o território nacional “[...] presta um serviço à nação ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo” (BRASIL/ MEC/SETEC, 2012).

Atualmente a Rede Federal de Educação encontra-se em franca expansão, pode-se afirmar que é a maior expansão desde 1909. Até 2002, já haviam sido construídas 140 escolas técnicas no Brasil, atendendo a 120 municípios. Com a expansão ocorrida desde 2002, o Ministério da Educação até 2010 criou 354 *Campi* atendendo a 321 municípios, a previsão é de 2011 a 2014 chegue a 514 *Campi* com atendimento a 512 municípios.

Hoje fazem parte da Rede Federal: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Universidade Tecnológica Federal.

O reordenamento da Rede desde 29 de dezembro de 2008, conforme IFPR - Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Paraná, tem em sua composição:

31 centros federais de educação tecnológica (CEFETS), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. São 38 institutos federais presentes em todos estados, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Também integram os institutos as novas escolas que estão sendo entregues dentro do plano de expansão da Rede Federal. Essa rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos institutos federais, mas também oferecem Educação Profissional em todos os níveis. São dois CEFETS, 25 escolas vinculadas a universidades e uma universidade tecnológica (IFPR, 2012).

O Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso do Sul tomou maior vulto no ano de 2007, quando o Presidente da República sancionou a Lei n. 11.534 de 25.10.2007 que dispôs sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. Desta lei, culminou a criação da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul, com sede na capital do Estado, Campo Grande, e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina. Conforme prevê o Art. 2º desta lei, estas escolas foram criadas como entidades de natureza autárquica, vinculadas ao Ministério da Educação, nos termos da Lei n. 8.731, de 16 de novembro de 1993.

A Rede Federal de Educação Tecnológica ao longo de sua história sofreu muitas mudanças e vem evoluindo no decorrer de todos esses anos. Em 2008, a Lei n. 11892 de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Em seu Art. 2º a referida lei reforça a razão de ser dos Institutos Federais, uma vez que deverão fornecer educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, e serem especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, levando em consideração a conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas.

Em 2008, em decorrência da instituição dos Institutos Federais, houve a maior expansão da Rede, sendo que esta etapa está prevista para finalizar em 2014 (ver figura 2).

**Figura 2 - Mapa: Expansão da Rede Federal até 2010**



**Fonte:** Portal MEC – arquivos centenários históricos (2013).

Hoje são aproximadamente 400 *Campi* em todo o país, ligados a 38 Institutos Federais, além de várias unidades avançadas. Em cursos técnicos (50% das vagas), quase na totalidade em forma integrada com o ensino médio, licenciatura (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podem também oferecer especializações, mestrados profissionais e doutorado, desde que voltados para pesquisa aplicada à evolução tecnológica (PACHECO, 2011).

## **2 ORIGEM, CONCEITO E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Neste capítulo apresenta-se um breve histórico da educação a distância no mundo e no Brasil, como também conceitos de educação a distância, sua importância na atualidade, espaços e ambientes de aprendizagem e algumas ferramentas que a educação a distância faz uso.

### **2.1 ORIGEM E TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

O ambiente educativo tem, no mínimo, mil anos, entretanto seu desenvolvimento não acompanhou a velocidade e a complexidade da sociedade e das ciências humanas. Para Souza e Nunes (2000), a educação que se conhece mudou muito menos do que a realidade em que se vive.

A escola tem início no processo histórico que vem da decadência do regime feudal a constituição do capitalismo:

[...] Aquelas escolas constituídas por Santo Crodegango, foram após o reinado de Carlos Magno, dando espaço à constituição da escola pública, ao lado da episcopal ou religiosa, muito semelhante a que existe hoje, tanto do ponto de vista institucional, quanto a que diz respeito à metodologia de ensino e os rituais a ela relacionados (SOUZA; NUNES, 2000, p. 26).

A sociedade atual exige uma forma de educação diferente, onde as pessoas façam seus próprios horários, busquem sua autonomia no aprender e no ensinar, consigam aliar aprendizado com o mundo do trabalho, sabendo que esta nova sociedade, chamada de sociedade do conhecimento, deverá aprender ao longo da vida.

A contemporaneidade modifica o contexto social, diferentemente do que tínhamos no passado, a humanidade passou nos últimos anos e passa por transformações que não terão retorno. Pode-se citar a crescente urbanização, o aumento da qualidade de vida das pessoas,

o aumento da participação da mulher no trabalho remunerado, a introdução de novas tecnologias, etc. Isto e muito mais leva a necessidades mais amplas para a humanidade.

Ainda conforme Souza e Nunes (2000), uma forma de atender a esta nova realidade, em relação à educação, encontra-se na educação a distância, que se consolida como um caminho para a ampliação do acesso a educação, como também se apresenta como uma nova solução de melhoria da qualidade no ensino no que diz respeito às características apresentadas para o século XXI.

A educação a distância propõe novos modos de ensinar, fazendo uso das tecnologias de informação e comunicação, ferramentas estas que fazem parte da sociedade contemporânea, já incorporada na vida da maioria das pessoas.

Nas últimas décadas, houve uma das maiores inovações na área da educação, que é a criação, a implantação e o aperfeiçoamento de novas tecnologias de gerações de sistemas educacionais, possibilitando a ampliação da educação a distância. Esta, por sua vez, promove possibilidade educacional à maioria da população que não tinha acesso a educação formal e não formal, levando em consideração não somente critérios quantitativos, mas, a partir de critérios de qualidade, observando a flexibilidade, a autonomia, a liberdade e a crítica.

A educação a distância para Moran (2002, p. 1), é verificada como um processo de ensino aprendizagem, onde a mediação é realizada por meio de tecnologias e tanto professor quanto o aluno encontram-se separados espacial e/ou temporalmente “[...] podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem utilizar o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes”.

### **2.1.1 Educação a distância no mundo**

É provável, segundo Litto e Formiga (2009), que o primeiro modelo do método a distância apareceu com Caleb Philips em 20 de março de 1728, na Gazeta de Boston, EUA por meio de anúncio de aulas por correspondência. Todas as semanas eram enviadas as lições para os alunos que estavam inscritos em seu curso. “Após iniciativas particulares, tomadas por um longo período e por vários professores no século XIX, a Educação a distância começa a existir institucionalmente” (ALVES, 2011, p. 04).

Alves (2011), também destaca que em 1829 foi inaugurado o Instituto Líber Hermondes na Suíça, onde mais de 150.000 (cento e cinquenta mil) pessoas puderam realizar cursos por meio da educação a distância.

Isaac Pitman em 1840, na Grã-Bretanha, oferecia um curso para taquígrafos, que seria realizado por correspondência. Para Alves (2011), na Faculdade Sir Isaac Pitman realmente foi inaugurada a primeira escola de ensino a distância da Europa.

Em 1880, também aparece um curso preparatório para concursos públicos, o mesmo era realizado por Skerry's College (USA), também por correspondência.

Em 1856, em Berlim, inicia-se o curso de francês por correspondência. “[...] a Sociedade de Línguas Modernas patrocina os professores Charles Tous-saine e Gustav Laugenschied para ensinarem Francês por correspondência” (ALVES, 2011, p. 04).

Para Litto e Formiga (2009), em 1884 surgiram cursos por correspondência de contabilidade, realizado por Frouks Correspondence Tuition Service (USA), e em 1891, também nos Estados Unidos, houve o curso de segurança de minas, tendo como organizador, Tomas J. Foster.

Em meados do século passado, as Universidades de Oxford e Cambridge, na Grã-Bretanha, ofereceram cursos de extensão. Depois, vieram a Universidade de Chicago e de Wisconsin, nos EUA. Em 1924, Fritz Reinhardt cria a Escola Alemã por correspondência de Negócios (Bytwerk e Diehi, 1989). Em 1910, a Universidade de Queensland, na Austrália, inicia programas de ensino por correspondência. E, em 1928, a BBC começa a promover cursos para educação de adultos por rádio. Essa tecnologia de comunicação foi usada em vários países com os mesmos propósitos, até mesmo, desde a década de 1930, no Brasil (LITTO; FORMIGA, 2009, p. 3).

Os autores mencionam que do início do século XX até a segunda guerra mundial, houve várias experiências em relação à educação a distância, as quais permitiram o desenvolvimento da metodologia que se usava para o ensino via correspondência. Os anos foram passando e as metodologias utilizadas tiveram grandes influências dos meios de comunicação de massa.

Durante a II Guerra Mundial, com a necessidade de capacitar os recrutas norte-americanos com maior rapidez, verifica-se uma experiência de Fred Keller para o ensino da recepção do código Morse, que também foram utilizados, após a guerra, para a integração social dos atingidos pela guerra, como também para repasse de informações de novas

capacidades laborais para as populações que, em grande quantidade, migravam para os municípios da Europa em construção (SOUZA; NUNES, 2000).

O maior impulso da educação a distância se deu a partir da década de 60, “[...] com a institucionalização de várias ações nos campos da educação secundária e superior, que começou na Europa (França e Inglaterra) se expandindo aos demais continentes” (LITTO; FORMIGA, 2009, p. 3).

Para os autores, em nível de ensino secundário, apresentam os seguintes exemplos: Hermods-NKI Skolen, na Suécia; Rádio ECCA nas Ilhas Canárias; Air Correspondence High Schoool, na Coréia do Sul; School of de Air, na Austrália; Telesecundária, no México e National Extension College, no Reino Unido. Em nível Universitário temos: Open University, no Reino Unido; FernUniversität, na Alemanha, Indira Gandhi National Open University, na Índia e Universidade Estatal a Distância na Costa Rica (LITTO; FORMIGA, 2009, p. 3).

Estes autores também acrescentam a Universidade Aberta da Venezuela, a Universidade Nacional de Educação a Distância da Espanha, o Sistema de Educação a Distância da Columbia, a Universidade de Athabasca localizada no Canadá, e a Universidade para todos os Homens além das 28 universidades locais por televisão, localizadas na China popular, dentre muitas outras que gradativamente expandiram a educação a distância no mundo.

Em 1970, iniciou-se a transmissão de programas via satélite, os quais impulsionaram os programas de TV e a utilização da internet. Em relação a programas educacionais transmitidos via satélite se destaca os Estados Unidos, que têm longa experiência na educação transmitida via satélite. Algumas Universidades como a Universidade de Washington, Seattle, Alaska oferecem cursos à distância, nessa modalidade, desde 1971.

Em 1990 “[...] é implantada a rede Européia de Educação a Distância, baseada na Declaração de Budapeste e no relatório da Comissão sobre educação aberta e a distância na Comunidade Européia” (ALVES, 2011, p. 87).

No mundo, mais de 80 países dos cinco continentes, atualmente, adotam a educação a distância em todos os níveis. Atendem a sistemas formais e não formais de ensino, proporcionando o acesso à educação a milhares de estudantes. Litto e Formiga (2009), mencionam que a educação a distância também é utilizada na capacitação de professores, citando México, Tanzânia, Nigéria, Angola e Moçambique. Também destacam a utilização da educação a distância para educação não formal de ensino, como é o caso de capacitações nas

áreas de saúde, agricultura e previdência social, etc., tanto utilizada pela iniciativa privada como pelos governos. Destaca-se o grande número de capacitações e treinamentos desenvolvidos pela iniciativa privada utilizando-se da metodologia a distância.

### **2.1.2 Educação a distância no Brasil**

No Brasil, pesquisas apontam que a educação a distância se fazia presente já em 1900, em alguns jornais no Rio de Janeiro circulavam anúncios oferecendo cursos por correspondência, esses cursos eram de datilografia, os quais seriam ministrados por professores particulares (LITTO; FORMIGA, 2009).

Para estes autores, em 1904, houve um marco para a educação a distância no Brasil, com a instalação das Escolas Internacionais. Tratava-se de uma organização norte-americana, formalmente estruturada, existente em vários países até os dias de hoje. Todos os seus cursos estavam direcionados às pessoas disponíveis no mercado de trabalho. As ofertas dos cursos privilegiavam, principalmente, os setores de serviços e de comércio, os cursos eram por correspondência e os materiais didáticos encaminhados por correio, usando as ferrovias como transporte. Durante duas décadas, a educação a distância foi realizada somente por meio de correspondência, fato este, que também ocorria em outros países.

Souza e Nunes (2000) fazem menção que em 1923 iniciou-se outra forma de se realizar a educação a distância, foi criada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, cujo objetivo primordial era a promoção da educação pelo rádio. O Grupo era liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette Pinto. A rádio oferecia diversos cursos “[...] de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Tinha início assim a educação a distância pelo rádio brasileiro” (ALVES, 2011, p. 87).

A emissora tinha como função principal propiciar educação popular, fazendo uso do moderno sistema de difusão em curso tanto no Brasil como no mundo. A partir de então, os programas educativos começam a se multiplicar, repercutindo em outras regiões e outros países. Litto e Formiga (2009) ressalvam que a radio sociedade, em sua primeira fase, foi mantida pelo poder público e funcionava nas dependências de uma escola superior, depois, com muitas pressões, acabou sendo doada para o então Ministério da Educação e Saúde.

A segunda forma de transmissão do saber a distância foi via rádio. Souza e Nunes (2000) enfatizam que desde a fundação do Instituto Radio Técnico Monitor, sequencialmente

o Instituto Universal Brasileiro em 1941, são encontradas muitas outras experiências de sucesso “[...] durante muitos anos as empresas que promoveram cursos por correspondência foram as únicas oportunidades de ensino de muitos habitantes no interior do país” (SOUZA; NUNES, 2000, p. 51).

Em 1946, o Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial (SENAC) iniciou suas atividades, com o desenvolvimento tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo da Universidade do Ar, que em 1950 já atendia a 318 (trezentos e dezoito) localidades (LITTO; FORMIGA, 2009).

As emissoras da Universidade do Ar tinham como objetivo a oferta de cursos comerciais radiofônicos “[...] Os alunos estudavam nas apostilas e corrigiam exercícios com o auxílio dos monitores. A experiência durou até 1961, entretanto a experiência do SENAC com a educação a distância continua até hoje” (ALVES, 2011, p. 88).

Outro ponto que se deve destacar é o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), vinculado ao Governo Federal, criado pela Lei n. 5379, de 15 de dezembro de 1967, que colaborou muito com a educação a distância, principalmente pelo uso do rádio, pois contava com abrangência nacional.

Em 1970, o Governo Federal, por meio do rádio, elaborou o Projeto Minerva. Este projeto tratava-se de um convênio entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta, cuja finalidade era educar pessoas adultas e incluí-las, neste contexto, havia a obrigação da transmissão por parte de todas as emissoras de rádio brasileiras. Segundo Alves (2011), o projeto foi mantido até início de 1980.

Verifica-se que de 1960 a 1970, a televisão era utilizada para fins educacionais, “[...] Coube ao Código brasileiro de Telecomunicações, publicado em 1967, a determinação de que deveria haver transmissão de programas educativos pelas emissoras de radiodifusão, bem como pelas televisões educativas” (LITTO; FORMIGA, 2009, p. 10).

Também em 1970, a Fundação Roberto Marinho passou a transmitir um programa de educação supletiva, destacando-se programas de sucesso como Telecursos que atenderam e ainda continuam atendendo a números incontáveis de pessoas.

Em 1974, a Fundação de Tele Educação do Ceará (FUNTELC), conhecida como TVE do Ceará, criada na década de 1970, quando do processo de implantação das televisões educativas, se distinguiu das demais televisões por preservar como elemento central um projeto de educação a distância.

A PETROBRAS em 1975 desenvolveu o Projeto ACESSO, para atender aos seus funcionários em relação à conclusão do então 1º e 2º graus. Em 1978, o SENAI de São Paulo cria o programa de autoinstrução com monitoria.

No campo da educação, em 1970, os computadores chegaram ao Brasil, e algumas universidades começam a instalação de suas máquinas. Eram equipamentos de alto custo, que com o passar do tempo foram ficando mais acessíveis e hoje fazem parte da vida de toda a população.

O Instituto Nacional de a Distância (INED) esteve presente de 1989 a 1996 em Brasília, era uma organização não governamental dedicada à pesquisa e a difusão de conhecimento na área da educação a distância (SOUZA; NUNES, 2000).

Ainda segundo estes autores, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do ensino de Ciência – FUNBEC, desenvolveu de 1990 a 1991, com o apoio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o curso de matemática por correspondência, destinado aos professores de 1º grau.

Contando com o avanço dos meios de comunicação, de 1988 a 1991 verificam-se a internet sendo utilizada em maior proporção, de acordo com Costa e Farias (2008), com isso também se inicia a reestruturação do sistema de tele educação.

A década de 1990 registra ainda a criação da Universidade Aberta de Brasília (Lei 403/92), podendo atingir três campos distintos, Ampliação do conhecimento cultural: organização de cursos específicos de acesso a todos; Educação continuada: reciclagem profissional às diversas categorias de trabalhadores e àqueles que já passaram pela universidade; Ensino superior: englobando tanto a graduação como a pós-graduação (COSTA; FARIAS, 2008, p. 04).

Para Souza e Nunes (2000), muitas instituições escreveram a história da educação a distância no Brasil, citam algumas de grande relevância como a Universidade de Brasília, a Secretaria da Educação da Prefeitura de Curitiba montando uma equipe de educação a distância para suas capacitações (1994), a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) que instituiu o núcleo de Educação Aberta a Distância (NEAD) desenvolvendo cursos para professores (1995). Também em 1995, foi criada a Associação Brasileira de a Distância (ABED) “[...] a partir da ação articulada da Escola do Futuro, da Universidade de São Paulo e da Fundação Roberto Marinho. É uma entidade sem fins lucrativos que tem como finalidade o estudo, pesquisa, promoção e desenvolvimento de projetos na área de educação a distância” (SOUZA; NUNES, 2000, p. 63).

Em 1996, por meio do Decreto n. 1.917, de 27 de maio de 1996 foi oficialmente criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED). “[...] Entre as suas primeiras ações, nesse mesmo ano, estão a estréia do canal TV Escola e a apresentação do documento-base do programa Informática na Educação, na III Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Educação (CONSED)” (BRASIL/MEC/SEED, 2012).

Em 2004, foram implantados pelo MEC vários programas, por meio da educação a distância, Decreto n. 1. 917, de 27 de maio de 1996 de formação inicial e continuada para professores da rede pública, “[...] Entre eles, o Proletramento e o Mídias na Educação. Estas ações conflagraram na criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil” (ALVES, 2011, p. 06).

Em 2005, por meio de uma parceria realizada entre o MEC, estados e municípios, foi criada a Universidade Aberta do Brasil.

O programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância (BRASIL/MEC/SEED, 2012).

Em 2006, passa a vigorar o Decreto n. 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Inclui-se a modalidade a distância (BRASIL, 2006).

Em 2007, vigora o Decreto n. 6.303, de 12 de dezembro de 2007, alterando os dispositivos do Decreto n° 5.622 de 2008. “[...] Em São Paulo, uma Lei permite o ensino médio a distância, onde até 20% da carga horária poderá ser não presencial” (ALVES, 2011, p. 06).

Em 2009, entra em vigor “[...] a Portaria n. 10, de 02 de julho de 2009, fixando critérios para a dispensa de avaliação *in loco* e deu outras providências para a educação a distância no Ensino Superior no Brasil” (ALVES, 2011, p. 06).

Em 2011, a Secretaria de Educação a Distância (SEED) é extinta, devido a este fato, parte de seus programas e ações, atualmente, estão vinculados à Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). O que se refere à educação a distância dos Cursos Técnicos, os mesmos ficaram vinculados à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) (BRASIL/MEC/SETEC, 2009).

Na busca de informações históricas sobre a educação a distância, percebe-se que não existe um consenso entre os autores quanto ao início da metodologia no mundo e no Brasil, mas verifica-se que tem maior destaque a partir dos anos de 1990, com a popularização da internet, contando hoje com grande aparato tecnológico capaz de desenvolver cursos com muita qualidade.

As tecnologias voltadas para a educação a distância são fundamentais para o desenvolvimento da mesma, tendo como apoio diversas formas de comunicação, tais como: televisão, rádio, fax, telefone, telefones celulares e, incontestavelmente, a internet.

Atualmente, o Governo Federal brasileiro regulamenta e integra a modalidade à distância ao sistema educacional nacional, estabelecendo normas e regulamentações tanto para escolas públicas como privadas. Para o Governo brasileiro a educação a distância se apresenta como uma forma de democratização de educação, pois a metodologia fornece possibilidades de estudo a muitos cidadãos que não teriam outro meio para estudar e ampliar conhecimentos.

## 2.2 CONCEITOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O mundo se encontra em profundas mudanças, transforma-se em uma velocidade quase que impossível de acompanhar, com as exigências de uma sociedade complexa, marcada, principalmente, pela quantidade de informações disponíveis e com caráter fragmentário, exemplificado pelos meios de comunicação de massa e mais ainda pelo computador com os seus recursos. Portanto, as novas tecnologias contribuem para que o conhecimento e as informações se proliferem cada vez mais rápido e com maior dinamismo.

Nos últimos anos, a sociedade evoluiu de uma sociedade industrial para uma dependente da informação.

A tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor a eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo a energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energias foi o elemento principal na base da sociedade industrial (CASTELLS, 1999, p. 50).

A tecnologia da informação revoluciona o momento atual, é tão importante quanto outras revoluções marcantes na sociedade anterior. Atualmente, na chamada “sociedade do conhecimento”, a evolução da tecnologia da informação tem sido de forma colossal, principalmente após o advento da internet.

A educação a distância facilita o aprendizado daqueles que não podem estar presencialmente numa sala de aula, é uma metodologia que se apresenta com consistência, fornecendo novas possibilidades.

Esta modalidade de ensino vem como uma resposta propícia a vida moderna, pois há enorme flexibilidade em relação a tempo e espaço, este ponto favorece tanto aos estudantes, quanto a Instituição de Ensino e ao professor, trata-se de uma maneira de atender a um contingente cada vez maior, estando este indivíduo em qualquer lugar do mundo.

Para que a educação a distância atinja sua finalidade, é muito importante que os cursos sejam flexíveis, permitindo aos estudantes que não têm tecnologias de ponta, a inserção neste contexto, para isso os estudos preliminares da metodologia e ferramentas tecnológicas a serem utilizadas tornam-se importantíssimos.

Para Costa (1996), a tecnologia possibilita o conhecimento do que acontece nos diversos campos do saber, ocorre em razão da informação estar se multiplicando em grande escala e em todas as áreas. Toda esta mudança leva a uma sociedade com necessidades diferentes, pois o momento exige um sujeito com novas capacidades, habilidades e atividades, para isto é necessário buscar novos conhecimentos e desenvolver novas e constantes habilidades.

Entende-se, portanto, que o momento pede flexibilidade no aprendizado, pois não se trata de um processo homogêneo, dada às diferenças culturais e sociais que existem, mas em um processo profundamente heterogêneo, que deve ser entendido como prioridade em relação a políticas públicas voltadas para a educação.

No contexto mencionado, encontra-se a educação a distância que dispõe de muitas alternativas e recursos que permitem trabalhar em um modelo diferente de educação, que transcende o modelo de presencial e da temporalidade por meio do uso das tecnologias, dispensando a interação face a face com o professor.

Outro aspecto a ser abordado é que a metodologia utilizada na educação a distância atende às exigências atuais, pois vem ao encontro de uma nova realidade, uma educação

capaz de incluir e fornecer meios para atender às diversas e diferentes demandas educacionais.

É uma forma de aprendizagem organizada com separação física entre o estudante e professor. Para Belloni (2008), a educação a distância passa não só por procedimentos que permitem que se estabeleçam processos de ensino e aprendizagem ainda que não exista contato face a face como também permite que haja um alto grau de aprendizagem individualizada.

Deve-se considerar também que segundo Nunes (1994, p. 01), verifica-se a educação a distância como “[...] um recurso de incalculável importância como modo apropriado para atender a grandes contingentes de alunos de forma mais efetiva que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida”.

Corrobora com este pensamento, Landim (1997), pois para o autor a educação a distância vem a ser uma modalidade de ensino aprendizagem, que reduz as distâncias, como também os isolamentos geográficos, psicológicos e culturais.

Niskier (2000), assevera que a educação a distância é simples de ser compreendida, pois é uma modalidade em que o estudante e o professor encontram-se separados pela distância e, em algumas vezes, pelo tempo. Esta modalidade vem para alterar a antiga ideia de que numa relação de ensino aprendizagem, sempre haveria a necessidade da figura de um professor e de um grupo de estudantes presentes em uma sala de aula.

Outra concepção para a educação a distância é a propiciada por Moore e Kearsley (1996 *apud* MUGNOL, 2009, p. 9), ao se referirem a modalidade como ensino e não como educação, afirmando que o ensino a distância vem a ser “[...] um tipo de método de instrução em que as condutas docentes acontecem à parte das discentes, de tal maneira que a comunicação entre o professor e o aluno se possa realizar mediante textos impressos, por meios eletrônicos, mecânicos ou por outras técnicas”.

Importante contribuição vem de Lévy (2004), quando menciona que as tecnologias da informação e da comunicação evidenciam a necessidade de duas principais mudanças nos sistemas de educação e da formação, que seriam o emprego da educação a distância *on-line* e o reconhecimento de novas configurações de aprendizagem por meio das experiências social e profissional, e não mais somente por meio das formas tradicionais de educação.

A partir das percepções citadas infere-se que a educação a distância abre a possibilidade da promoção e proliferação de experiências de grande alcance social na formação educacional e cultural da população, atingindo um grande contingente de pessoas que até então se encontravam afastadas das instituições formais de ensino, ou se defrontam, atualmente, com dificuldades de acesso a elas.

Assim, uma das formas de fazer chegar a educação à população com maior democratização é por meio da educação a distância.

A educação aberta e a distância aparece, cada vez mais, no contexto das sociedades contemporâneas, como uma modalidade de educação extremamente adequada e desejável para atender às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças na nova ordem econômica mundial (BELLONI, 2008, p. 3).

Em relação ao que foi mencionado pela autora, é importante fazer uma ressalva sobre a educação aberta. Esta aumentou sua popularidade na década de 1970, seu uso é muito variado, mas normalmente se refere a um conjunto de práticas educativas onde o participante pode definir o conteúdo de sua aprendizagem. Pode ser usada na educação infantil e de adultos, formal e informal, como também atende a metodologia presencial e a distância. Constitui-se em um processo aberto de aprendizagem.

Para Okada (2008), a aprendizagem aberta se caracteriza pelo vasto acesso dos estudantes a tecnologia e materiais disponíveis, como também pela opção de escolha dos conteúdos e metodologia, por fim, pela ampla abertura a distintos públicos e variados locais, culturas e contextos.

Na educação aberta são utilizados os Recursos Educacionais Abertos (REA), os quais se encontram em diversos formatos e mídias, e estão disponibilizados em domínio público ou sob licença aberta.

Para Belloni (2008), o processo de globalização se intensifica a cada dia, proporcionando mudanças não somente no mercado, mas em todos os níveis e campos da sociedade, consequentemente surgem novas formas de consumo, estilos de vidas, novas maneiras de perceber o mundo e novas formas de aprender. A globalização deixa de ser um fenômeno meramente econômico e passa a ser percebida como a transformação do espaço e do tempo.

É interessante se refletir que à medida que se reduz os pontos geográficos, tanto a distância quanto o espaço sofrerão reduções, uma vez que as experiências humanas estão

conectadas a questão temporal. As mudanças que ocorrem na temporalidade da atividade humana fazem com que as percepções do espaço e do território sejam diferentes, pois incidem sobre a importância do local. A globalização acaba por repercutir em praticamente toda a vida humana, o que resulta num repensar sobre questões de diversos aspectos políticos e sociais.

Tal globalização “relaciona sua intensificação com o surgimento de meios de comunicação e de transporte em escala planetária. A interlocução global intensificada gera mudanças das relações tempo/espaço que tem consequência nos modos de operar da sociedade” (BELLONI, 2008, p. 4).

Quando as pessoas começam a ter contato com outras culturas, ainda que mediatizadas, isso gera uma descontextualização em relação ao local vivido e recontextualização em relação ao mundo globalizado, por mais que o contato seja virtual, os indivíduos se apropriam de novos parâmetros para compreender o contexto do local. “[...] Nesta dialética de globalização/localização, observa-se também um aumento da reflexividade<sup>2</sup>, característica típica da modernidade” (BELLONI, 2008, p. 4).

Pode-se entender que o indivíduo tem a possibilidade de rever e compreender o contexto local a partir dos novos conhecimentos e informações aos quais teve acesso.

Estas mesmas tecnologias que globalizam deste modo as informações estão sendo aplicadas à aprendizagem aberta e a distância, seja formalmente a partir de sistemas de educação a distância, seja de modo informal, por toda a parafernália de canais de televisão, redes telemáticas e produtos multimídia. As fronteiras entre a educação e entretenimento parecem se diluir, dando lugar ao aparecimento de uma série de novas formas de “aprender” que alguns estão chamando de “infotainment” (FIELD, 1995 *apud* BELLONI, 2008, p. 4).

Todas as mudanças geradas na economia, nas formas de trabalho, como também na cultura que a cada dia se torna mais globalizada e mediatizada, demandam formas inovadoras de ensinar, e assim atender a esta nova sociedade, que necessita de maior acesso a tecnologias e mais flexibilidades em relação às metodologias, currículos e materiais.

Com todas as mudanças verificadas na sociedade contemporânea e no campo da educação, não se pode considerar a educação a distância somente como meio para superação de problemas emergenciais, mas sim tratá-la como elemento regular do sistema educacional, imprescindível para atender as novas demandas de alguns grupos específicos.

<sup>2</sup> “[...] diz respeito à possibilidade de os aspectos da atividade social e das relações materiais com a natureza, em sua maioria, serem revistos radicalmente à luz de novas informações ou conhecimentos” (GIDDENS, 1997a, p. 18).

Para Gonçalves (2009), a educação a distância também assume funções crescentes no que diz respeito ao atendimento ao ensino da população adulta, incluindo aí a educação superior regular, educação tecnológica, assim como a formação continuada, uma questão gerada a partir da obsolescência acelerada do conhecimento que é consequência das novas tecnologias e nos novos conhecimentos.

A educação a distância é uma forte aliada no que se refere à formação continuada, uma vez que as transformações constantes por que passa o mundo do trabalho, exigem profissionais cada vez mais preparados e constantemente em desenvolvimento. A educação a distância acaba por proporcionar meios e maiores facilidades para que o homem atual mantenha-se em constante aprimoramento.

No que tange à educação continuada, o IFMS, baseando-se na proposta da Lei n. 11.892 de 29.12.2008 da implantação dos Institutos Federais, propõe a oferta de cursos Técnicos subsequentes a distância voltados a formação humana, cidadã, que precede a qualificação para a laboralidade. Está pautada no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento, ou seja, uma formação que possibilite a este cidadão um aprimoramento contínuo.

As sociedades contemporâneas e as futuras, onde estarão atuando as gerações que hoje se encontram nas escolas, solicitam um novo perfil de indivíduos e de trabalhadores nos diversos setores da economia. Assim “[...] a ênfase estará na necessidade de competências múltiplas do indivíduo, no trabalho em equipe, na capacidade de aprender e de adaptar-se a situações novas” (BELONNI, 2008, p. 5).

Para isso, será necessária a formação de um indivíduo que atenda às novas exigências, pois a interação das novas tecnologias de informação e comunicação passa a ser ferramenta pedagógica em prol da formação de um indivíduo com maior autonomia, competência e flexibilidade.

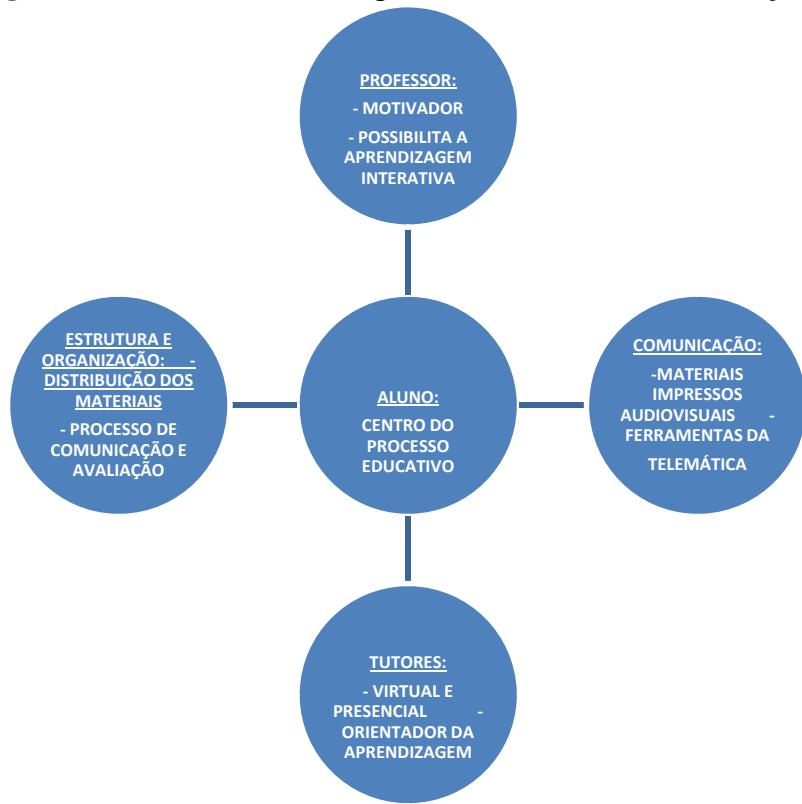
A partir do advento da internet, a mesma alterou, sem retorno, a forma como se dá a informação e a capacidade de resolução dos problemas diários. Rompeu as barreiras do tempo e espaço, de forma nunca imaginada. Surgem novas ferramentas tecnológicas que possibilitam a transmissão de textos, dados, imagens e sons para qualquer lugar do planeta, os alunos de hoje são filhos de uma sociedade que vive de informações e o mercado de trabalho necessita de profissionais que estejam por dentro das últimas tecnologias.

Lévy (2004) cita a nova relação com o saber, os novos paradigmas atuais, a necessidade das novas competências profissionais e a nova natureza do trabalho, que valoriza o conhecimento: aprender, transmitir, produzir; novas maneiras de buscar e promover a informação e novas formas de raciocínio e de buscar o conhecimento. Neste contexto, é importante atentar-se para educação a distância.

[...] como um conceito que abarca atividades de ensino aprendizagem nos domínios cognitivos e/ou psicomotor e afetivo de um aprendiz e uma instituição de suporte. Ela se caracteriza por uma comunicação não contínua e pode existir em qualquer canto, em qualquer tempo, o que a torna atrativa para os adultos com compromissos profissionais e sociais (HOLMBERG, 1989 *apud* SOUZA, 2000, p. 20).

É notório que a educação a distância está possibilitando, não somente aos jovens, mas a uma parcela significativa da população adulta, o acesso à educação. Para Landim (1997), quando se trabalha a educação a distância, existem quatro características que são necessárias compreender e que se constituem componentes do sistema de educação a distância (ver figura 3).

**Figura 3 – Características componentes do Sistema de Educação a Distância**



**Fonte:** Adaptação de Landim (1997)

Primeiramente, ele se refere ao ‘aluno’, pois é o centro do processo educativo. O aluno é um agente que necessita compreender o cenário em que se encontra, pois desempenha o papel mais importante, uma vez que é o grande responsável por sua aprendizagem. Ele passa a ser o principal sujeito na construção de seu conhecimento. Para que isso ocorra, é exigido por parte dele maior iniciativa, autonomia e disciplina. O aluno a distância deixa de ser receptor para atuar como coparticipante do professor na busca do desenvolvimento de sua aprendizagem.

O ‘professor’, no ensino a distância torna-se o motivador, é quem possibilitará a aprendizagem interativa e cooperativa no ambiente de aprendizagem. A princípio é quem concebe, constrói, organiza e administra as situações de ensino de acordo com as condições cognitivas do aluno. Ele precisa saber como acompanhar as atividades, para isso deve conseguir se comunicar muito bem através dos meios que utilizará, uma vez que se constituirá num facilitador da aprendizagem do aluno.

Muito importante para Landim (1997), é a ‘comunicação’, que deverá ser realizada por meio de materiais impressos, audiovisuais e das ferramentas da telemática, aí se incluem

internet, softwares, CD-ROM, vídeo interativo, hipermídia, e muitas outras. Na educação a distância, o processo dialógico é de suma importância, pois a linguagem escrita se transforma em ferramenta comunicacional, com um bom diálogo, o professor poderá manter a motivação do aluno durante sua ausência. A forma como um texto é apresentado poderá colaborar muito para o sucesso da aprendizagem.

Landim (1997) cita também a importância das tutorias, tanto virtual como presencial. No contexto da educação a distância, observa-se que a tutoria é percebida como uma ação orientadora. Para que isso ocorra, a tutoria se utiliza de um conjunto de ações educativas, que contribuirá para o desenvolvimento das capacidades do estudante.

A ação efetiva da tutoria levará a ampliação da autonomia e crescimento intelectual do estudante, uma vez que estará colaborando com as tomadas de decisões dos mesmos, a fim de que o estudante melhore cada vez mais o seu desempenho. O tutor tem um papel fundamental no contexto da educação a distância, uma vez que garante a inter-relação contínua do estudante com o ambiente de aprendizagem, com o material disponibilizado, com o professor da disciplina, com a instituição, enfim se apresenta como um articulador no processo educativo.

O modelo tutorial difere de instituição para instituição, pois há uma variação dependendo das especificidades locais, da metodologia utilizada e das TICs - Tecnologia da Informação e Comunicação disponibilizadas.

Outro aspecto importante para Landin (1997) é a ‘estrutura e organização’ dos materiais. Este ponto deve ser avaliado, pois se trata da distribuição dos materiais, dos processos de comunicação e avaliação, utilizados para o autor a estrutura e organização são processos iniciais do desenvolvimento de programas de educação a distância.

Atualmente, observa-se que os modelos tradicionais de educação se encontram inadequados e a utilização das novas tecnologias na educação ainda se apresenta como um desafio que não foi enfrentado profundamente. As características de um sistema de educação a distância apresentadas por Landim (1997), não podem ser consideradas como algo pronto e acabado, uma vez que a educação a distância depara-se com muitas mudanças e grandes evoluções.

Diante disso, verifica-se que as instituições de ensino brasileiras estão diante de um cenário de oportunidades e grandes desafios: fazer uma educação de qualidade por meio de muitas ferramentas tecnológicas que hoje estão à disposição para apoiar as instituições de

ensino. No caso específico deste trabalho, a análise volta-se à educação a distância em relação à Educação Profissional e Tecnológica.

## 2.3 FERRAMENTAS DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

Os ambientes da educação a distância podem apresentar muitas ferramentas que irão promover a comunicação assíncrona e síncrona. A comunicação síncrona é a realizada simultaneamente, ocorrendo em tempo real, é a ferramenta que se utiliza nos chats. Já a assíncrona é utilizada pelos fóruns e a mesma permite a postagem de mensagens, as quais o aluno terá contato com os demais quando acessar este recurso (MEHLECKE; TAROUCO, 2003).

São vários os itens que podem compor um ambiente de comunicação, dentre eles encontramos os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), os quais são desenvolvidos a partir de programas de computador que oferecem a possibilidade da realização de atividades de ensino-aprendizagem a distância (*on-line*). São exemplos de *softwares* que constituem esses ambientes: TelEduc, *Moodle*, Solar, Sócrates, *Blackboard*, dentre outros. Estes ambientes virtuais utilizam *e-mails*, fóruns, conferências, *chats*, arquivos de textos, arquivos de sons, arquivos de imagens, *wikis*, *blogs* e a utilização dessas ferramentas ajudam o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem a distância.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) foi criado a partir de uma definição estratégica, ou seja, um desenho instrucional, com escolha certa das ferramentas que farão parte desse ambiente, “[...] inclui ferramentas de comunicação, de colaboração e de publicação de conteúdos, e da definição da forma de utilização dessas ferramentas, além da disponibilização dos conteúdos propriamente ditos (textos, figuras, links etc)” (HAGUENAUER; MUSSI, 2009, p. 3).

Outro meio de comunicação é o *e-mail*, que se refere a uma forma digital de correspondência que se utiliza da rede da internet para enviar as mensagens, portanto é uma ferramenta assíncrona. É estimulada a troca de informações por meio das mensagens entre diversos membros, de uma dada comunidade virtual, que tem interesses comuns. Para Mehlecke e Tarouco (2003), também são chamada de lista de discussão.

Uma ferramenta assíncrona que se pode citar é a rede *World Wide Web* (WWW), trata-se de uma forma de comunicação assíncrona que é “[...] definida como um grande sistema de

informações que permite a recuperação de informação hipermídia. Ela possibilita o acesso universal de um grande número de pessoas a um grande universo de documentos” (MEHLECKE; TAROUCO, 2003, p. 03).

O FTP e *download* são ferramentas que disponibilizam arquivos contendo áudio, texto, imagens ou vídeos. O vídeo e o áudio sob demanda, para Mehlecke e Tarouco (2003), são ferramentas que permitem que se assista a vídeos e áudios, assincronamente, desde que previamente gravados e armazenados em um servidor.

O fórum trata-se de outra comunicação assíncrona, isso quer dizer que os usuários trocam mensagem, mas não em tempo real. Esta ferramenta permite a interação “um para muitos”, “muitos para um” e/ou “muitos para muitos”, como uma resposta a uma questão ou afirmação feita por um participante do fórum. É ferramenta que promove qualquer tipo de discussão e tem também como intuito promover a quebra de gelo inicial entre os participantes, como também propicia debates de temas postados por colegas ou pelos professores. Após fechado os fóruns de discussão, os mesmos ainda ficam disponíveis para leitura. Outro ponto observado é que, na prática, o fórum também tem sido utilizado para transmitir comunicados da coordenação ou dos tutores sobre algum tema que seja específico do curso (CORRÊA, 2007).

O *wiki* é uma ferramenta utilizada na construção de textos coletivos, utilizando-se de uma linguagem simples de marcação e um navegador de internet. “Com ele um grupo de pessoas constrói de forma coletiva um texto, que pode ser desde um texto simples, até uma página HTML mais elaborada, com gráficos, imagens, tabelas, entre outros recursos” (CORRÊA, 2007, p. 53).

Outra ferramenta assíncrona de comunicação é o mural que conforme seu próprio nome demonstra, realiza uma analogia com murais de avisos de uma instituição. No caso dos murais, não há troca de mensagens, serve somente para transmissão direta de informação a todos os membros do grupo, essa mensagem pode ou não estar relacionada com o tema do curso (CORRÊA, 2007).

O *Chat* (bate-papo) é uma ferramenta síncrona, com a finalidade de simular uma sala em que várias pessoas se encontram para conversar sobre os mais diversos temas. No ambiente do curso, é utilizada para promover conversas entre alunos e alunos e tutores. São necessárias duas ou mais pessoas acessarem a sala virtual e se comunicarem por meio de mensagens escritas.

Pode haver dois tipos de sala de *chat*, uma que fique o tempo toda disponível, não necessitando haver nenhum tipo de monitoria, e a outra é a marcada com antecedência pelo tutor para tratar de tema específico do curso. Esta sala precisa de monitoria do que está sendo postado pelos usuários, uma vez que o material postado pode ser utilizado como critério de avaliação. É uma ferramenta de interatividade, pois fornece ao usuário a possibilidade do esclarecimento de dúvidas em tempo real. Nas discussões do *chat*, o tutor é que será o mediador (CORRÊA, 2007).

A Web aula é composta por vídeo da aula-tema gravado pelo professor, com a apresentação dos slides do conteúdo (OLIVEIRA, 2011).

A Videoconferência ou *Webconference* refere-se à “comunicação bidirecional através de envio de áudio e vídeo em tempo real, via *Web*, por meio de câmeras acopladas ao computador”. Já a Teleconferência é “[...] definida como todo o tipo de conferência a distância em tempo real, envolvendo transmissão e recepção de diversos tipos de mídia, assim como suas combinações” (MEHLECKE; TAROUCO, 2003, p. 4).

A áudio-conferência refere-se a um sistema de transmissão de áudio, que pode ser recebida simultaneamente por um ou mais usuários. Outras formas complementares que auxiliam os alunos com dificuldade de acesso a internet é a utilização de recursos tais como: CDs, vídeos e materiais impressos (MEHLECKE; TAROUCO, 2003).

Para estes autores, em alguns casos, quando há a inclusão de outros recursos para os cursos virtuais, os mesmos acabam por facilitar o acompanhamento dos alunos que têm dificuldades de conexões da Internet nos cursos virtuais.

As ferramentas mencionadas permitem a oferta de uma educação com maior qualidade, agilidade, flexibilidade e novas possibilidades. Por meio das inúmeras ferramentas educacionais tecnológicas disponíveis, o ensinar e o aprender sofrem alterações profundas, propiciando um alcance geográfico sem comparação, como também possibilita a inclusão, uma vez que a estrutura física não mais será uma barreira para a educação.

### **3 O COMPROMETIMENTO INSTITUCIONAL DO IFMS PARA ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL/ REGIONAL E O PAPEL EXERCIDO PELA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

O objetivo do presente capítulo é discorrer a respeito dos compromissos institucionais que o IFMS apresenta em relação ao desenvolvimento local e regional. Tendo em vista esse comprometimento, busca-se identificar o papel da ação educativa e formadora em processos de desenvolvimento local do IFMS e verificar as potencialidades da educação a distância no fortalecimento desse objetivo no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

#### **3.1 AÇÃO EDUCATIVA E FORMADORA EM DESENVOLVIMENTO LOCAL**

A educação e a formação andam de mãos dadas, principalmente no momento em que a sociedade se encontra, pois frente a tantas mudanças há necessidade de educação e constante formação.

A educação pode ser verificada como um processo que antecede a formação e deve ser assegurada pelo Estado, enquanto escolaridade obrigatória, que é base de todos os outros processos de ensino aprendizagem. Para Quoniam *et al.* (2010, p. 153), “a formação resulta da necessidade de ajustar o que se ensina e o que se aprende aos interesses pessoais e, sobretudo às necessidades decorrentes da evolução tecnológica e do mundo do trabalho”.

Para Ávila (2000, p. 63), a educação e a formação encontram-se entrelaçadas, por meio da educação, a criança ou qualquer outro educando consegue desenvolver suas capacidades físicas, morais, intelectuais, como também social. É a forma de se passar de um estado básico para outro com maior aprimoramento. Já a formação “se situa num patamar básico de busca, decifração, discernimento e incorporação de sentidos e valores de determinada realidade”.

Para o autor, a formação e a educação são fenômenos complementares, uma vez que a educação implica numa formação como fundamento, já a formação necessita de educação para a concretização da dinâmica de vida do ser humano.

O direito à educação é reconhecido como direito fundamental do homem, sem distinção de gênero, raça, idade, credo ou classe social, sendo um componente substancial de qualquer política de desenvolvimento.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988, “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Portanto, o acesso à educação, além de ser requisito para o exercício pleno da cidadania, é condição mínima e indispensável de integração e empregabilidade na sociedade do conhecimento e da informação.

Para Brandão (1995), existe mais de uma forma de se perceber a educação, ela se dá de acordo com o momento do dia e da vida, e pode-se ter a educação na escola, em casa, no trabalho em ações do dia a dia, pois “para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos vida com educação” (BRANDÃO, 1995, p. 7).

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), em seu Artigo 1º, define: “A educação abrange processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, p. 1).

Sobre esta ótica, pode-se afirmar que a educação e desenvolvimento devem caminhar juntos, uma vez que desenvolve o ser humano independente de ser uma educação formal ou não formal.

Com relação à educação, para Borges (2011), ela não deve se apresentar meramente como um processo de conteúdos desconexos em relação ao fato, mas sim fazer com que o aluno conheça melhor a realidade em que está inserido e consiga transformá-la. Não deve somente proporcionar conhecimentos gerais, mas deve atuar na materialização desses conhecimentos, a fim de promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas que estão envolvidas.

Para esta autora, a escola não pode ser meramente um processo de aquisição de conteúdos, mas sim ter um papel importante no que diz respeito ao processo de articulação entre necessidades do desenvolvimento local e os conhecimentos repassados aos alunos, estes devem se configurar como instrumentos de intervenção sobre uma dada realidade, permitindo que todos tenham iniciativas mais inteligentes e conscientes.

Nesta perspectiva, verifica-se a educação no contexto de desenvolvimento local:

[...] o desenvolvimento local implica a formação e a educação da própria comunidade em matéria de cultura, capacidades, competências e habilidades que permitam a ela mesma, evidentemente, com a ajuda de todos os agentes e fatores externos, agenciar e gerenciar todo o processo de desenvolvimento da respectiva localidade, em vez de apenas participar de propostas ou iniciativas que venham de fora (BROSTOLIN, 2007, p. 108).

Para que a comunidade aproveite o potencial local, deve desenvolver os conhecimentos existentes, isso ocorre por meio da busca de formação e educação no que concernem às competências e habilidades necessárias para o desenvolvimento de tal potencialidade.

Couto (2006) salienta que a educação modifica a vida das pessoas, eleva a produtividade das empresas e faz com que a população se torne mais competitiva no cenário econômico, uma vez que acaba por elevar sua produção, proporcionando progresso tecnológico e competitividade para os mesmos.

A educação tanto formal como informal pode contribuir imensamente para o desenvolvimento local, pois segundo Borges (2011, p. 56), “[...] a educação fortalece e a dissemina valores, princípios e normas de convivência construídas coletivamente e transmitidos pela situação cotidiana fortalecendo laços de pertença”.

Entende-se que para que haja desenvolvimento local, a comunidade terá que estar em constante formação, utilizando-se da educação formal que recebe nas escolas e a não formal, que adquire empiricamente, ou seja, do conhecimento vivido, encontrado na experiência acumulada de cada localidade.

### 3.2 COMPROMISSO DO IFMS NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL

Os Institutos Federais têm exercido o compromisso de apoiar processos de desenvolvimento local e regional desde quando foi reconhecido como estabelecimento de ensino industrial, sob nova organização escolar e administrativa, de acordo com a Lei n. 3552 de 1959 e pelo decreto n. 50 492 de 1961.

O primeiro objetivo apresentado por essa lei foi: “proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos”. Importante assinalar os termos do parágrafo único dessa lei a respeito da natureza do ensino proposto, que ainda vem sendo obedecido: O ensino ministrado nesses estabelecimentos se processará de forma a atender às diferenças individuais dos alunos, buscando orientá-los do melhor modo possível, dentro de seus interesses e aptidões.

De fato, é no atendimento a esse parágrafo da lei, que os cursos de capacitação técnica dos institutos federais são sempre estruturados a partir das demandas locais. Procura-se respeitar, nesse aspecto, não só os interesses e aptidões dos alunos, como as potencialidades e especificidades locais e regionais. Portanto, a ação educativa e formadora dos institutos federais tem no seu cerne fundador a finalidade de servir de suporte ao processo de desenvolvimento já latente no local e região. Para o IFMS, a assimilação de novas técnicas com aumento na produtividade, de acordo com as ideias referendadas por Furtado (1992), torna-se um processo de desenvolvimento quando proporciona melhoria do bem estar de uma dada comunidade. Nesse sentido, segundo aponta Vasconcellos e Garcia (1998, p. 205), torna-se fundamental num processo de desenvolvimento promover:

[...] as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Os institutos federais vislumbram a possibilidade de proporcionar uma sociedade com condições para se chegar a uma sociedade desenvolvida. De acordo com Couto (2006), “[...] uma sociedade começa a ser desenvolvida, quando apresenta como indicadores chave, ampliação do tempo médio de vida, qualidade de vida sempre crescentes e onde haja pleno aproveitamento de todas as potencialidades locais” (COUTO, 2006, p. 02).

Por serem instituições com um modelo inovador em termos de proposta político-pedagógica, cujo conceito utilizado pelo Ministério de Educação tem sido único, eles exercem o papel de instituições certificadoras de competência profissional (PACHECO, 2011).

A Lei 11.892 de 29.12.2008, em seu Art. 6º, reafirmou o comprometimento que os Institutos Federais ainda mantêm com o desenvolvimento local e regional, que podem ser apreciados em suas finalidades:

- I - ofertar Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a Educação Profissional e Tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à Educação Profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições 38 públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

Os Institutos Federais têm como meta desenvolver uma formação cidadã, utilizando-se de adaptações, técnicas e tecnológicas que atendam às demandas regionais emergentes. Devem proporcionar uma integração entre a educação básica, profissional e superior, levando também à otimização das estruturas físicas e os recursos humanos.

A Educação Profissional ao atender às demandas locais, é fator que pode gerar desenvolvimento e fortalecimento de arranjos produtivos, sociais e culturais locais, estimulador de pesquisa e programas de extensão, como também se constituir em centro de referência de Educação, Ciências e Tecnologias, em razão de objetivar a formação de

cidadãos com visões críticas embasados em teorias e experiências adquiridas durante os anos de formação.

Pacheco (2011) ressalta que o objetivo central dos Institutos Federais não está, simplesmente, em formar um profissional para atuar no mercado de trabalho, mas sim, formar um cidadão para o mercado de trabalho.

A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (PACHECO 2011, p. 8).

Para o autor, os Institutos Federais têm como proposta não só agregar a formação acadêmica à preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, como também busca caminhos de vida mais digna aos cidadãos discutindo os princípios e elementos essenciais para a definição de uma estrutura curricular voltada a Educação Profissional e Tecnológica. “Assim, derrubar barreiras entre ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos” (PACHECO, 2011, p. 15).

A Rede Federal, por meio dos Institutos Federais, “[...] inicia a construção de uma instituição inovadora, ousada, com um futuro em aberto e, articulada com as redes públicas de educação básica, capaz de ser um centro irradiador de boas práticas” (PACHECO, 2011, p. 15).

A implantação dos Institutos Federais relaciona-se ao conjunto de políticas que está em curso para a Educação Profissional e Tecnológica, podendo-se afirmar que se caracteriza como um marco histórico do que foi a Educação Profissional no Brasil e das enormes possibilidades que se abrem para o futuro da formação do cidadão brasileiro, não somente no que diz respeito à sua formação acadêmica e cidadã para o mundo do trabalho.

Os Institutos Federais têm plena autonomia em sua área de atuação no que se refere a criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos oferecidos, mediante a autorização do Conselho Superior.

Atualmente, as instituições que trabalham com a educação profissional e tecnológica têm a responsabilidade direta e indireta em relação ao desenvolvimento local, com vistas à sustentabilidade do local e da região.

Para Girardo (2002, p. 40), junto com a integração mundial e com o rompimento das fronteiras econômicas, surge uma tendência de impulsionar e fortalecer o local e o regional. Existe a valorização por parte dos governos democráticos, do município que aparece como meio mais próximo para desenvolver a cidadania e o local neste contexto, passa a ser verificado não só como espaço privilegiado na construção da cidadania social como também é percebido como um lugar de participação, de exercício de direitos. Para esta autora, a fragmentação do espaço nacional leva a uma independência cada vez maior das políticas e da economia local.

Nesta perspectiva, os Institutos Federais se estabelecem como política pública para a educação profissional:

[...] esse novo desenho construído traz como principal função a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para a irradiação das ações o desenvolvimento local e regional. O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social (PACHECO, 2011, p. 14).

Os Institutos Federais atuam a favor do desenvolvimento local e regional, prezam pela construção da cidadania e para a consecução deste objetivo, realizam um diálogo constante com as localidades, utilizando-se de audiências públicas antes da implantação de seus cursos. Esta ação se faz necessária para se conhecer a realidade que estarão atuando, pois suas demandas educacionais devem partir das demandas locais.

O local desempenha um papel importantíssimo na história, é o que é próximo, é onde ocorrem as experiências e vivências, constituindo as identidades e percepções de um povo. É no lugar que se encontra o registro da cultura e história, é daí que vem a importância do local como *lócus* de aprendizagem. Na visão de Santos (2008), é a partir do local, que se tecem os processos de transformações sociais.

Compreendendo a importância do local, a proposta dos Institutos Federais de acordo com Pacheco (2008), é que durante suas intervenções deverão explorar as potencialidades de desenvolvimento e a vocação produtiva do local e verificar a questão da geração e transferência de tecnologia e conhecimentos, com vistas à inserção de mão de obra qualificada no local. O autor ainda aponta que para isso ocorrer é de suma importância que

haja, constantemente, um monitoramento do perfil socioeconômico-político-cultural da região de atuação.

Silva *et al.* (2009) realizam alguns comentários e reflexões sobre a Lei 11.892 de 29.12.2008 (Lei de criação dos Institutos Federais). Ao analisar a lei, salientam que os Institutos Federais vislumbram a promoção da justiça social, a equidade e o desenvolvimento sustentável, como também devem caminhar ao encontro de soluções técnicas de geração de novas tecnologias, na busca da constante inclusão social.

Neste contexto, os Institutos Federais devem rapidamente verificar e dar respostas ágeis e eficazes às demandas profissionais que ocorrerão por meio de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

A atuação dos mesmos poderá ser em todos os níveis e modalidades no que concerne à educação profissional, com foco no desenvolvimento integral do cidadão trabalhador, “[...] devendo articular, em experiência institucional inovadora, todos os princípios fundamentais do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): visão sistêmica da educação; enlace da educação com o ordenamento e o desenvolvimento territorial” (SILVA, 2009, p. 8).

A proposta dos Institutos Federais é contribuir com uma educação transformadora, uma vez que tem como perspectiva, a mudança social, possibilitando aos trabalhadores tanto uma formação que atenda tanto às exigências do mundo atual, quanto a uma formação continuada, onde se reconheçam as competências profissionais e conhecimentos tácitos adquiridos, combinando-os com o que solicita os currículos formais.

É bom salientar que a perspectiva dos Institutos Federais é formar e qualificar pessoas no local, a fim de atender e desenvolver as necessidades do lugar.

Os municípios, segundo Baquero (2008), representam a esfera local no Brasil, apropriados para serem focados em políticas que envolvam processos de desenvolvimento endógeno, por se tratar da primeira instância política de decisão. “[...] O município brasileiro constitui-se numa organização formal, com limites e população claramente definidos e representa a unidade de governo local no sistema político federativo brasileiro” (BAQUERO, 2008, p. 179).

Além disso, na escala territorial local, o desenvolvimento pode ser impulsionado, em função dos tipos de experiência e envolvimento dos habitantes que vêm nele o seu mundo existencial, com quem tem necessidade de criar raízes para sua segurança (RELPH, 1979). É nesse sentido que Santos (2008, p. 158) entende o lugar vivido na escala local como uma

forma de os indivíduos funcionalizarem o mundo, já que é por meio do lugar que o mundo é percebido empiricamente. O lugar é “um centro de significados construído pela experiência” “[...] o lar, o lócus de reminiscências e o meio de ganhar a vida” (TUAN, 1980 p. 107).

Já Yazigi (2002, p. 24), ao observar o local menciona a alma, apresenta esta metáfora como sendo aquilo que tem de melhor em um lugar, a alma transcende o tempo. Para ele a alma vem a ser as materialidades, práticas e representações, ou seja, existe alma quando existe paixão das pessoas pelo lugar. A alma vai além da ciência, havendo a necessidade de um entendimento mais elevado que o acadêmico, para ele “[...] A alma está oculta, mas é perfeita. É o que um lugar qualquer tem de melhor”.

Conforme o apresentado pelos autores mencionados, constata-se que é no lugar que se encontram as reais oportunidades dos seres humanos presentes nos processos democráticos, possibilitando o desenvolvimento local, como processo intrínseco ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas e sociais de um território.

Para Couto (2002), o conceito de desenvolvimento local começa a aparecer na década de 1980 na Europa, mas na América Latina somente há menos de duas décadas. Menciona também que em alguns países da América Latina, a expressão é denominada desenvolvimento regional, uma vez que ao existirem diferenças de país para país, cada um tem suas conjunturas políticas e sociais derivadas de cada sociedade.

Outro ponto observado pela autora, é que na Europa, mais precisamente na Espanha e na Itália, o desenvolvimento local tem seu enfoque mais econômico, a abordagem encontra-se voltada para o desenvolvimento institucional e empresarial.

A autora dimensiona ainda que o atual governo brasileiro não rejeita o conceito europeu, mas preferiu incluir o termo territorial ao invés de local, ela acredita que a opção se dá pelo fato de o termo territorialidade ser mais amplo que o termo local.

*[...] Las variadas aplicaciones del concepto se dan en función de una búsqueda de adaptación del modelo estratégico a los contextos diferenciados definidos regional y políticamente. En términos generales lo que predomina en todos esos conceptos es la indicación del abordaje endógeno del territorio como elemento determinante de las estrategias de dinamización del proceso de desarrollo (COUTO, 2006, p. 02).*

No Brasil, o desenvolvimento local inicia seu debate mais incisivo a partir da Conferência Mundial Sobre Meio-Ambiente, também conhecida pela abreviação “ECO-RIO/92”, porém tem sua disseminação a partir de 1996 (ÁVILA, 2003).

Para Milani (2002), desenvolvimento local pode ser entendido como um conjunto de atividades entre os diversos elementos que compõe uma sociedade tais como: sua cultura, economia, meio ambiente, política, educação e tecnologia, como também os agentes que se fazem presentes em diferentes escalas da economia e da política, ou seja, do local ao global.

O desenvolvimento local, para Zapata (2005), apoia-se na ideia de que as localidades e territórios têm economias de escalas ainda não exploradas, dispondo de recursos humanos, econômicos, institucionais, culturais e ambientais. Em sua visão tudo isso constitui potencialidades para o desenvolvimento.

Assim, os estímulos à diversificação da base econômica local, favorecem o surgimento e expansão de empresas locais. “[...] As economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios”. Neste sentido, deve-se compreender o território “[...] como um ator inteligente, que pode provocar transformações e não apenas um suporte dos recursos e atividades econômicas” (ZAPATA, 2005, p. 01).

Corroborando com este pensamento, Ávila (2003), afirma que o desenvolvimento local pode ser verificado como um processo onde as potencialidades, competências e habilidades do local serão utilizadas pela comunidade, incentivando a solidariedade local, em uma contribuição tanto de agentes internos como externos. Os problemas, os anseios e as necessidades do lugar, serão buscados resoluções no próprio local.

O DL se configura justamente como processo que considera, respeita e aproveita as peculiaridades (ou modos de ser e agir), a realidade (enquanto complexidade dos contextos social, cultural e meio ambiental) e as potencialidades (das pessoas e do meio) de cada comunidade-localidade, entendendo-se inclusive que em relação a esses aspectos nunca uma comunidade-localidade é igual a outra (ÁVILA, 2006, p. 18).

Ao analisar os agentes internos e externos, propulsores do desenvolvimento local, o autor afirma que existe uma diferença entre ‘desenvolvimento local’ e ‘desenvolvimento no local’. O desenvolvimento no local é quando os agentes externos são os promotores de desenvolvimento e a comunidade participa. Aos agentes externos “[...] cabe o apoio logístico, na condição de autênticos pedagogos de formação e encaminhamento comunitário, para a acima referida escalada comunitária” (ÁVILA, 2003, p. 49).

Couto (2006) refere-se aos agentes externos e internos como atores sociais, para ela, não existem processos de desenvolvimento sem os mesmos, pois são eles que promovem o

desenvolvimento. Menciona que o conceito de atores sociais refere-se ao papel social e político que cada qual desempenha em uma dada instituição, quer seja governamental, privada, ONGs ou do próprio cidadão em um dado processo social.

Existe uma tendência antiga em valorizar somente os agentes econômicos como atores de desenvolvimento, esquecendo-se da sociedade e dos grupos de excluídos como propulsores de desenvolvimento. Quando se aborda desenvolvimento local, todos os envolvidos são elementos indispensáveis. “[...] *Es decir, todos los actores sociales públicos o privados que estén presentes en determinado espacio geográfico o territorio deben ser movilizados para participar del proceso. Todos sin excepción son considerados piezas importantes del tablero*” (COUTO, 2006, p. 4).

Verifica-se, portanto, que para esta autora o processo do desenvolvimento local pode ocorrer em um bairro, num distrito ou povoado, ou mesmo num município ou numa micro região. Quando se trata do tema desenvolvimento local, deve se destacar a importância da inter-relação entre a economia, a política e o social.

Sendo assim, no desenvolvimento local é a própria comunidade que toma as rédeas da situação e realiza o agenciamento e gestão do seu desenvolvimento, enquanto os agentes externos são os que participam.

Castilho (2009) reforça que o desenvolvimento local deve partir da perspectiva da valorização do ser humano, uma vez que o ser humano é sujeito de seu próprio desenvolvimento. “[...] A práxis do desenvolvimento pode ser entendida como o exercício para uma ação mais efetiva que envolve o indivíduo por meio da práxis comunitária na qual se encontra face a face com a comunidade”. É na comunidade onde vive, onde participa de um determinado grupo social, que o mesmo pode “[...] se exprimir, argumentar, criticar, denunciar, dialogar, exigir, reivindicar e transformar a sua realidade” (CASTILHO *et al.*, 2009, p. 1).

Reforça este pensamento, Ávila (2000, p. 69) quando afirma que os agentes externos atuam no sentido de apoio à comunidade, servem de “[...] ‘combustível’ e ‘baterias’ que acionam o ‘motor da comunidade’ para que ela mesma pouco a pouco se torne capaz de tracionar o progresso de suas condições de qualidade de vida, sob todos os pontos de vista social, econômico, cultural, etc.”.

Outra contribuição importante com relação à explicitação do que seja desenvolvimento local é de Marques (2010, p. 3) quando nos traz uma definição semântica da palavra que permite:

*[...] una diversidad respecto a sus conceptos. Sus ideas centrales tienen siempre relación con generación de empleo, participación activa, agentes internos y externos, sostenibilidad, movilización, conservación de los recursos naturales, innovación, solidaridad e igualdad social. El desarrollo local es el resultado de la acción articulada del conjunto de los diversos actores existentes en el espacio local. La promoción del desarrollo local depende de la capacidad de organización de los actores locales para la gestión de los recursos locales y de su capacidad de afrontar los factores externos. El desarrollo local es un proceso de movilización para la conquista de un desarrollo sostenible que armoniza los cambios, la elevación de las oportunidades de las poblaciones, el crecimiento económico la conservación de los recursos naturales y la igualdad social, bajo de postura de innovación.*

Por mais que existe quem ainda defende a possibilidade de desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social, já é mais do que constatado que quando a população participa, é visível a melhoria nos indicadores de desenvolvimento social, como também é notório que a promoção de fatores sociais de desenvolvimento, de forma eficiente e integrada, levará a alterações nos resultados do desenvolvimento econômico.

### **3.2.1 O capital social, a cultura e o desenvolvimento local**

A primeira vez que se mencionou capital social foi em 1916, definida por Hanifan como sendo ativos intangíveis que contam com a maior parte das pessoas em sua vivência diária, ou seja, no que se refere à confiança, companheirismo, simpatia e relacionamento entre indivíduos e família, os quais compõem uma unidade social.

Pode-se também fazer referência a Pierre Bourdieu, filósofo francês, (1980) considerado precursor no emprego do conceito de capital social como “constituído pelo conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento” (BOURDIEU, 1980, p. 2 *apud* BAQUERO, 2008).

No entanto, para Couto (2006), não há um conceito definitivo para capital social, faz referência a Putnam como sendo um dos melhores investigadores sobre o assunto, afirmado que o entendimento do que é capital social é primordial quando se pretende compreender

funções sociais como: cooperação, confiança, identidade, comunidade, amizade, solidariedade, etc.

Em relação à cultura é importante no que se refere à identidade de um território ou de uma localidade. “[...] *Se pueden generar condiciones de desarrollo, incluyendo los factores de capital humano, social y cultural en un territorio, al lado de lo productivo, de forma tal que se identifiquen sus necesidades y potencialidades*” (COUTO, 2006, p. 5).

A autora aponta a importância de capital social e cultura quando fala em desenvolvimento local:

[...] *El capital social y la cultura han sido percibidos como componentes no visibles del desarrollo, pero tiene un papel importante cuando se busca entender funciones sociales como cooperación, confianza, identidad, comunidad, amistad, solidaridad, etc. Los programas de desarrollo y de lucha contra la pobreza vienen, cada vez más, refiriéndose a las correlaciones entre el buen funcionamiento de las instituciones básicas como mecanismos anticorrupción, calidad de las instituciones públicas, credibilidad y otros, como generadores de avances importantes en las sociedades con desarrollo e igualdad social.* (COUTO, 2006, p. 5).

O capital social para Baquero (2008), é um conceito amplo que compreende características culturais, de existência, de confiança, reciprocidade e solidariedade em uma sociedade, essas características são importantíssimas no aperfeiçoamento da democracia, das pessoas, das comunidades, da sociedade política e do Estado.

Para o autor a integração entre os vizinhos favorecia a acumulação de capital social, “[...] que pode satisfazer imediatamente suas necessidades sociais e pode ter uma potencialidade suficiente para a melhoria substancial das condições de vida em toda a comunidade” (BAQUERO, 2008, p. 105). Também menciona que durante anos, o tema capital social ficou esquecido e que somente no final da década de 1970 foi retomado o debate sobre o assunto.

Quando as comunidades, por meio da confiança, companheirismo e do bom relacionamento buscam melhorias na qualidade de vida, acabam por expor mais e melhor as potencialidades do local, levando à participação mais ativa da sociedade nas definições do poder político e na busca de um ambiente mais saudável e socialmente justo, sendo assim, acabam por promover o desenvolvimento local. Fica claro também que há necessidade de liberdade e forte inclusão de informações.

Neste contexto, verifica-se que o capital social e cultura são de extrema relevância para o desenvolvimento local, uma vez que o desenvolvimento da localidade se dará com o aproveitamento das potencialidades locais, por meio da utilização das peculiaridades existentes no seu contexto social, cultural e ambiental.

### 3.3 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO APOIO ÀS AÇÕES DO IFMS

O IFMS tem como missão a oferta da Educação Profissional e Tecnológica, buscando o desenvolvimento local e regional, e primando pela qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Sua visão apresenta-se como referência em Educação Profissional e Tecnológica com vistas a induzir o desenvolvimento social e a qualidade de vida, pois seus valores enfatizam o desenvolvimento sustentável, ética, qualidade nos serviços prestados e respeito à diversidade.

Com atenção à ética, busca sempre o que é bom para o indivíduo e para a sociedade, procurando estabelecer a natureza de deveres no relacionamento indivíduo-sociedade, moralmente, ou seja, obedecendo a normas, princípios, preceitos, costumes e valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social.

Outros aspectos priorizados voltam-se à qualidade nos serviços prestados, pois busca atender ao que foi especificado, em conformidade com as exigências solicitadas, atendendo às expectativas, ao respeito à diversidade na promoção da convivência, da diversidade de expressões culturais, sociais, religiosas e étnicas, com relação à equidade social, na utilização de critérios de justiça e na busca da isonomia e igualdade social.

O IFMS procura aumentar as oportunidades educacionais nas áreas profissionais, levando o jovem e o adulto a permanecer no Estado de Mato Grosso do Sul, fazendo com que não haja necessidade de deslocamento para outros locais para buscar elevação educacional, fato que sugere uma aceleração no desenvolvimento dos municípios em que os *Campus* estão presentes.

No início de suas atividades, contou com a oferta de Cursos Técnicos Profissionalizantes integrados ao ensino médio e oferta de PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos).

De acordo com informações obtidas junto à Pró-Reitoria de Ensino e Pós Graduação do IFMS, em 2010, fez uma parceria com o IFPR – Instituto Federal do Paraná trazendo para o Mato Grosso do Sul a Educação a distância na modalidade subsequente. As aulas são disponibilizadas via satélite pelo IFPR, e o apoio às aulas é realizado por meio de um ambiente virtual de aprendizagem e apostilas cedidas pelo parceiro.

Em 2011, iniciou a oferta dos cursos superiores com a parceria com o IFPR na modalidade a distância concomitantemente, ofereceu também cursos a distância na modalidade subsequente com proposta pedagógica própria.

Em relação aos cursos técnicos de nível médio, estes visam a preparar os estudantes para o setor produtivo, capacitando-os com conhecimentos práticos e teóricos.

O desenvolvimento da Educação Profissional de nível médio se dá de quatro formas:

- a) Integrada: destina-se somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental. O aluno, com uma única matrícula, obtém a capacitação técnica e profissional juntamente com o ensino médio, frequentando uma única instituição. O currículo para este curso é planejado para 04 anos, reunindo os conhecimentos do ensino médio às competências da Educação Profissional.
- b) Concomitante: a concomitância é uma complementariedade entre o curso técnico e o ensino médio. Esta modalidade permite que o aluno curse o ensino médio em uma instituição distinta e complemente os estudos com o ensino técnico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, nesse caso o aluno tem duas matrículas distintas.
- c) A modalidade subsequente é destinada às pessoas que já tenham cursado o nível médio, sendo que o aluno cursará apenas as disciplinas referentes ao currículo profissional. Essa modalidade é oferecida na Educação a distância.
- d) O PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Para esta modalidade é necessário ter terminado o ensino fundamental e possuir idade mínima de 18 anos.

Com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, a Presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei n. 12.513/2011 de 26.10.2011 (instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC). Esta lei prevê vários subprogramas, projetos e ações técnicas de assistência técnica e financeira, a previsão é a oferta de oito milhões de vagas nos próximos quatro anos, as quais atenderão brasileiros de diferentes perfis. As ações do PRONATEC são:

a criação da Bolsa-Formação; a criação do FIES Técnico; a consolidação da Rede e-Tec Brasil; o fomento às redes estaduais de EPT por intermédio do Brasil Profissionalizado e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica (EPT).

No que se refere à educação a distância, o programa destaca a consolidação da Rede e-Tec Brasil, lançado em 2007 e que tem como objetivo a oferta de Educação Profissional e Tecnológica a distância. Abrange cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; cursos de educação profissional técnica de nível médio, curso de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2011).

A rede e-Tec Brasil têm como objetivo a ampliação e democratização ao acesso aos cursos técnicos de nível médio, público e gratuito, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, na metodologia a distância. Os cursos serão ministrados por instituições públicas.

O responsável pela assistência financeira na elaboração dos cursos é o MEC, enquanto a estrutura física, equipamentos, recursos humanos, manutenção das atividades e demais itens necessários para a instituição dos cursos cabe aos Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2011).

Conforme Resolução n. 3 de 09 de julho de 2008, que dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, o Conselho Nacional de Educação institui o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

O catálogo é utilizado para abertura de cursos tanto na modalidade presencial como na modalidade à distância e agrupa os cursos conforme suas características científicas e tecnológicas em 12 Eixos tecnológicos que somam ao todo 185 possibilidades de oferta de cursos técnicos. Os Eixos Tecnológicos são: Ambiente; Saúde e Segurança; Controle e Processos Industriais; Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Apoio Educacional e Gestão de Negócios.

Para um melhor esclarecimento, o Parecer CNE/CEB n. 11/2008 assim se refere:

A partir da nova classificação, em Eixos Tecnológicos, para educação profissional de nível superior, conforme o Parecer CNE/CEB nº 277/2006, entendemos ser necessária a adoção dessa organização também para os cursos técnicos de nível médio, frente aos cenários científicos de construção de competências similares, baseadas na significativa expansão da

especialização profissional, no surgimento de novos sistemas produtivos, novos métodos e novas concepções educacionais... As Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação pela Resolução CNE/CEB nº 4/99, com base no Parecer CNE/CEB nº 16/99, atualizadas pelo Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e pela Resolução CNE/CEB nº 1/2005, permanecem plenamente válidas, mesmo após a edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, exceto no que se refere à organização da oferta desses cursos, segundo a lógica das áreas profissionais, o que implica a revogação dos Anexos da Resolução CNE/CEB nº 4/99, bem como a alteração do artigo 5º da referida Resolução, de acordo com o Anexo Projeto de Resolução, nos termos do instituído Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (BRASIL, 2008).

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos atua como um guia para nortear estudantes, educadores e instituições que realizam ofertas de cursos técnicos na rede de ensino, como também orienta entidades representativas de classe no que se refere à oferta de cursos técnicos em todo o Brasil.

É importante enfatizar que ao nortear as instituições, não impede que os cursos sejam desenvolvidos atendendo peculiaridades locais, o que possibilita currículos com linhas formativas diferentes de região para região.

Os cursos a distância dos Institutos Federais são ofertados conforme o eixo tecnológico que atende à localidade de atuação e suas especificidades.

#### 3.4 TERRITÓRIO DOS SERVIÇOS NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL

O território é produto do uso ou apropriação que se faz de um determinado espaço para determinados fins e o IFMS, intencionalmente, procurou fazer uso do espaço de Mato Grosso do Sul para colocar em prática seus propósitos educacionais e de formação profissional a serviço do desenvolvimento local e regional. Para esse fim, estabeleceu uma estratégia específica de apropriação do espaço na oferta de seus serviços, dependente da leitura e interpretação que essa instituição faz de cada espaço produzido pelos Estados brasileiros em que pretende se instalar.

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente “[...] o ator territorializa o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Quando alguém se apropria de um determinado espaço, quer seja ele concreto ou abstrato, está territorializando o mesmo. Para esse fim, ele interpreta

o espaço existente construído, por meio de sua cultura, valores e objetivos. O território está apoiado no espaço.

Santos (1996) traz mais uma contribuição sobre este assunto ao afirmar que não se pode confundir espaço com território. O território é fruto da apropriação do espaço, por meio das práticas cotidianas, já o espaço é a configuração territorial - a paisagem e sociedade – de territórios anteriormente construídos por processos de interação social e as representações que se faz dessa configuração, dotando-a de valores e significados.

Portanto, espaço são formas materiais, interpretadas pela subjetividade individual e coletiva. As formas podem permanecer as mesmas durante muitos anos, mas a sociedade está em constante transformação, em função de novas territorializações. “[...] Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes” (SANTOS, 1996, p. 77).

Para Santos (2008), grandes mudanças ocorrem na atualidade, uma delas é a relevância do papel da ciência, da tecnologia e da informação. Para ele, estamos num momento em que o meio técnico-científico substitui o meio natural. Por meio desses novos instrumentos os atores reinventam novas formas de uso do espaço, portanto o reterritorializam.

Salienta ainda que após a segunda guerra mundial, o território se apresenta com conteúdos maiores de ciência, tecnologia e informação, isso faz com que o mesmo, tanto no meio rural quanto urbano, acabe por se remodelar, portanto por se constituir novos territórios. As consequências são de grande importância “[...] de um lado na composição técnica do território e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernetica, as biotecnologias, as novas químicas, a informação e a eletrônica” (SANTOS, 2008, p. 121).

Sendo assim, os novos territórios são construídos com base em ciência, tecnologia e informação, fazendo com que o trabalho se torne mais científico, resultando em territórios cada vez mais informatizado.

A análise da territorialização, realizada pela prática dos atores no âmbito do cotidiano vivido, deve levar em conta a ideia de espaço banal defendido por François Perroux (1967), que acredita ser o espaço banal entendido como sendo oposto à noção de rede:

[...] As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justificam a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes,

apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns (PERROUX, 1967, p. 145).

No entanto, as práticas no mundo da ciência, técnica e informação, também são realizadas em rede e geram territórios em rede. Para Santos (2008), são os mesmos lugares que formam as redes e o espaço banal. Em cada situação, o lugar exerce funções diferentes. Esses acontecimentos simultâneos somente são possíveis em função da ciência que cria novas solidariedades: “[...] a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares” (SANTOS, 2008, p. 139).

A atualidade nos apresenta mudanças profundas, “[...] devido ao processo das técnicas e das comunicações, a esse território se superpõe um território das redes, que num primeiro momento dá a impressão de ser uma realidade virtual” (LUCCI, 2002, p. 01).

Assim, o território em redes não deve ser percebido como um espaço virtual, pois as redes são realidades concretas, as mesmas são formadas por pontos interligados, cuja tendência é estar presente em toda a superfície terrestre, porém, conforme cada continente terá uma determinada densidade. As redes se constituem na base do mundo globalizado, por meio delas que caminham os fluxos de informações.

A era da informação: economia, sociedade e cultura –, a nossa sociedade está constituída em tomo de fluxos: fluxos de capital, fluxos da informação, fluxos da tecnologia, fluxos de imagens, sons e símbolos. Esses fluxos não representam apenas um elemento da organização social, mas são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica. O tipo de rede de visualização mais fácil para representar o espaço de fluxos é a rede constituída pelos sistemas de processos decisórios da economia global, especialmente os do sistema financeiro (CASTELLS, 1999 *apud* LUCCI, 2002, p. 01 ).

Lucci ao analisar Castells, acredita que houve a substituição do espaço de lugares pelo espaço de fluxos, que o tempo cronológico teria se transformado em tempo ‘intemporal’, e que o tempo das redes de comunicação passa a ser um eterno presente. O espaço de fluxo nada mais é que a forma de organização material das práticas sociais em tempo compartilhado.

Para Santos (1985), o mundo se encontra em uma nova fase histórica, passamos pela revolução da informação, os lugares podem ser ligados instantaneamente graças a informática. Para ele tanto o espaço geográfico como o sistema urbano estão atualmente hierarquizados por fluxos de informação. “[...] A rede urbana se torna, assim, um fenômeno ainda mais

complexo, definido por fluxos de informações hierarquizados e fluxos de matéria que, nas áreas mais desenvolvidas, não são hierarquizantes” (SANTOS, 1985, p. 18).

### 3.4.1 As Comunidades Virtuais e as extensões territoriais

As comunidades são organizações temporais, apresentam-se com interesses individuais que giram em torno de um tema comum, essas peculiaridades não são percebidas somente nas comunidades que se apresentam fisicamente, mas também são características que fazem parte das comunidades virtuais que se relacionam no ciberespaço.

Para Harasim (2005), as palavras comunicação e comunidade são oriundas de uma mesma raiz ‘*comunicare*’, cujo significado é ‘compartilhar’, este vem a ser a chave da civilização humana, uma vez que as comunidades se apresentam como a base da sobrevivência e do desenvolvimento. A autora afirma que a chegada das redes de computador nos anos de 1960, mas precisamente o e-mail seguido das redes de computadores na década de 1970, impõe imensas transformações para a humanidade, as quais não são somente tecnológicas, mas também na esfera social. Com a evolução tecnológica, as formas de comunidades sofrem modificações globais, com a internet surgem as comunidades virtuais, as quais se proliferam nos campos intelectuais, sociais, recreativos e educacionais.

Quer sejam comunidades fisicamente constituídas ou virtualmente, em ambos os casos há necessidade de considerar que comunidades são entidades que possuem determinadas características, levando sempre em conta o tema em que une esses indivíduos. Seus valores são essencialmente simbólicos e estabelecem intencionalmente limites e se constituem a partir da vivência de cada um de seus participantes.

Para Batler (2008), uma comunidade, não necessariamente, possui um lugar físico, ela pode existir somente devido a afinidades entre pessoas, já Rebs (2009), defende que as comunidades virtuais são extensões territoriais, uma vez que se observa uma tendência em manter uma ligação com o espaço concreto.

[...] ‘se espelham’, apropriando-se assim, do nome destes locais, de fotos que identificam estes territórios ou, ainda, de representações gráficas destes territórios concretos no universo virtual. Este movimento parece sugerir a existência de uma necessidade do ser humano em ligar-se ao seu espaço de procedência, carregando um sentido identitário que faz com que ele tenha sempre uma busca pela ligação de seu lugar de origem, ao ambiente concreto. Assim, existem ambientes no ciberespaço que se caracterizam por serem estas representações, estas supostas extensões identitárias destes locais

físicos, permitindo com que todos os indivíduos que por ali passarem, identifique-no como tal (REBS, 2009, p. 2).

Morin (2009, p. 83), afirma que “[...] de mãos dadas com a ideologia do progresso, com o impulso e aceleração que produz infraestrutura das Tecnologias de Informação e Comunicação, a economia se mundializa até se transformar num todo independente”. Também acredita que apesar de muitas frustrações e erros, a humanidade passa por um aprimoramento, apontando que as tecnologias são condições necessárias para uma possível sociedade planetária, mas também reconhece que somente as tecnologias não são suficientes.

Percebe-se que Morin acredita que as tecnologias vêm para somar e são de grande valia no que diz respeito à construção de uma comunidade planetária, para ele este processo é irreversível.

Para que haja a comunicação entre as pessoas não é mais necessário a presença física, os relacionamentos podem ser construídos sem o contato face a face. A tecnologia proporciona formas para que as pessoas troquem informações, construam conhecimentos, se relacionem por meio do mundo virtual. Este espaço constituído a partir das novas tecnologias de comunicação é denominado, por diversos autores, como ciberespaço.

Rheingold (1996), um dos primeiros autores a fazer uso do termo comunidade virtual, já afirmava que estas são compostas por grupos humanos que se relacionam por meio do ciberespaço e essa combinação constrói relações sociais e culturais diferenciadas, de acordo com o interesse de cada grupo.

Para o autor, na realidade as “comunidades virtuais são os agregados sociais surgidas na Rede, quando os intervenientes de um debate o levam por diante em número e sentimento suficientes para formarem teias de relações pessoais no ciberespaço” (RHEINGOLD, 1996 p. 18).

Segundo Lévy (1998), a palavra ciberespaço é de origem americana e foi utilizada pela primeira vez por em 1984 por Willian Gilbson, autor de ficção científica. Willian designava o ciberespaço como sendo o universo das redes digitais, ali era onde ocorriam os encontros e as aventuras.

O autor ainda destaca que atualmente existem inúmeras correntes literárias, políticas, musicais, artísticas que se utilizam do termo ciberespaço para muitas coisas “[...] menos os novos suportes de informação do que os modos originais de criação, de navegação no conhecimento e de relação sociais por ele propiciados” (LÉVY, 1998, p. 104).

Lévy também afirma que o ciberespaço é um campo amplo, aberto e que não deve ser reduzido a um só componente. “[...] Ele tem vocação para interconectar-se e combinar-se com todos os dispositivos de criação, gravação, comunicação e simulação” (LÉVY, 1998, p. 104).

Com o advento das tecnologias digitais e a ampla disponibilidade das redes interativas, o mundo se encontra num caminho sem retorno, nada mais é ou será como antes. A interconexão mundial das redes de computadores propiciou à humanidade uma nova forma de comunicação por meio do ciberespaço. Em decorrência destas mudanças, o ser humano se transforma, muda seus valores e adquire novas formas de pensar e de agir.

Lévy (1998) apresenta as comunidades virtuais, como uma reunião de interesses entre pessoas, independente de estar fisicamente presente ou virtualmente relacionadas a outros grupos de interesses comuns, afirma que a comunidade seria essa junção de pessoas por afinidades. Hoje, a tecnologia nos proporciona novas formas de interação, e o ciberespaço pode ser visto como um local virtual que realiza trocas de informações e conhecimentos entre pessoas com objetivos comuns. A construção dos relacionamentos passam a ter configurações diferentes frente às novas tecnologias.

Observa-se neste contexto, que é no ciberespaço que as pessoas se encontram e constroem comunidades virtuais.

O ciberespaço atua como uma espécie de veículo informativo, onde cada indivíduo, durante os atos de acesso e emissão de informações, esboça incondicionalmente sua cultura, a qual, dadas as proporções, se faz presente em várias partes do globo terrestre. Na perspectiva do ciberespaço, a totalidade se torna inviável porque o fluxo de novas informações é constante. Assim, o ciberespaço não gera uma cultura universal porque, de fato, está em toda a parte, e sim porque sua forma ou sua ideia implicam de direito, o conjunto dos seres humanos (LÉVY, 1999, p. 119).

Segundo Wenger (1998), o aprendizado é intrínseco ao ser humano, basicamente social e encontra-se associado à negociação de significados, isto se dá por meio da dualidade entre dois processos: o primeiro é o de participação “[...] a experiência social de viver em comunidade e participar de atividades sociais” e o segundo de retificação “[...] o processo de dar forma à experiência produzindo objetos que tomam a forma de coisas” (WENGER, 1998, p. 55 e 58).

Para o autor a dualidade dos processos explica que a participação e a retificação se complementam, e transformam as relações por meio da interação no processo de aprendizado. Desta constatação surge a teoria social do aprendizado.

Existem quatro tipos de comunidades virtuais, segundo Henri e Pudelko (2003), cada qual com seus processos de aprendizagem, são elas: comunidade de interesse; comunidade de interesse orientadas a objetivo; comunidade educacional e comunidade de prática.

A comunidade de interesse refere-se a uma reunião de pessoas que se relacionam visando a um tema comum de interesse. Os participantes objetivam trocar conhecimentos e sanar dúvidas. A duração de uma comunidade de interesse é variável, podendo ficar no ciberespaço muito tempo ou mesmo desaparecer logo depois de ser criada. Para os autores, neste tipo de comunidade, o aprendizado será mais de interesse individual, visto que não há como objetivo a produção coletiva.

Já a comunidade de interesse orientado a objetivo, tem por meta realizar projetos voltados ao atendimento de uma determinada necessidade ou solução de um problema. Esta comunidade tem como participante especialistas em suas áreas e sua durabilidade, geralmente, acontecerá enquanto durar o projeto. Para Henri e Pudelko (2003), raramente essas comunidades, após término do projeto, transformam-se em uma comunidade de prática. A construção do conhecimento, neste tipo de comunidade, volta-se a criação de entendimento comum da destinação de cada uma das tarefas do projeto. Caso não houver este entendimento a tendência é que os membros da comunidade se dispersem. Porém, como os membros da comunidade são especialistas com diferentes aptidões, este tipo de comunidade proporciona um local rico em criatividade e propício para o surgimento de inovações.

A comunidade educacional é constituída por alunos que podem encontrar-se em uma mesma sala de aula, numa mesma instituição, ou ainda podem estar em diversas áreas geográficas. Neste tipo de comunidade, o aprendizado ocorre por meio do relacionamento social. A construção do conhecimento acontecerá com a orientação dos professores, porém, estará relacionado a uma disciplina ou mesmo a um programa educacional. As comunidades educacionais não são duradouras, uma vez que seus membros estarão participando enquanto a disciplina ou o programa estiverem em andamento.

A comunidade de prática, por intermédio de seus participantes, busca aprimorar suas práticas profissionais, uma vez que fora da comunidade virtual, estão inseridos na profissão que é discutida pela comunidade. Há necessidade do aprimoramento profissional, ou mesmo da colaboração com os demais participantes com a troca de informações. Para os autores, a comunidade de prática não possui um tempo específico de permanecia no ciberespaço, ou mesmo objetivo bem definido, sendo assim, acaba por atrair muitos novos participantes.

Outro aspecto abordado pelos autores é que para as corporações, a comunidade de prática é importante no que se refere a maneira de reforçar as práticas que são necessárias e importantes para a empresa, como também são capazes de proporcionar integração entre os participantes, agregando o conhecimento e a prática profissional.

Destacam que neste tipo de comunidade observa-se, fundamentalmente, três traços: o compromisso mútuo entre os membros, empreendimento em comum e rotinas e regras de conduta, todos com a mesma postura. Estes pontos são edificados a partir do processo de aprendizado que surgem a partir de estruturas formais de empresas, porém desenvolvem-se por meio das redes informais.

A partir da teoria de Wenger, Henri e Pudelko (2003), conclui-se que todas as comunidades virtuais são comunidades de aprendizado, pois seus participantes aprendem enquanto atuam nas comunidades.

Pode-se constatar que no IFMS, o aprendizado ocorre por meio da formação de uma comunidade educacional que é composta pelos estudantes de cada curso, seus professores, tutores e se inter-relacionam por meio ambiente virtual de aprendizagem. Esta comunidade terá a durabilidade de acordo com o período em que ocorre o curso, após a conclusão do curso, ela deixa de existir.

As comunidades virtuais são formadas por aglomerados de pessoas que participam de redes de conexão, as quais se relacionam por objetivos comuns. Quando se observa a construção de comunidades virtuais, pode-se também observar que estas comunidades constroem o seu território, mesmo que virtualmente, mas estão conectados naquele espaço e naquele lugar.

É importante retomar Lévy (1998), quando constata que o mundo virtual traz muitas possibilidades, salientando que assim como no mundo físico o virtual possibilita transformações e descobertas para o ser humano.

[...] pode ser igualmente portador de cultura, de beleza de espírito e de saber como um templo grego, uma catedral gótica, um palácio florentino, a *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert ou a constituição dos Estados Unidos. Pode desvendar inéditas galáxias de linguagem, fazer vir à tona temporalidades sociais desconhecidas, reinventar o laço social, aperfeiçoar a democracia, abrir entre os homens trilhas de saber desconhecidas. Mas, para isso seria preciso que investíssemos nesse canteiro, que ele fosse designado e reconhecido como terreno de beleza, de pensamento e lugar de invenção de novas regulações sociais [...] (LÉVY, 1998, p. 103-4).

Verifica-se que o que falta ainda é um olhar diferente sobre as possibilidades virtuais, é necessário um maior entendimento acerca das TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), pois elas estão presentes no dia a dia dos indivíduos, e não devem ser percebidas como ferramentas contrárias à evolução das comunidades, mas sim como ferramentas que sendo devidamente utilizadas são capazes de colaborar com o ser humano na construção de uma nova sociedade.

Goldsmith (2001, p. 107), aponta que as “[...] novas tecnologias, as novas formas organizacionais e o surgimento da aldeia global terão um profundo efeito em nosso senso de comunidade nos próximos anos”. Menciona duas fortes tendências de mundo, uma se refere à explosão do potencial de comunicação instantânea e de massa e ligado a isso está à capacidade de criação de comunidades por escolha.

Assinala que a comunidade por escolha pode ser encontrada nas comunidades geográficas, comunidades religiosas, comunidades culturais, comunidades organizacionais, comunidades de serviços voluntários, comunidades por interesse. “Quase todas as comunidades significativas do futuro estarão em intensa competição por seus membros”, sendo comunidades por escolha. Essas tendências, para o autor, trarão ameaças e oportunidades (GOLDSMITH, 2001, p. 107).

Dentre os vários tipos de comunidades, encontramos as comunidades voltadas à educação, criadas com objetivos previamente definidos, especialmente no que tange ao desenvolvimento de habilidades e competências de formação profissional ou mesmo geral em um dado grupo. Para este grupo há o oferecimento de uma série de recursos de informação e comunicação para que os participantes consigam desenvolver seu objetivo comum que é o de aprender.

De uma forma geral, os cursos a distância utilizam-se de ambientes especiais que foram desenvolvidos com esta finalidade, sempre apoiando as comunidades de aprendizagem, assunto este já enfocado no capítulo anterior. “São os chamados ambientes virtuais de aprendizagem, ou simplesmente, ambientes de aprendizagem” (SARAIVA, 2010, p. 39).

Para desenvolver os cursos a distância, o IFMS mantém um ambiente virtual de aprendizagem no apoio à comunidade de aprendizagem. Cada curso conta com uma sala de aula virtual e com ferramentas necessárias para o apoio ao estudante. Este ambiente está em constante aprimoramento, buscando apoiar o aprendizado de cada uma das comunidades constituídas a partir de cada curso.

### 3.5 DA DESTERRITORIALIZAÇÃO AO TERRITÓRIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Saraiva (2010) menciona Valentini e Fagundes (2001), que afirmam que o ambiente tradicional de aprendizagem nos remete a um ambiente físico, estático que podemos entender como determinado, constituído por salas de aula com mesas, cadeiras, materiais didáticos, alunos e o professor. O tempo e o espaço são respeitados, uma vez que as aulas ocorrem num dado período de tempo e em uma sala de aula já estabelecida.

Quando se trata da educação a distância, esta se dá em um ambiente virtual, implicando na compreensão das novas relações de tempo e espaço. O contato entre professor e aluno deixa de ser sua sala de aula e muda o tempo determinado para as mesmas. “O ambiente virtual de aprendizagem é um espaço puramente relacional criado pelas redes digitais e na qual é preciso aprender a se movimentar” (VALENTINI; FAGUNDES, 2001, p. 109).

Ao tratar do tema educação a distância, Leite (2001, p. 33) afirma que “é nesse sentido que a educação a distância, ao trabalhar com metodologias não presenciais, coloca em confronto o local, o nacional e o internacional enquanto níveis distintos e indistintos. O aluno de educação a distância é ao mesmo tempo local e global”.

Para Saraiva (2010), a desterritorialização é percebida com grande ênfase na contemporaneidade, seu surgimento se dá em função do aumento da mobilidade e da velocidade e acontece pelo desenraizamento, uma vez que não há necessidade das coisas estarem presas a um território. “[...] A sociedade industrial estava baseada em grandes prédios. [...] A sociedade de serviços e de informação tem como referência a tecnologia digital e as redes, recursos desmaterializados, fluídos e desterritorializados” (SARAIVA, 2010, p. 80).

No entendimento de Saraiva (2010), a educação a distância tem como uma das principais características o afrouxamento das amarras geográficas, pois com os alunos espalhados por vários locais, torna-se imprevisível sua abrangência espacial, nesta concepção, a educação a distância é uma forma desterritorializada de Educação.

A autora também remete a Lemos (2006), mencionando que o ciberespaço acaba criando linhas de fugas e desterritorializa, porém, também reterritorializa, pois cria novos territórios. Para Lemos, o uso do ambiente de aprendizagem acaba por criar novas

territorialidades e neste ambiente de aprendizagem, constituído em uma reterritorialização, torna-se um local particular singularizado por um endereço localizado.

Na educação a distância, não é somente os processos educacionais que se desvincularam do território, pois para Saraiva (2010), as instituições de ensino também se desterritorializam, uma vez que toda a área administrativa também é alterada, não havendo mais a necessidade do controle de horários e da alocação de salas físicas.

Um aspecto complexo na educação a distância é a alteração significativa da rotina de trabalho, pois tudo altera sua forma de ser até então, mudam as políticas e procedimentos de inscrições de alunos nas disciplinas, os horários de aula, formas de avaliações, presenças em ambientes, formaturas, etc. (SARAIVA, 2010).

A educação a distância, segundo a autora, não somente reestrutura práticas docentes e discentes, como também o próprio desenho da Instituição. Com o aumento das atividades a distância, consequentemente, as instalações físicas das instituições podem vir a diminuir, resultando em vendas de prédios ou mudanças de localização. Essas mudanças afetariam a região vizinha, modificando as relações sociais e econômica.

Por outro lado, a educação a distância ao desterritorializar os processos educacionais acaba por modificar a noção de região geoeducacional.

Se a educação presencial circunscreve o público da instituição a indivíduos que habitam a uma proximidade que permita seu deslocamento frequente, cursos com atividades a distância ampliam cada vez mais esse raio de ação. Na situação limite, em que a educação acontece totalmente a distância, a única barreira que ainda restaria seria a língua (SARAIVA, 2010, p. 82).

As tecnologias tornam possíveis uma maior e melhor comunicação entre pessoas que estão geograficamente separadas. São muitas as ferramentas encontradas, as quais permitem que as pessoas mantenham diálogos tanto síncronos como também trocas de informações assíncronas. Em posse de um computador pessoas são capazes de conhecer e trocar informações e ideias com outras as quais não se sabe quem são, podendo estar em qualquer lugar do mundo.

A proximidade das pessoas que aparentemente estão distante geograficamente independe do espaço, pois a distância se torna irrelevante, uma vez que o tempo é praticamente nulo no que se refere às mensagens, as quais passam a criar redes comunicativas. “As relações sociais que são constituídas via web podem integrar grande

número de participantes, num processo de comunicação mútua, em que todos podem enviar e receber mensagens de todos” (SARAIVA, 2010, p. 83).

Para que haja uma maior proximidade entre as pessoas, a educação a distância deve fornecer ferramentas que proporcionem interações constantes.

A noção de proximidade, cada vez mais, está desvinculada da vizinhança espacial e interligada à possibilidade de trocas de mensagens, como forma de interação educacional. Os recursos disponíveis na Web é que vão tornar possível uma comunicação mais intensa, diminuindo as distâncias e criando ambientes de aprendizagens consistentes, ou seja, novos territórios de aprendizagem.

O IFMS encontra-se presente em diversos municípios do estado de Mato Grosso do Sul, muitos dos quais não têm um *Campus*. São polos de educação em parceria com as Prefeituras. Para que o estudante a distância sinta-se parte do IFMS, é necessário um ambiente virtual de aprendizagem que propicie uma maior interação entre tutores, professores, contato com colegas, independentes de residirem ou não no mesmo município, como também com a coordenação de cursos. Para uma interação efetiva, são utilizados fóruns de discussão, assim como chats, trocas de informações, textos, etc.

## **4 O TERRITÓRIO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO IFMS EM MATO GROSSO DO SUL**

O capítulo que segue objetiva discorrer sobre o território da educação a distância do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, apresentando onde se encontram seus *Campi* e os Polos, como é trabalhada a educação a distância no IFMS, como também apresentar as características e percepções dos estudantes em relação a sua formação e a localidade em que vive.

### **4.1 O TERRITÓRIO DA OFERTA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO IFMS**

#### **4.1.1 Contexto territorial de Mato Grosso do Sul para a definição das ações do IFMS**

O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado da divisão do Estado de Mato Grosso em 11 de outubro de 1977, conforme a Revista Cultura em MS (2010), possui 2,3 milhões de habitantes distribuídos em seu território que é composto de 78 municípios. A capital é Campo Grande conta com 750 mil habitantes.

O Estado do MS tem uma região privilegiada contando com o Pantanal sul-mato-grossense, com água em abundância e natureza exuberante.

Ainda de acordo com a Revista Cultura em MS (2010), Mato Grosso do Sul está localizado no centro oeste do Brasil, possui uma área territorial de 357.124,962 km<sup>2</sup> com 2 360 498 habitantes (dados 2009), faz divisa com cinco importantes estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso e tem sua fronteira ao sul com o Paraguai e a Bolívia, sofrendo grande influencia cultural desses países fronteiriços. É banhado pelos rios Paraná e Paraguai e seus afluentes e tem como vegetação dominante característica de cerrado.

O Estado encontra em franco desenvolvimento econômico e social, possui um cenário econômico que se baseia na agricultura, pecuária, agroindústria, extração vegetal e mineral, indústria de transformação metal e mecânica, turismo, setor de serviços e comercial.

O IFMS, por mais que esteja presente com *Campus* somente em sete municípios, tem como pretensão atuar em todo o território de Mato Grosso do Sul. Em seus *Campi* poderá atender as comunidades tanto na metodologia presencial como a distância, mas nos demais municípios tem como meta atender às comunidades, por meio da educação a distância, em parceria com as Prefeituras Municipais. Os cursos serão disponibilizados de acordo com a vocação do local, sempre que oferecido cursos técnicos, serão de acordo com a necessidade apresentada pelo município.

#### **4.1.2 Território *multiCampus* do IFMS**

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampus*, especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica (Estatuto/IFMS). Ele se apropria de cada espaço estadual que utiliza, por meio de estruturas com vários *Campi* com proposta orçamentária anual identificada para cada *Campus* e reitoria, em cumprimento à Lei 11.892 de 29.12.2008.

Levando em consideração o contexto territorial de Estado de Mato Grosso do Sul em termos de potencialidades e demandas para seu processo de desenvolvimento, cabe ao IFMS se empenhar na construção de um modelo de formação profissional cujo perfil consiga fazer frente às suas exigências no atual mundo do trabalho, de forma a contemplar também as potencialidades e anseios de suas diferentes regiões e localidades.

A estrutura curricular do IFMS tem sido desenvolvida no intuito de atender às demandas específicas de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul. Essa estrutura se baseia na Lei 9.394/96 que dispõe sobre a Educação Profissional, numa associação com os resultados do diagnóstico realizado no âmbito do Estado, em função, principalmente de suas demandas.

O IFMS, com sede em Campo Grande, MS, ainda se encontra em fase de implantação e é parte do II Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Conforme seu estatuto, tem a Reitoria como órgão da administração central e se encontra em espaço físico distinto de qualquer dos *Campi* que integram o IFMS. Dotada de uma estrutura de vários *Campi*, as unidades do IFMS assim se distribuem no território de Mato Grosso do Sul: no Alto Pantanal com o Campus de Aquidauana; no Baixo Pantanal, com o Campus Corumbá; no Alto Taquari, com o Campus Coxim; na região central, representada com o Campus Campo Grande; a sudoeste pelo Campus Ponta Porã e Nova Andradina e ao leste, com o Campus Três Lagoas.

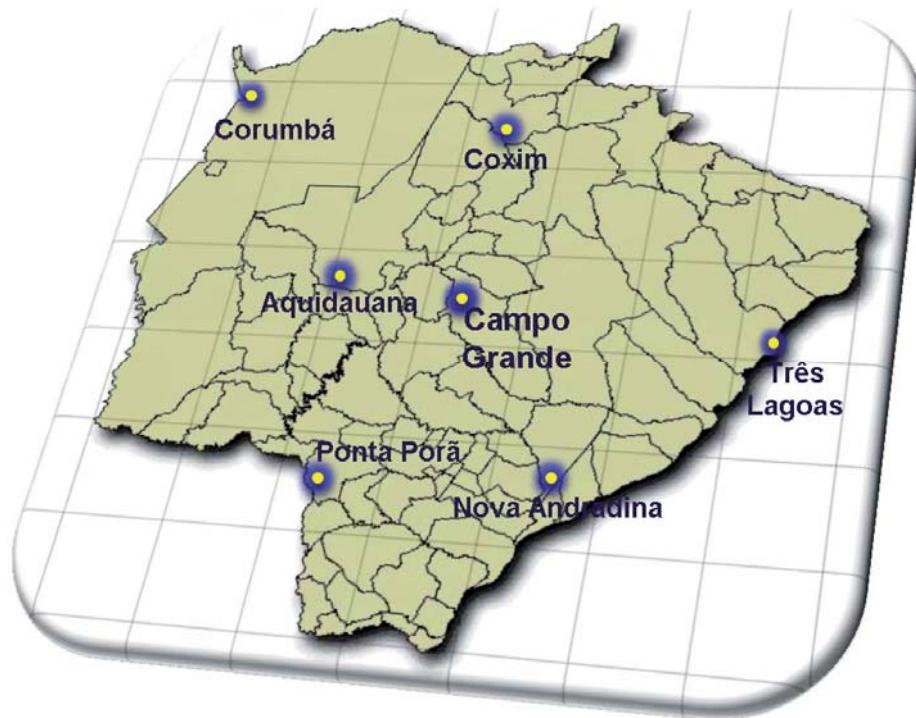
De acordo com a reestruturação ocorrida na Rede Federal por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, a Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina passaram a compor os *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul.

Conforme seu estatuto, para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o IFMS é equiparado às universidades federais. Tem também autonomia para criar e extinguir cursos, assim como pode registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, circunscritos ao Estado de Mato Grosso do Sul, aplicando-se, no caso da oferta de ensino a distância, legislação específica.

Durante a implantação do IFMS, este contou com o apoio da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), por meio das portarias do Ministério da Educação n. 1.063 e n. 1.069, de 13 de novembro de 2007, que atribuíram à UTFPR adotar todas as medidas necessárias para o funcionamento, como também utilizar como parâmetro seu modelo de organização, de suas diretrizes para fins de constituição, para iniciar as atividades do Instituto Federal (IFMS, 2010).

Segundo o Guia do Candidato IFMS (2010), a posição estratégica no Estado de Mato Grosso do Sul permite ao Instituto Federal atender às demandas existentes e preparar pessoas para o mundo do trabalho sul-mato-grossense e de seu entorno, tendo como uma de suas prioridades atuar como indutor do desenvolvimento local e regional (ver figura 4).

**Figura 4 - Localização dos Campi do Instituto Federal de MS – IFMS**



**Fonte:** Projeto Pedagógico – IFMS/Edificações/Campo Grande, 2012

O IFMS nos sete *Campi* já em funcionamento oferece cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, engenharias e licenciaturas, inclusive na modalidade educação a distância. Em 2013 serão abertos mais três *Campi* sendo em Dourados, Jardim e Naviraí.

#### 4.2 O TERRITÓRIO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO IFMS POR MEIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Os serviços educacionais e de formação profissional são oferecidos pela educação a distância com base nessa estrutura *multiCampus*, numa associação estreita com as Prefeituras Municipais dos municípios onde encontra cada Campus e de municípios próximos. Da mesma forma que os cursos presenciais, os cursos oferecidos na modalidade a distância são estruturados sob as demandas locais, geralmente canalizadas pelas prefeituras locais.

#### 4.2.1 Estrutura das unidades interativas da educação a distância no Mato Grosso do Sul

Os *Campi* servem de base de apoio aos cursos de educação a distância no atendimento do município sede e dos municípios vizinhos, de forma que os mesmos conseguem realizar uma prática regionalizada e consegue atender às especificidades das demandas locais (ver quadro 3):

**Quadro 3 – Campus e cursos de educação a distância do IFMS**

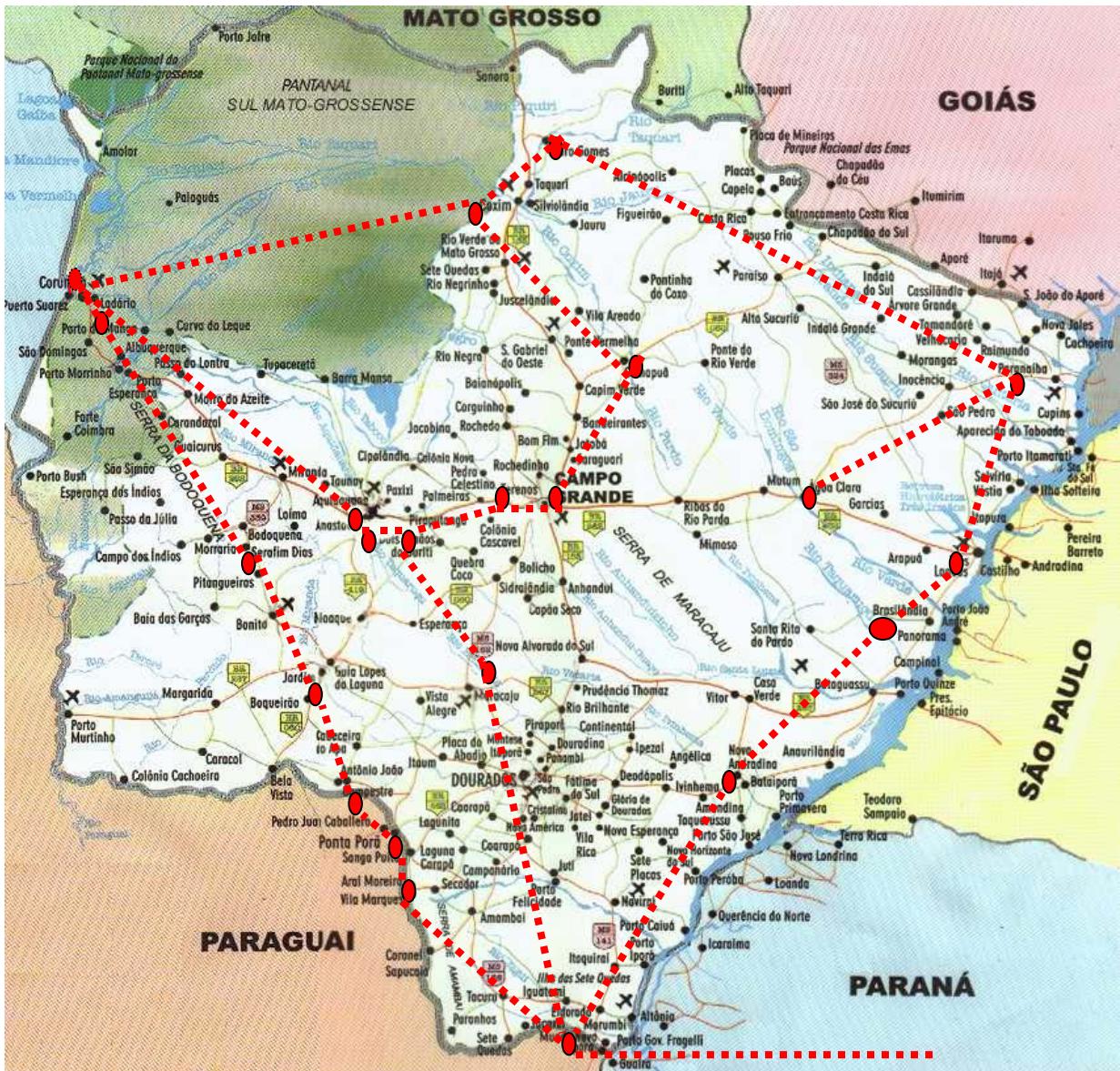
Locais e Cursos existentes no IFMS – 2012		
Campus	Curso	Oferta
Aquidauana, MS - atende aos Municípios: Bodoquena, Dois Irmãos do Buriti, Jardim e Anastácio com o e-Tec IFMS	Educação a distância /parceria IFPR (Técnico subseqüente)	Técnico em Administração; Eventos; Secretariado; Segurança no Trabalho e Serviços Públicos.
	Educação a distância /IFMS Rede e-Tec (Técnico subseqüente)	Técnico em Edificações e Manutenção e Suporte para Informática.
Campo Grande, MS - atende aos Municípios de: Camapuã, Nova Alvorada do Sul e Terenos.	Educação a distância /parceria IFPR (Técnico subseqüente)	Técnico em Administração; Secretariado; Serviços Públicos; Segurança no Trabalho; Logística; Meio Ambiente; Eventos e Reabilitação de Dependentes Químicos.
	Educação a distância /IFMS Rede e-Tec (Técnico subseqüente)	Técnico em Automação Industrial; Edificações e Manutenção e Suporte de Computadores
Corumbá, MS - atende ao Município de: Ladário	Educação a distância /parceria IFPR (Técnico subseqüente)	Técnico em Administração; Secretariado; Serviços Públicos; Segurança no Trabalho; Logística; Meio Ambiente; Eventos e - Reabilitação de Dependentes Químicos.
	Educação a distância /IFMS Rede e-Tec (Técnico subseqüente)	Técnico em Automação Industrial.
Coxim, MS - atende ao Município de: Pedro Gomes	Educação a distância /parceria IFPR (Técnico subseqüente)	Técnico em Administração; Secretariado; Serviços Públicos; Meio Ambiente e Eventos.

Locais e Cursos existentes no IFMS – 2012		
Nova Andradina MS	Educação a distância /parceria IFPR (Técnico subseqüente)	Técnico em: Administração
Ponta Porã, MS - atende aos Municípios de: Antônio João Aral Moreira e Eldorado	Educação a distância /parceria IFPR (Técnico subseqüente)	Técnico em: Administração; Secretariado; Serviços Públicos; Segurança no Trabalho; Logística; Meio Ambiente; Eventos e Reabilitação de Dependentes Químicos.
	Educação a distância /IFMS Rede e-Tec (Técnico subseqüente)	Manutenção e Suporte em Informática.
Três Lagoas – atende aos Municípios de: Água Clara Brasilândia e Paranaíba	Educação a distância /parceria IFPR (Técnico subseqüente)	Técnico em Administração; Serviços Públicos; Logística e Eventos;
	Educação a distância /IFMS Rede e-Tec (Técnico subseqüente) Atende ao Município de Paranaíba	Técnico em Automação Industrial e Edificações

**Fonte:** Site IFMS/Campo Grande/2012 ([www.ifms.edu.br](http://www.ifms.edu.br)), adaptado pela autora.

Para melhor visualização dos polos presenciais da educação a distância do IFMS, a seguir está inserida a rede de ensino aprendizagem dos cursos na escala territorial local (ver figura 5).

**Figura 5 - Território da educação a distância do IFMS**



**Fonte:** [http://www.achetudoeregiao.com.br/MS/mato\\_grosso\\_do\\_sul\\_interior.htm](http://www.achetudoeregiao.com.br/MS/mato_grosso_do_sul_interior.htm). Adaptado pela autora.

#### 4.2.2 Rede de serviços da Educação a Distância em Mato Grosso do Sul

O IFMS na educação a distância possui diversas parcerias com Prefeituras Municipais, hoje o IFMS, está presente em 22 municípios com 39 polos presenciais, atendendo a 5.363 alunos com a oferta de oito Cursos do convênio com o IFPR (Técnico em Secretariado, Administração, Serviços Públicos, Eventos, Segurança no Trabalho, Meio Ambiente, Logística e Reabilitação de Dependentes Químicos) e três cursos diretamente pelo IFMS (Automação Industrial, Edificações e Manutenção e Suporte em Informática). Portanto,

podemos entender que o território do IFMS hoje se compõe de 22 municípios conforme já mencionado no Capítulo II deste estudo e tem como objetivo atender ao Estado de Mato Grosso do Sul, o qual se torna seu território de ação.

Por haver necessidade de aulas práticas, o e-Tec Brasil disponibilizou um laboratório móvel (Caminhão do e-Tec), este laboratório (ver figura 6), percorre os *Campus* onde ocorrem os cursos de Automação Industrial, Edificações e Manutenção e Suporte em Informática, levando aos estudantes o instrumental necessário para a execução da parte prática profissional, de acordo com a coordenação da educação a distância do IFMS, para complementação prática também são realizadas, em cada município polo, visitas técnicas em Indústrias, Empresas e Construções (de acordo com a necessidade de cada curso), como também o estágio é obrigatório, já previsto nos Projetos Pedagógicos.

**Figura 6** – Laboratório Móvel – IFMS – Apoio aos Cursos de Educação a Distância



**Fonte:** Portal IFMS/Campo Grande/2012 ([www.ifms.edu.br](http://www.ifms.edu.br)).

Portanto, a educação a distância do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul está presente desde 2010 no Estado de Mato Grosso do Sul, hoje atendendo a 22 municípios, com 35 polos presenciais de educação a distância, ofertando 10 diferentes Cursos Técnico subsequente. Somando os estudantes do convênio com o IFPR e cursos do IFMS, são atendidos um total de 5363 alunos.

A qualificação profissional a distância tem sido muito procurada, as pessoas esperam desenvolver-se pessoal e profissionalmente, atendendo a um mercado cada vez mais competitivo e exigente. Porém, não disponibilizam de tempo fora de seu local de trabalho ou de suas casas. Em relação às empresas, as mesmas desejam ter colaboradores com conhecimento, capacitados, sem custos excessivos de treinamento e ausências no trabalho diário. Observa-se que a educação a distância vem para atender às novas demandas da população e das empresas.

Por meio dos cursos a distância o estudante tem a oportunidade de se relacionar com professores, com outros colegas, ampliar não só seu leque de relacionamentos, como também melhorar suas expectativas pessoais e laborais e, simultaneamente seu aprendizado, assim como aplicar o conhecimento adquirido em suas aulas no próprio ambiente de trabalho.

Perante esta nova sociedade, caracterizada pelos grandes avanços proporcionados pela ciência e mídia eletrônica, com vínculo cada vez maior ao processo produtivo, o IFMS vem oferecendo a qualificação e requalificação por meio da educação a distância, visando contribuir com a população sul-mato-grossense, no que diz respeito ao ingresso e qualificação do cidadão no mundo do trabalho, com vistas a uma vida mais digna e acesso a educação de qualidade e gratuita nos municípios em que atua.

É perceptível que o local não se separa do global, a rede de aprendizagem criada pela educação a distância do IFMS não apenas torna possível que todos os seus estudantes consigam acessar as informações necessárias para seu desenvolvimento profissional, como também, por meio do ambiente virtual de aprendizagem é possível se construir relações. Existe uma interatividade, fazendo com que todos ligados a esta rede (professor/aluno/tutor presencia/tutor a distância/etc.), apesar da distância geográfica, sintam-se próximos por meio da utilização da tecnologia. Para Saraiva (2010, p. 82), “[...] a tecnologia torna-se possível uma comunicação cada vez mais fluída entre sujeitos cada vez mais distantes”, pois atualmente existe uma visão de aniquilamento da distância, pois a educação pode atingir todos os indivíduos, a qualquer tempo e em qualquer posicionamento. A educação a distância passa a ser uma educação sem limites (SARAIVA, 2010).

Uma questão notável é a possibilidade de se atingir maior área física, com a educação a distância o IFMS, neste contexto, não fica restrito somente a locais pré-determinados e horários definidos, mas hoje consegue também alcançar pessoas que não podem manter frequência escolar regular em horário regulares, chegando a municípios que até então não havia disponibilidade de cursos para formação profissional ou aprimoramento.

#### **4.2.3 Ambiente de ensino e aprendizagem da Educação a Distância**

A educação a distância apresenta-se hoje como uma estratégia essencial na democratização do acesso ao conhecimento e articulada da educação profissional, visa proporcionar ao cidadão a sua inserção, de forma mais rápida, as conquistas científicas e tecnológicas da sociedade.

O mercado de trabalho, cada vez mais, busca profissionais aptos e qualificados para atender às novas exigências laborais, neste contexto, a educação a distância é verificada como metodologia aliada a este processo. Estimulados pela democratização de acesso e pelas constantes atualizações profissionais em função da telemática, a educação a distância amplia-se notoriamente no mundo e no Brasil, fazendo com que tanto as pessoas como as instituições utilizem-na como mais uma possibilidade para gerar e buscar maiores conhecimentos.

O governo em todas as suas esferas vem utilizando a educação a distância como ferramenta educacional, com a finalidade de atender inúmeros segmentos populacionais, com vistas à diminuição da exclusão social, objetivando atender a um grande número de pessoas que, por diversos motivos, não puderam frequentar os ambientes tradicionais de ensino.

Corroborando com as propostas do Governo Federal e considerando o expressivo número de sul-mato-grossenses com dificuldades de acesso a escola pública de qualidade, o IFMS, vislumbrou a utilização de novas propostas pedagógicas, dando início às atividades da educação a distância em setembro de 2010, praticamente junto com o início das atividades dos sete *Campi* em Mato Grosso do Sul que se deu em fevereiro de 2011.

A Coordenação de educação a distância do IFMS<sup>3</sup>, em contato realizado, menciona que as atividades do IFMS estavam iniciando, ainda não havia corpo docente, nem tecnologia para fornecer esta modalidade de ensino, assim, o IFMS firmou uma parceria com o Instituto de Educação, Ciências e Tecnologia do Paraná (IFPR), o qual já contava com experiência na educação a distância.

As atividades na modalidade a distância do IFPR teve seu início em 2005, ainda como Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná implantando cursos na área de Gestão.

---

<sup>3</sup> Professora Edilene Maria de Oliveira, Coordenadora Geral de Educação a Distância do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul.

De acordo com Oliveira *et al.* (2010), nos anos de 2005 a 2007 a Escola Técnica Federal do Paraná se fazia presente com a metodologia a distância em 210 municípios do Estado do Paraná, Florianópolis e São Paulo.

Em 2006, implantou os cursos técnicos na área de Gestão Pública em parceria com o Governo do Estado do Paraná. Em 2007, iniciou a oferta de cursos Técnicos de Segurança no Trabalho, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Vigilância e Saúde e Técnico em Radiologia para 130 municípios do Brasil, chegando a atender 3.200 estudantes.

Ainda conforme a coordenação de educação a distância do IFMS, passou a ofertar também Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública, também em parceria com o Governo do Estado do Paraná. Ainda em 2008, implantou os Cursos Técnicos em Secretariado e Técnico em Gestão Pública, já pelo Programa e-Tec Brasil (este Programa é uma parceria com o Ministério da Educação – MEC, através da, então, Secretaria de Educação a Distância - SEED). Em 2009, de acordo com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica deixa de ser Escola Técnica e passou a denominar-se Instituto de Educação, Ciências e Tecnologia do Paraná (IFPR).

Atualmente, o IFPR encontra-se presente com a educação a distância em 26 Estados do Brasil, com aproximadamente 28 mil estudantes, em mais de 400 polos. Oferece os cursos de Técnico em Secretariado, em Serviços Públicos, em Administração, em Segurança no Trabalho, em Meio Ambiente, em Logística, em Reabilitação de Dependentes Químicos e em Eventos. No Programa de Educação de Jovens e Adultos fornece os Cursos Técnicos em Pesca e Agricultura.

Em agosto de 2010, o IFMS, por meio da parceria realizada com o IFPR, ofereceu os primeiros Cursos a Distância via satélite: Técnicos em Administração, Serviços Públicos e Secretariado. As aulas tiveram início em setembro de 2010, atendendo aos municípios de Aquidauana, Campo Grande, Coxim, Corumbá e Ponta Porã.

De acordo com a coordenação de educação a distância do IFMS, em agosto de 2011, houve nova oferta de cursos Técnicos em Segurança no Trabalho, Meio Ambiente, Logística, Reabilitação de Dependentes Químicos e Eventos, atendendo aos municípios de Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti, Jardim, Campo Grande, Terenos, Corumbá, Ladário, Coxim, Ponta Porã, Eldorado, Paranaíba e Três Lagoas. Para que houvesse o atendimento nos municípios onde o IFMS não está presente, foram realizadas parcerias com as Prefeituras dos municípios.

Em alguns casos, até mesmo onde havia *Campus* do Instituto Federal de MS, houve a realização de parcerias com as Prefeituras Municipais.

Em 2012, dados fornecidos pela coordenação de educação a distância do IFMS, novas parcerias com Prefeituras Municipais foram realizadas expandindo o número de municípios atendidos. Houve a reoferta dos Cursos de Técnico em Administração, Serviços Públicos e Eventos, atendendo aos municípios de Aquidauana, Bodoquena, Dois Irmão do Buriti, Jardim, Camapuã, Campo Grande, Nova Alvorada do Sul, Terenos, Corumbá, Ladário, Pedro Gomes, Nova Andradina, Antônio João, Aral Moreira, Eldorado, Ponta Porã, Água Clara, Brasilândia, Paranaíba e Três Lagoas.

A educação a distância do IFMS também realiza cursos com metodologia própria, os quais não têm a transmissão via satélite. São eles: Técnico em Automação Industrial, Técnico em Edificações e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática.

A coordenação de Educação a distância do IFMS informou que a primeira oferta ocorreu em 2011, somente no município de Campo Grande, com turmas em escolas públicas em parceria com a Prefeitura Municipal de Campo Grande, no oferecimento do curso de Automação Industrial e Edificações. Em 2012, houve a reoferta dos Cursos de Automação Industrial e Edificações em Campo Grande a oferta dos Cursos de os municípios de Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Três Lagoas e Paranaíba, também houve a oferta de um novo curso, Manutenção e Suporte a Informática.

Atualmente, por meio da parceria com o IFPR, o IFMS conta com 26 polos de educação a distância, atendendo a 21 municípios com 130 turmas e um total de 4.853 estudantes. As teleaulas são realizadas nos estúdios e transmitidas via satélite para todos os Polos de educação a distância, contando com as seguintes ferramentas:

O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Moodle utilizado no IFMS, auxilia no aprendizado e na comunicação dos coordenadores, professores, tutores a distância e alunos. (OLIVEIRA *et.al.*, 2010). A comunicação síncrona ocorre por meio das salas de bate-papo disponível no ambiente de aprendizagem e por meio do 0800. Nos dias de aula, as salas de bate-papo ficam sintonizadas com a sala de aula no IFPR, oportunizando ao aluno tirar dúvidas com os professores interativamente e em tempo real. Portanto, toda sala de aula tem um computador conectado na hora da aula.

Em relação ao 0800, esta comunicação é muito importante tanto para os estudantes, tutores e coordenação geral, pois é por meio desta ferramenta que o aluno pode tirar dúvidas

com os tutores a distância, falar com a coordenação de cada curso, caso julgue necessário, não havendo nenhum custo em suas ligações. O tutor presencial é quem mais se utiliza desta ferramenta, tanto com o contato com tutores a distância, como com professores das disciplinas e coordenador de curso, podendo resolver problemas do lugar onde estiver. O 0800 funciona até às 22h00 (Brasília), contando com equipe de plantão, proporciona diversas facilidades, porém, durante as aulas, em função da sobrecarga de ligações, nem todas são atendidas. A orientação fornecida é que no horário da aula todos os questionamentos sejam realizados via chat, o que não cabe à aula deve ser realizado via 0800 em outro momento.

A coordenação geral da educação a distância no IFMS, também faz uso das ferramentas mencionadas acima.

Ainda conforme a Coordenação de educação a distância do IFMS, no portal Educacional Virtual, visualiza-se a Trilha de Aprendizagem que é semelhante a uma página Web e foi construída pelo IFPR para estruturar todos os links e a potencialidade de um ambiente virtual em um único local. Trata-se de um espaço destinado a nortear os estudos, onde se disponibilizam as informações necessárias sobre os cursos, tais como: plano de ensino, materiais locais de interação, textos e bibliografias complementares sobre as disciplinas, orientações sobre as avaliações, etc.

A trilha de aprendizagem faz com que o aluno navegue em um ambiente virtual de aprendizagem organizado pedagogicamente, proporcionando facilidade para localização de informações, como também incentiva o professor a complementar os conteúdos estudados, por meio de indicações de artigos, textos e vídeos e estimula a criação de livros digitais, objeto de aprendizagem com animações interativas.

São considerados responsáveis pelos polos de apoio os tutores presenciais e que segundo Oliveira *et al.* (2010), por estarem em contato direto com o aluno, orientam as atividades, lançam presenças, aplicam provas, corrigem e lançam as notas.

Na realidade o tutor presencial tem fundamental participação, é ele que administra a vida escolar do aluno. Quando o aluno falta mais de três vezes a aula, é ele que entra em contato para ver o que houve e se o aluno necessita de alguma colaboração em seus estudos, nos municípios que o Instituto não tem Campus, este profissional representa o IFMS na localidade.

Os professores autores são responsáveis pelas unidades didáticas e material didático, os professores conferencistas, responsáveis por ministrarem as aulas via satélite e os

professores web atuam durante a aula, diretamente no bate-papo do portal, respondendo as dúvidas dos alunos, que surgem durante a aula ministrada pelo professor conferencista. Estes profissionais se encontram no Instituto Federal do Paraná (IFPR).

De acordo com a coordenação de educação a distância do IFMS, os cursos contam ainda com uma Coordenação de Curso, uma Coordenação Pedagógica educação a distância, uma Assessoria Pedagógica, uma Coordenação Geral de educação a distância que também se encontram no Instituto Federal do Paraná (IFPR).

Existe ainda, em Mato Grosso do Sul, uma Coordenação Geral de educação a distância, que se encontra na Pró-Reitoria de Ensino e Pós Graduação (PROEN). Em cada *Campus* do IFMS há um Coordenador de polo responsável por uma área geográfica pré-estabelecida, composta pelo polo localizado dentro do Campus e pelos polos de Prefeituras parceiras (municípios próximos). Os tutores presenciais são profissionais ligados às Prefeituras parceiras ou ao *Campus* do IFMS de cada localidade. Na PROEN também se encontram quatro Coordenadores de Tutoria, enfatizando que a maioria dos profissionais envolvidos são bolsistas do FNDE.

Para que a educação a distância no IFMS fluia da melhor forma possível, a Rede e-Tec Brasil disponibilizam um Coordenador Geral em Mato Grosso do Sul e um Coordenador Adjunto, que são responsáveis por todas as ações estratégicas junto ao MEC, como também pelos controles e liberação das bolsas junto ao FNDE.

Os cursos são realizados em parceria com o IFPR, segundo Oliveira *et al.* (2010), o modelo é intitulado ensino presencial virtual, uma vez que existe a obrigatoriedade da presença do aluno uma vez na semana em seu polo de ensino. Os momentos presenciais são desenvolvidos por meio de teleconferências, utilizando-se da tecnologia de transmissão via satélite, e de muitos recursos como entrevistas, enquetes, filmes, etc., além da interação com os polos de ensino. Já os momentos a distância são apoiados por atividades, as quais são denominadas autoinstrutivas e supervisionadas. Para cada disciplina é disponibilizado um livro impresso aos estudantes, o qual fica também disponível em PDF no Ambiente Virtual de Aprendizado (AVA).

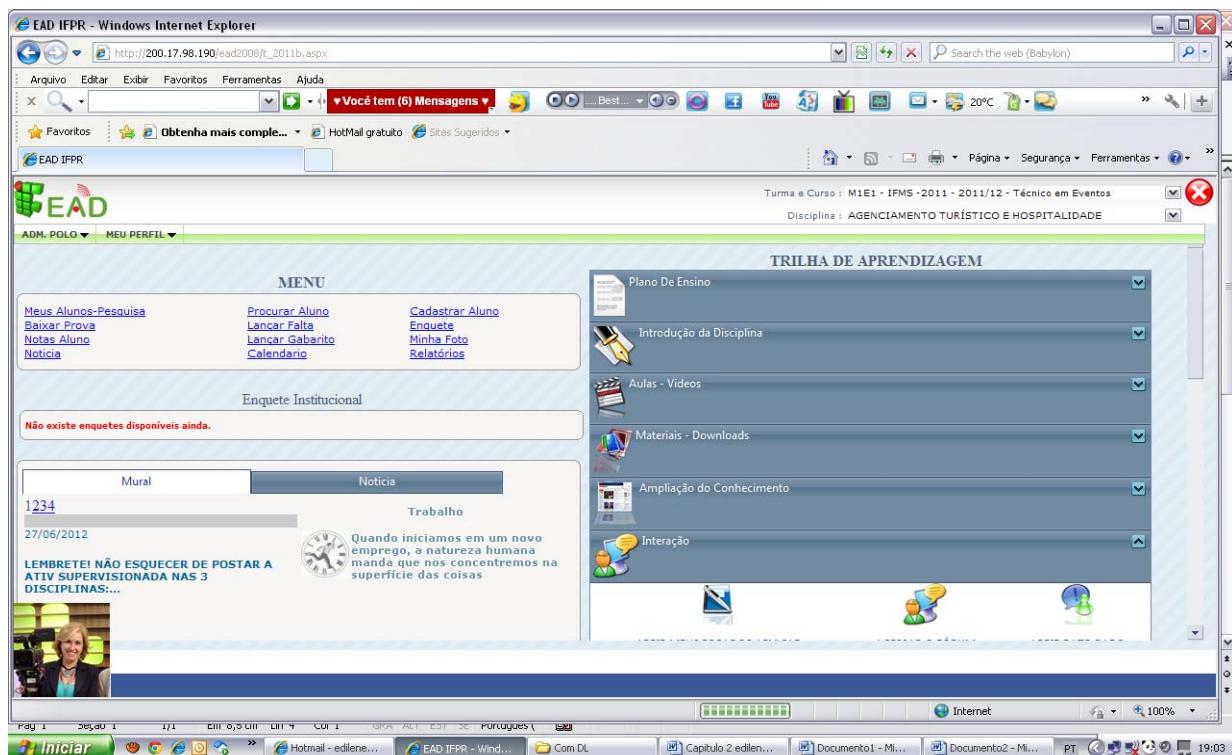
As aulas acontecem por módulos, cada módulo contém três disciplinas. Os módulos têm duração de aproximadamente de dois meses. Uma vez por semana ocorrem as aulas via satélite, sendo uma aula para cada disciplina. Os estudantes têm que desenvolver, individualmente, atividades concernentes a cada aula, estas ficam disponibilizadas no

ambiente virtual de aprendizagem, e também estão no livro texto as chamadas atividades auto instrutivas, que segundo Oliveira *et al.* (2010), trata-se de atividades que servirão para fixar os conteúdos das aulas, as quais devem ser postadas no portal antes da avaliação da disciplina. Os professores também disponibilizam material complementar no AVA.

As atividades supervisionadas são realizadas em grupo, são atividades multidisciplinares, pois envolvem as três disciplinas. Normalmente, são atividades práticas, contendo também pesquisas. Estas atividades somente podem ser realizadas em grupo e tem como objetivo aprofundar e complementar o conteúdo estudado, com base no livro e aulas via satélite, devem ser postadas ao final de cada módulo, pois irá complementar a nota do estudante (ver figura 7).

O estudante conta com uma prova ao final de cada módulo. O processo de avaliação das disciplinas é realizado em função dos critérios e objetivos propostos pelo projeto pedagógico do curso, leva em consideração a frequência nas teleaulas, a participação individual e coletiva; a leitura dos materiais indicados; a resolução das atividades autoinstrutivas proposta no livro didático; a resolução das atividades supervisionadas; a avaliação individual final, escrita e sem consulta (OLIVEIRA *et.al.*, 2010).

**Figura 7 – Ambiente de Aprendizagem do IFPR**



**Fonte:** Portal IFPR/Curitiba-PR/2012 ([www.ifpr.edu.br](http://www.ifpr.edu.br)).

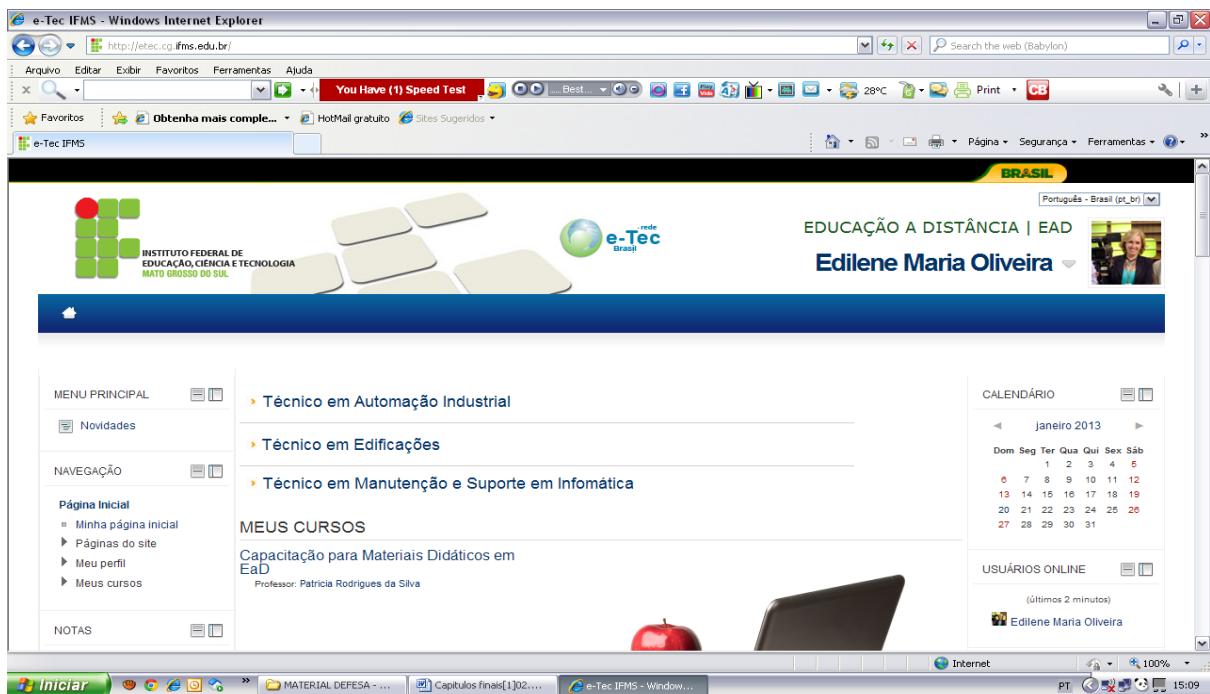
Conforme a coordenação de educação a distância do IFMS, este também realiza cursos com metodologia própria, os quais não têm a transmissão via satélite. São eles: Técnico em Automação Industrial, Técnico em Edificações e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática.

Para a realização dos cursos são utilizadas como ferramenta de aprendizagem o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) (figura 08), o apoio de livros e demais materiais postados. É obrigatória a presença do aluno uma vez por semana, caracterizando-se também como Ensino Presencial Virtual (figura 8).

A metodologia conta com professores a distância, havendo somente o contato via chat e fórum com os estudantes. O tutor presencial é específico da área, pois complementa em sala as atividades propostas pelo professor da disciplina, as quais se encontram postadas no AVA.

Por se tratar de cursos com necessidade de aulas práticas, o estudante tem aulas práticas no Laboratório Móvel (ver figura 06), como também faz visitas técnicas em empresas.

**Figura 8– Ambiente de Aprendizagem do IFMS**



**Fonte:** Portal IFMS/Campo Grande-MS/2012 ([www.ifms.edu.br](http://www.ifms.edu.br)).

Assim como na metodologia dos cursos da parceria com o IFPR, o estudante faz uma prova ao final de cada módulo. Esta é realizada de acordo com os critérios e objetivos propostos pelo projeto pedagógico do curso, leva em consideração a freqüência nas aulas, a participação individual e coletiva; a leitura dos materiais indicados; a resolução das atividades constantes no AVA e nas atividades realizadas em sala de aula; a avaliação individual final, escrita e sem consulta ao final da disciplina.

Em ambas as metodologias, caso os estudante não consiga nota na primeira avaliação, ele terá nova oportunidade realizando uma prova substitutiva.

#### **4.2.4 Ambiente de pesquisa da Educação a Distância**

Para realização da pesquisa junto aos estudantes do IFMS, foi elencado, estrategicamente, cinco municípios para análise, seguindo a proposta do IFMS, já mencionado, que é o atendimento às demandas existentes nas diversas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, com intuito de preparar pessoas para o mundo do trabalho dos municípios onde têm *Campus* e de seu entorno, tendo como objetivo primordial sua atuação como indutor do desenvolvimento local e regional.

O primeiro município pesquisado foi Campo Grande, onde se encontra o maior número de estudantes da educação a distância, e que faz parte da região central do pantanal sul-mato-grossense, seguido do segundo maior município em quantidade de estudantes que é Ponta Porã e que faz parte do Sudeste do Pantanal. Corumbá que é o terceiro maior município em quantidades de estudantes, fazendo parte do baixo Pantanal, seguido de Três Lagoas que está ao leste e, por fim, Coxim que se encontra no alto do Taquari.

A pesquisa não objetivou uma análise por cursos isoladamente, nem por polos, mas sim englobou estudantes de todos os cursos dos Polos pesquisados de cada município. Tomou-se por base uma amostragem de 25% dos estudantes (ver tabela 1).

**Tabela 1** – Amostragem dos Municípios Pesquisados

UF	Municípios polos	N. cursos por polo	N. de salas	N. de estudantes	Amostragem 25%
MS	Campo Grande	11	33	1254	313
	Corumbá	05	12	472	118
	Coxim	05	05	105	26
	Ponta Porã	09	21	743	188
	Três Lagoas	07	07	270	67

#### 4.3 CARACTERÍSTICAS DO SEGMENTO SOCIAL ATENDIDO PELA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM MATO GROSSO DO SUL

O IFMS oferece, na modalidade a distância, somente cursos técnicos subsequentes a quem obrigatoriamente tenha concluído o ensino médio. De acordo com Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004, em seu artigo 4º, parágrafo 1º, menciona todas as formas como deve haver a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio. Os cursos técnicos subsequentes possibilitam aos estudantes que já concluíram o ensino médio adquirir competências de educação profissional nos cursos oferecidos pelo IFMS.

Esta pesquisa permitiu uma análise acerca do perfil dos estudantes dos cursos técnicos subsequentes da educação a distância do IFMS, possibilitando o conhecimento do aluno por faixa etária, sexo, se é um aluno trabalhador, renda, pretensões ao realizar o curso. Entender a ligação existente o estudante com o local que reside, perspectivas laborais, como outro aspecto a ser enfocado voltou-se a verificar os motivos que levaram à escolha da metodologia a distância e os meios disponíveis para realização do curso a distância, finalizando com a possibilidade de verificar se os alunos do IFMS são oriundos de escolas públicas ou não.

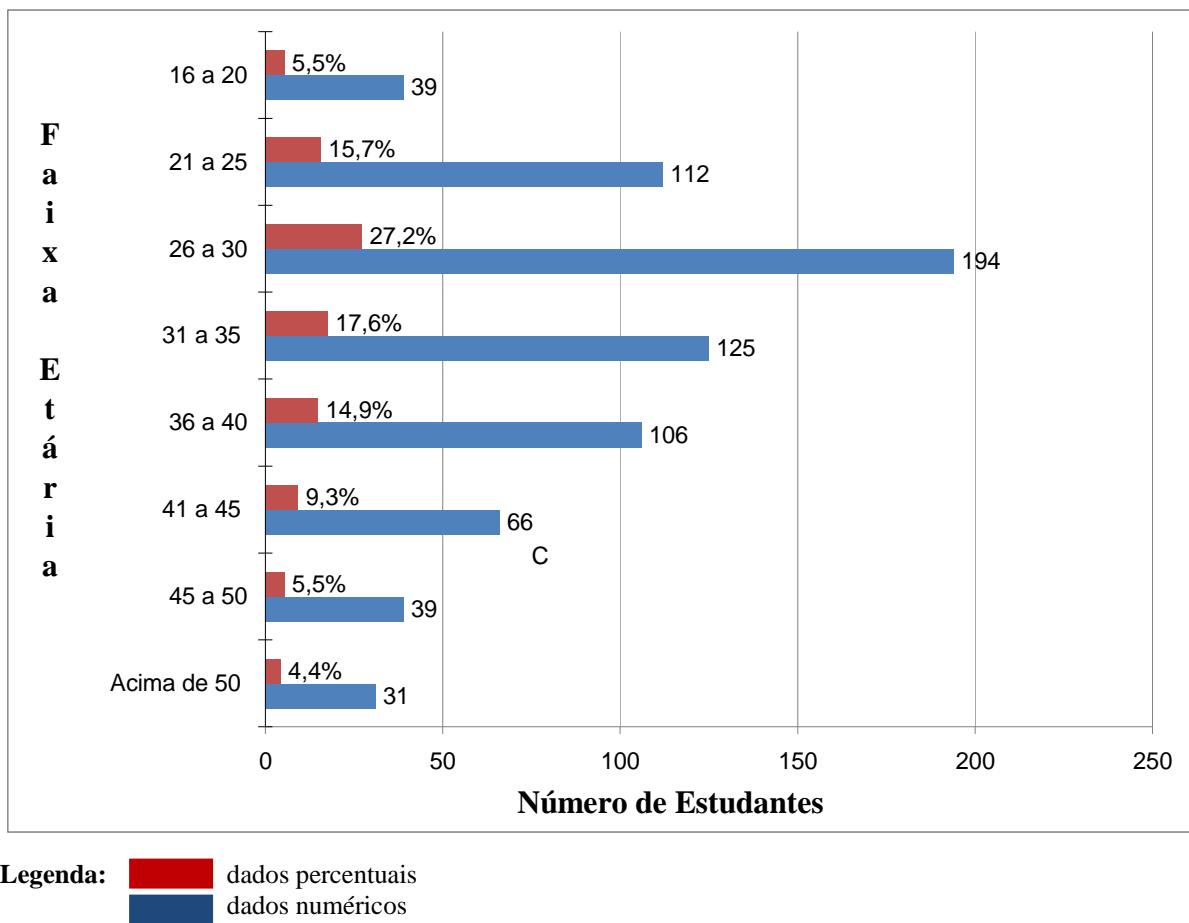
##### 4.3.1 A faixa etária do segmento social atendido

Ao analisar as pesquisas realizadas nos cinco municípios: Campo Grande/Corumbá/Três Lagoas/Ponta Porã e Três Lagoas, foi observada uma similaridade da faixa etária dos estudantes nos municípios pesquisados.

O gráfico 01 apresenta que os cursos são procurados, principalmente, pelo público da faixa etária adulta, sendo que 84% dos pesquisados estão na faixa entre 21 a 45 anos, os mais

jovens são apenas 5,3%, porém, neste ponto não se pode deixar de mencionar que os cursos técnicos subsequentes somente terão acesso os estudantes com o nível médio concluído, neste contexto, a realidade em Mato Grosso do Sul apresenta muitos jovens com idade de 16 a 20 que ainda não concluíram o ensino médio.

**Gráfico 1 – Faixa etária X número de estudantes**



Conforme Anuário Brasileiro de Educação de 2012, os dados da edição de 2009 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE: cerca de um terço (31,9%) dos estudantes que deviam estar no Ensino Médio não conseguiu concluir a etapa anterior, o Ensino Fundamental. Pouco mais da metade (50,9%) dos jovens de 15 a 17 anos está na etapa de ensino apropriada para sua faixa etária. Para Mato Grosso do Sul, o Anuário apresenta que apenas 48,7% dos estudantes conseguem concluir o ensino médio na idade de até 19 anos. É certo que esta realidade também se reflete nos estudantes do IFMS.

Sugere-se que a população adulta está buscando maior qualificação profissional, ou mesmo, mudança de área de atuação. Nos próximos gráficos, esta situação será mais bem evidenciada.

Para Prestes (2009), a educação e qualificação do adulto trabalhador acabam por servir de resposta às necessidades da população, requerendo novas formas de trabalho. Estas podem promover mudanças imediatas às necessidades básicas desta população, ou mesmo, para a melhoria da qualidade de vida deste trabalhador. Na visão do trabalhador, sua escolaridade está atrelada à qualificação, e esta qualificação, muitas vezes é o que ele tem de mais concreto em relação a conseguir superar a exclusão social.

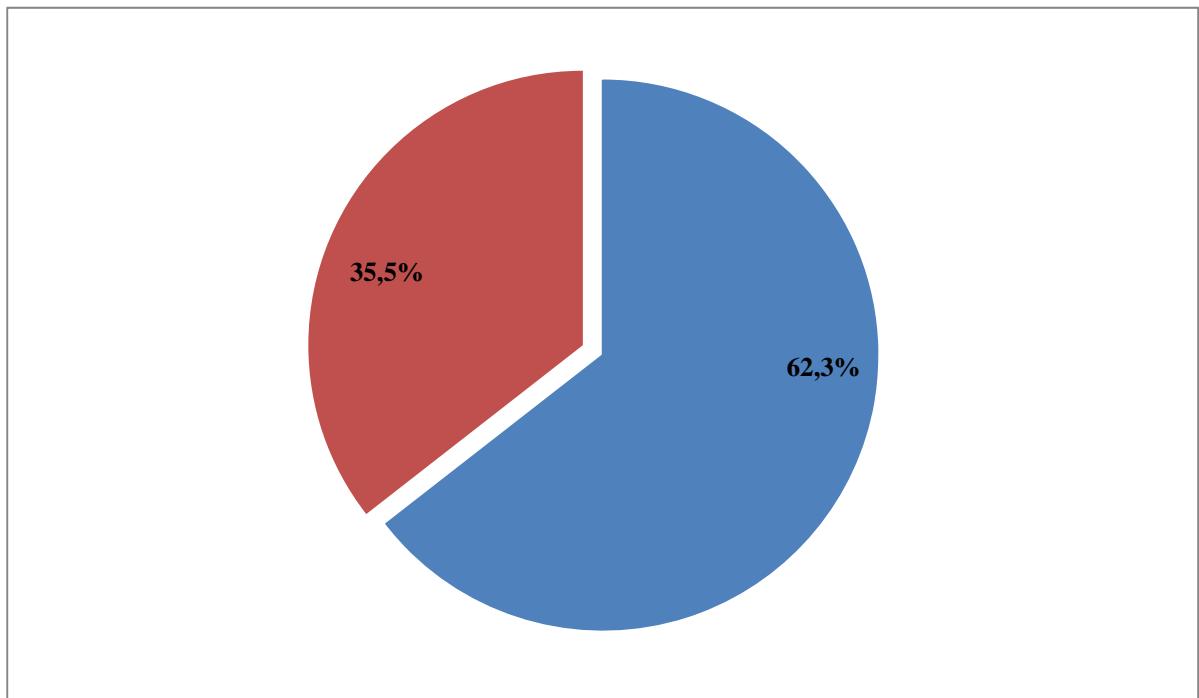
A procura pelos cursos técnicos por pessoas na faixa de 45 a 50 anos é pouco significativa, com apenas 5,50% de interesse, pouca coisa maior que a procura por cursos profissionalizantes na faixa dos 50 anos acima, que apresenta somente 4,40% de interesse.

#### **4.3.2 Características dos estudantes por gênero**

Um dado significativo encontrado é que a maior parte dos estudantes da educação a distância do IFMS são do sexo feminino. Encontra-se 64,5% de mulheres, nos cinco municípios pesquisados sendo que este número superou a participação dos homens (35,5%). Existem cursos como Automação Industrial e Edificações que a maior parte dos estudantes matriculados são homens, mas no contexto geral dos cursos, as mulheres aparecem em maior quantidade (ver gráfico 2).

Segundo IBGE (2012), o crescimento da escolaridade feminina é notório nos últimos anos, estando presente nos diversos setores da economia. No comércio, em 2003, as mulheres com 11 anos ou mais de estudo nesta atividade, representando cerca 51,5%, enquanto os homens, observando as mesmas características eram de 38,4%. Na construção, os percentuais se apresentavam ainda mais superiores: 55,4% de mulheres e 15,8% de homens. Em 2011, os percentuais de participação obtidos por elas foram superiores aos dos homens em praticamente todos os grupamentos de atividade. A exceção encontra-se na indústria, onde o crescimento deles foi maior em 1,7 pontos percentuais.

**Gráfico 2 – Gênero X percentual de estudantes**



**Legenda:**  percentual de estudantes do sexo masculino  
 percentual de estudantes do sexo feminino

Em posse dos dados, pode-se verificar que no geral, os estudantes da educação a distância do IFMS são em sua maioria do sexo feminino, com exceção do curso de Automação Industrial. Neste curso, encontra-se matriculada a maioria masculina, dos 54 pesquisados somente 06 são mulheres. Estes alunos pesquisados estão inseridos na pesquisa geral apresentada no gráfico 02, o que reforça os dados do IBGE, em relação à maioria dos trabalhadores da indústria ser do sexo masculino.

Pode-se observar que as mulheres do Mato Grosso do Sul estão em consonância com as pesquisas existentes no Brasil como um todo, no que se refere à busca por maior qualificação profissional.

De uma forma geral, ao buscar qualificação, a mulher passa a ter maiores possibilidades em relação à geração de renda. Ao sair para o mercado de trabalho ganha voz ativa, maior proteção à família e seu trabalho fica mais visível.

Hoje, grande parte das mulheres são responsáveis pelo sustento parcial ou total de suas famílias, muitas acabam atuando de forma ativa em suas comunidades, fazem parte da força produtiva que impulsionam o desenvolvimento local do município em que residem. Algumas

estão inseridas em associações, lutando por melhores oportunidades para família e para a comunidade.

A instrução e o emprego acabam por fazer com que a mulher participe mais ativamente da localidade em que vive, aumentando as possibilidades na participação social, econômica e política do município onde reside.

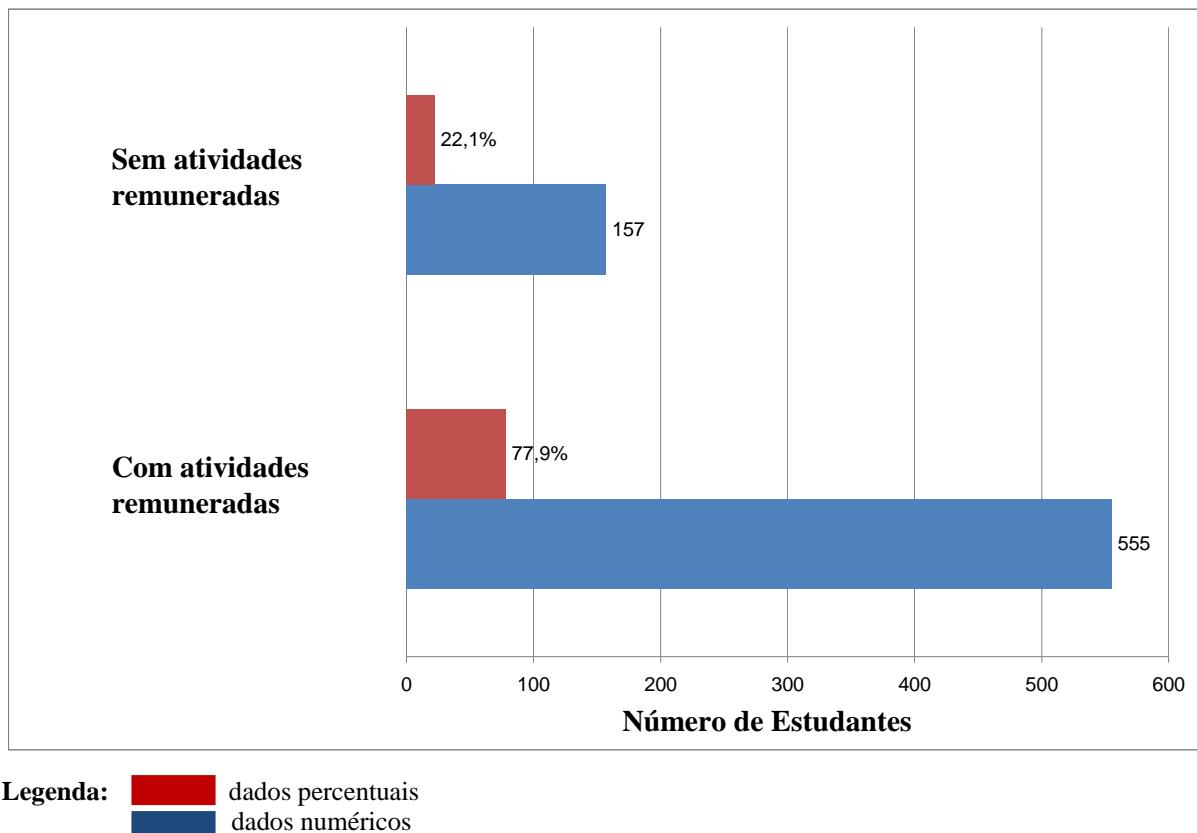
#### **4.3.3 Características do estudante em relação a atividades remuneradas e salário mínimo recebido**

Os estudantes do IFMS, em sua maioria, têm atividades remuneradas, é o que apresenta o gráfico 03, onde se verifica uma uniformidade nas respostas em relação às municípios pesquisadas. Em Campo Grande, dos 313 estudantes pesquisados foi encontrado o total de 80,51% estudantes com atividades remuneradas enquanto 19,49% não exercem nenhuma atividade com remuneração.

Em Corumbá, dos 118 estudantes pesquisados 65,25% encontra-se em atividades remuneradas e 34,75% sem remuneração. Dos 26 estudantes pesquisados em Coxim foram encontrados 86,76% com remuneração e 19,24% sem remuneração.

Em Ponta Porã, dos 188 estudantes pesquisados verifica-se que 80,32% estão desenvolvendo atividades remuneradas enquanto 19,68% sem remuneração. Três Lagoas com 80,59%, dos 67 pesquisados, têm atividades remuneradas enquanto 19,51% aparecem sem remuneração. O gráfico abaixo demonstra que de uma forma geral 77,9% dos estudantes do IFMS já estão no mercado de trabalho enquanto 21,1% ainda não têm atividades remuneradas.

**Gráfico 3 – Estudantes sem atividades remuneradas X atividades remuneradas**



**Legenda:** dados percentuais  
 dados numéricos

Em posse desta análise, sugere-se que os estudantes do IFMS são trabalhadores e estão buscando qualificação, almejam aprimorar-se no segmento que atuam, ou estão buscando mudanças e melhores perspectivas laborais, consequentemente, melhoria de qualidade de vida. Esta reflexão poderá ser mais bem analisada no gráfico 12 que trata da motivação. Para a minoria que não tem remuneração (mas é significativa), conforme gráfico 03 entende-se que provavelmente estão procurando aprimoramento profissional, ou mesmo, conhecimentos para atuação na área a qual realizam o curso técnico.

Um ponto salientado por Manfredi (2002), é que a educação profissional e tecnológica deve estar articulada com as políticas de desenvolvimento e emprego de uma dada região, para ela toda formação profissional deveria fazer parte de uma política de emprego.

Ressalta-se ainda a autora que “[...] as iniciativas de formação ou requalificação profissional devem estar vinculadas à garantia de empregos e a ampliação de sua oferta, devendo garantir a elevação do nível cultural, científico e tecnológico dos trabalhadores - V Concut” (MANFREDI, 2002, p. 257).

A Lei de Criação dos Institutos Federais n. 11892 de 29.12.2008, em seu Art. 6º, têm como primeira finalidade e característica: “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (BRASIL, 2008).

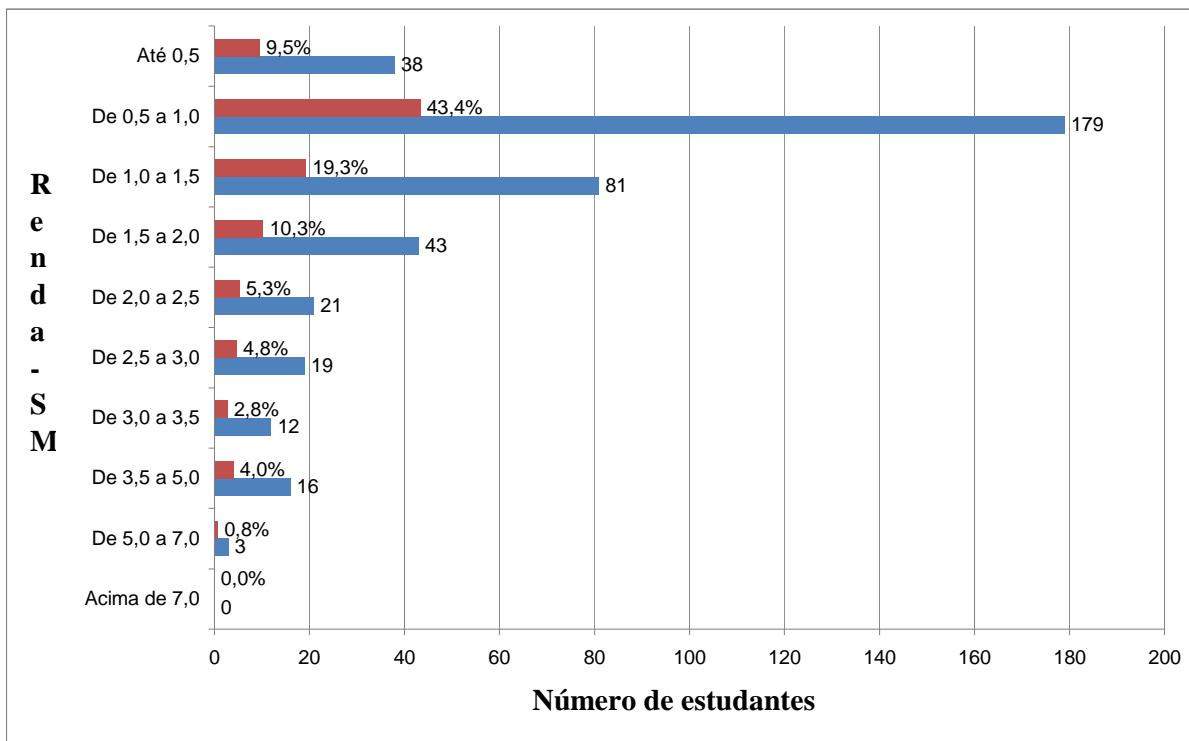
A criação dos Institutos Federais faz parte das políticas de educação do Governo Federal quanto à ampliação da educação profissional com vistas à qualificação e preparação de indivíduos para o mercado de trabalho. A proposta é que os Institutos venham a ser reconhecidos como uma ação concreta das atuais políticas para a educação brasileira. Considera que a educação profissional e tecnológica não é apenas um elemento que contribuirá para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas vem a ser um fator de fortalecimento no processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros no mercado de trabalho (PACHECO, 2011).

As Prefeituras Municipais que buscam parceria com o IFMS para realização de cursos técnicos, também têm como meta a qualificação do trabalhador, atendendo às políticas do emprego e renda a nível municipal, oportunizando ao cidadão uma transformação social por meio do acesso à educação gratuita e de qualidade.

Portanto, entende-se que ao ser disponibilizado cursos técnicos à população, o estudante do IFMS busca esta oportunidade visando realizar sua qualificação ou requalificação para evoluir e aprimorar-se e, assim, atender a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

O gráfico 04, a seguir comentado, demonstra que o estudante do IFMS, em sua maioria, percebe em média de 0,5 a 2,0 salários. Portanto, é um estudante trabalhador que sobrevive com uma baixa renda mensal, neste contexto, entende-se que a educação gratuita é a única forma que este cidadão terá para se qualificar ou requalificar e manter-se empregável, ou mesmo, um meio que terá para obter melhores perspectivas laboral.

**Gráfico 4 – Renda (Salário Mínimo) por número de estudante**



**Legenda:** dados percentuais  
 dados numéricos

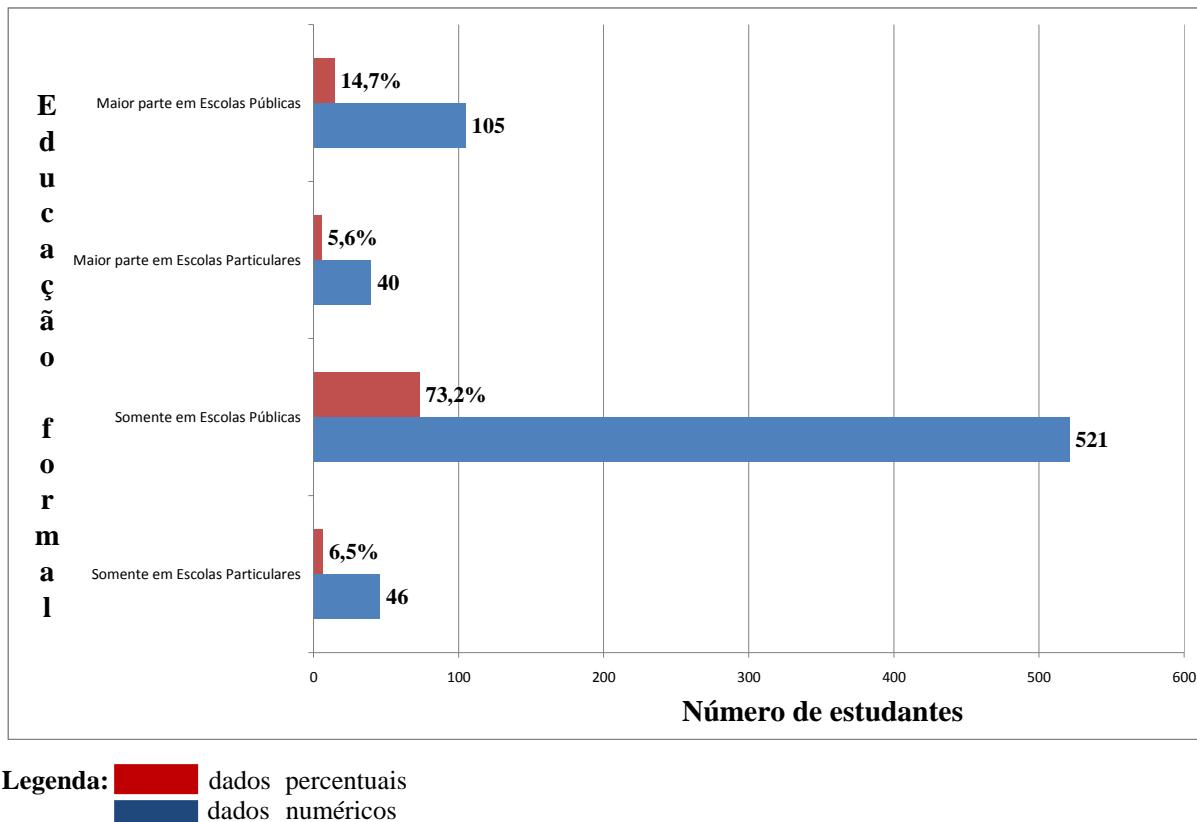
Na relação educação e trabalho, a discussão deixa de girar em torno desse eixo, para situar-se no âmbito da subjetividade dos atores e seu contexto social. Contextualizar o curso com a realidade do mundo do trabalho implica ter presente o comportamento dessa realidade. Pesquisas mostram que não há relação direta entre formação profissional específica e emprego, mas há forte vínculo entre educação e empregabilidade.

Os mais educados, independentemente da qualificação profissional, estão mais aptos a empregabilidade e melhor sobrevivem na informalidade. As empresas buscam cada vez mais profissionais com boa base educacional. “A destreza manual se agregam novas competências relacionadas com a inovação, a criatividade, o trabalho em equipe e a autonomia na tomada de decisões medida por novas tecnologias de informação” (PARECER CEB/CNE n. 16/99).

#### 4.3.4 Características dos estudantes em relação à origem de Instituição de Ensino

Um dado que pode ser considerado de extrema relevância para este estudo é a questão da origem do estudante em relação à Instituição de Ensino. O gráfico 05 nos apresenta que a maioria dos estudantes sempre estudou em escolas públicas, verifica-se que 73,2% dos mesmos nunca tiveram acesso a uma Instituição particular de ensino, porém, 26,6% dos estudantes entrevistados, em algum momento, realizaram uma pequena parte de seus estudos formais em escolas particulares.

**Gráfico 5 – Origem da Instituição de Ensino X número de estudantes**



Este dado nos remete a uma constatação importante, existe uma forte ligação com a pesquisa apresentada no gráfico 04, evidenciando-se que os estudantes do IFMS são de baixa renda, não tendo condições financeiras para investir maiores recursos em sua educação formal, ou mesmo, para seu aprimoramento profissional. Assim, o ensino gratuito que é fornecido pelo IFMS vem atender a uma carência da Educação Profissional e Tecnológica, pois a disponibilidade, até então, está mínima para a população sul-mato-grossense.

A educação profissional se apresenta como uma alternativa para pessoas de qualquer idade, crença, etnia ou mesmo classe social. As matrículas que mais crescem hoje na rede pública federal são oriundas dos cursos técnicos “[...] seja pela facilidade em ser empregado, pela aprendizagem de uma profissão, ou mesmo pela associação de ensino regular com educação profissional” (BRASIL/MEC/SETEC, 2008).

A educação, de uma forma geral, não tem sua importância apenas voltada para a promoção do desenvolvimento, mas afeta diretamente todo o campo da vida humana. Por meio da educação se possibilita o despertar da cidadania, para Freire (2001, p. 34) “[...] A prática educativa é uma dimensão necessária da prática social, como a prática produtiva, a cultural, a religiosa, etc.”. Somente por meio da educação que se consegue elevar a população de simples expectador para protagonista de sua vida.

Esta análise indica que existe o interesse por qualificação e requalificação por parte da população de baixa renda, o que faltam são os recursos financeiros. Uma vez disponibilizado cursos técnicos gratuitos, a população busca não só usufruir desta oportunidade, como também busca possibilidade de exercer sua cidadania.

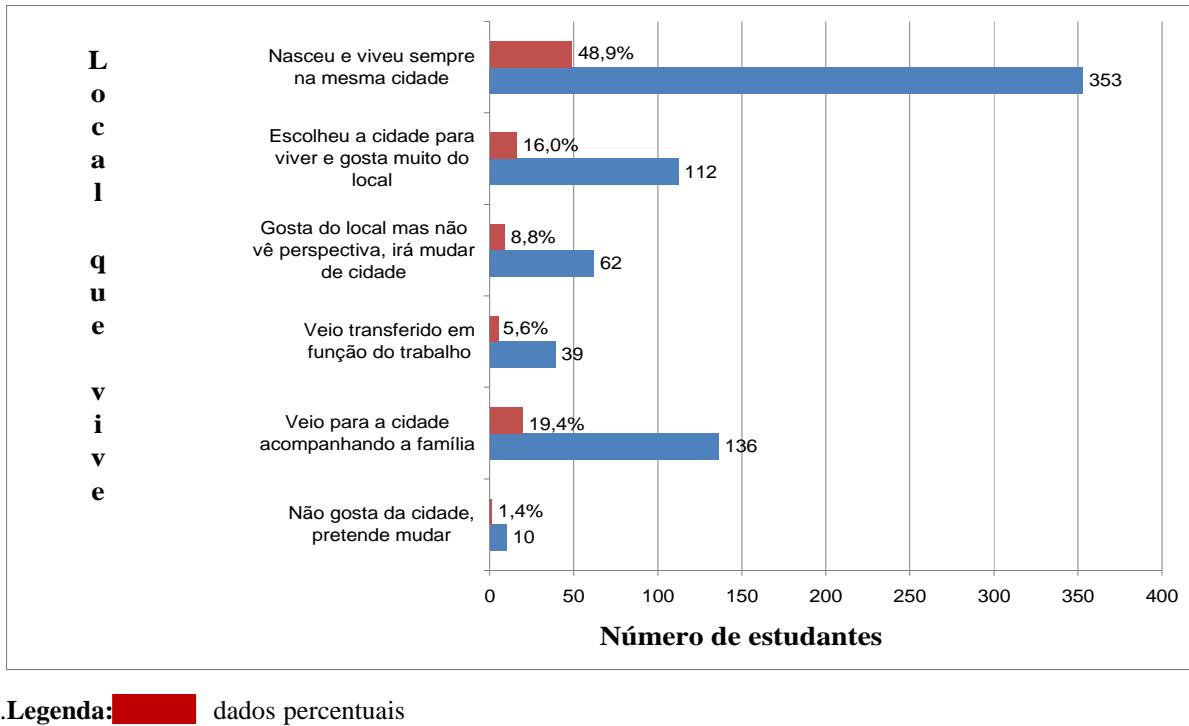
#### **4.3.5 Características dos estudantes em relação ao município que vive**

Em relação aos estudantes pesquisados quanto à localidade em que vive, verifica-se que 48% dos mesmos sempre viveram no município em que residem, seguidos de 19,4% que vieram para o município acompanhados de familiares. Encontra-se também 16% dos entrevistados que escolheram a município para viver, enquanto que 5,6% estão residindo no município em função de transferência de trabalho, 8,8% de estudantes gostam do município que vive, mas pretendem um dia mudar em função da busca por melhores perspectivas. Somente 1,4% dos estudantes entrevistados não gostam do município que vivem e anseiam por mudança.

A pesquisa sinaliza que a maior parte dos estudantes tem de certa forma, uma ligação forte com a localidade em que vive. Este espaço geográfico não é um espaço estático, e isso se expressa no dinamismo da produção humana, a qual é contínua e se originou ao longo de sua história. Tanto as formas como as estruturas de uma localidade advêm das ações humanas. Portanto, estes estudantes ao realizarem suas ações produtivas, acabam por inserir nesta

localidade, suas maneiras de viver e peculiaridades culturais, construindo laços com a localidade.

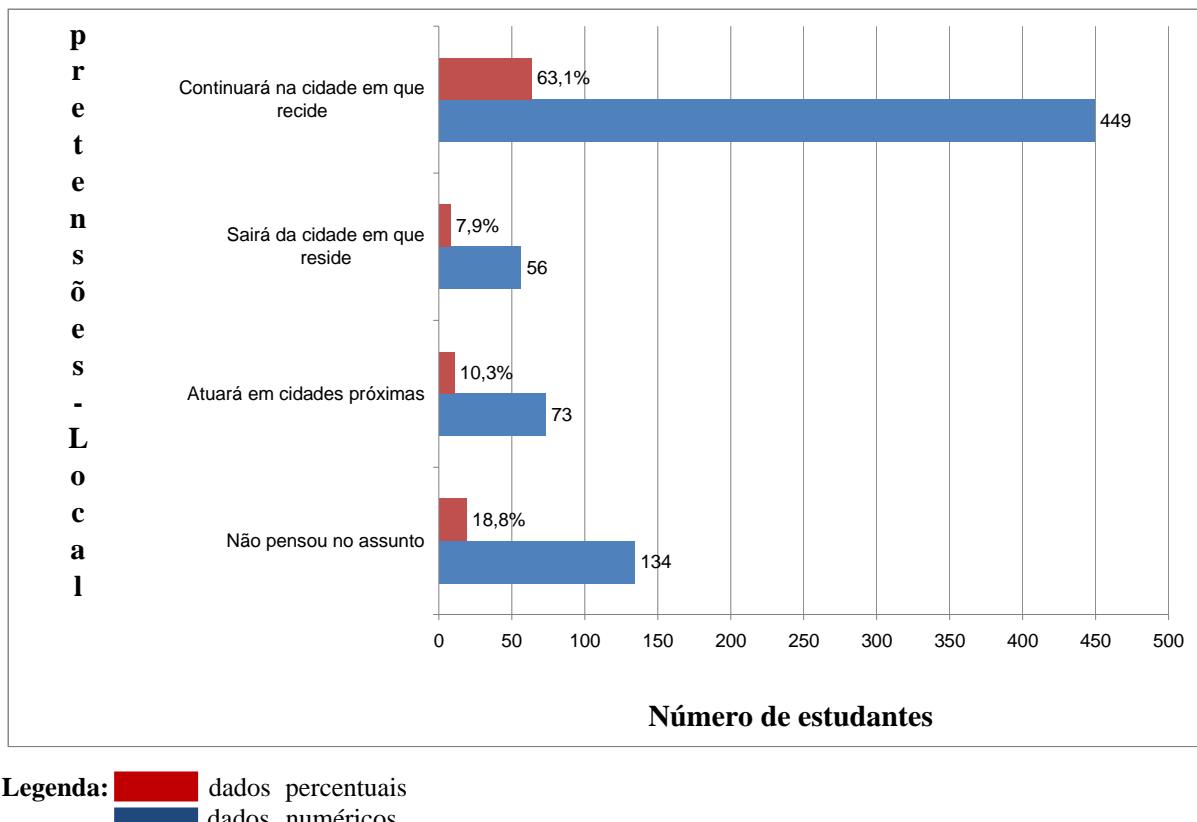
**Gráfico 6 – Estudantes X município em que vive**



**Legenda:**  dados percentuais  
 dados numéricos

Em complemento ao gráfico 06, apresenta-se a seguir o gráfico 07, este demonstra que 63,10% dos estudantes, ao concluirão pretendem continuar a viver no mesmo município. Este fato pressupõe um sentimento de pertença, sentem-se bem no local em que vivem como também se sentem parte do lugar, não querer deixar o local e gostar do município em que vive, sugere que esses estudantes acreditam que poderão vir a interferir nos rumos do lugar, uma vez que ao adquirirem novos conhecimentos irão utilizá-los no próprio local.

**Gráfico 7** – Número de estudantes X pretensões em continuar na localidade em que reside



**Legenda:**  dados percentuais  
 dados numéricos

Para Bonnemaison (2002, p. 91), “[...] a correspondência entre o homem e o lugar, entre uma sociedade e sua paisagem, está carregada de afetividade e exprime uma relação cultural no sentido amplo da palavra”.

O fato dos estudantes não externarem vontade de sair de suas localidades, indica que existe um sentimento com laços fortes em relação ao local em que vivem. Para Valle (2002), esses laços prendem o sujeito aos comportamentos e forma de vida de uma dada comunidade, levando-o a agir e sentir como participante pleno, no que se refere aos papéis sociais, normas e valores do local.

Tuan (1980, p. 5), menciona que sentimento de pertença é um “[...] elo afetivo entre pessoas e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal”. É uma crença subjetiva, une indivíduos distintos, os quais fazem parte de uma mesma coletividade e se apoiam em símbolos que expressam os mesmos valores, medos e aspirações.

No gráfico 07 encontram-se 18,8% de indecisos, que por mais que gostem do município ainda não pensaram se irão permanecer no local ou se buscarão outra localidade para sua atuação. Já 10,3% dos entrevistados continuarão a residir na localidade de origem, mas têm como pretensão atuar em localidades próximas. Apenas 7,9% dos entrevistados pretendem, ao terminar o curso, sair do município em que reside e atuar em localidades que ofereçam melhores perspectivas.

#### **4.3.6 Características do estudante em relação a EaD – Educação a Distância**

Dentre os motivos verificados em relação à opção do estudante pela metodologia a distância, verificou-se que 44,10% se dá pela falta de tempo para ficar em uma sala de aula presencial, uma vez que já foi constatado que este estudante é um trabalhador, conforme gráfico 08.

Entretanto, 22,5%, acredita que a metodologia a distância lhe proporciona maior aprendizado em virtude da utilização de ferramentas tecnológicas, 19,5% realizam o curso a distância por ser a única modalidade oferecida no município. Entre estes entende-se que existem estudantes que optariam por outra metodologia de ensino, se houvesse esta possibilidade. A falta de paciência para participar da metodologia presencial faz com que 8,6% dos estudantes optem pela metodologia a distância.

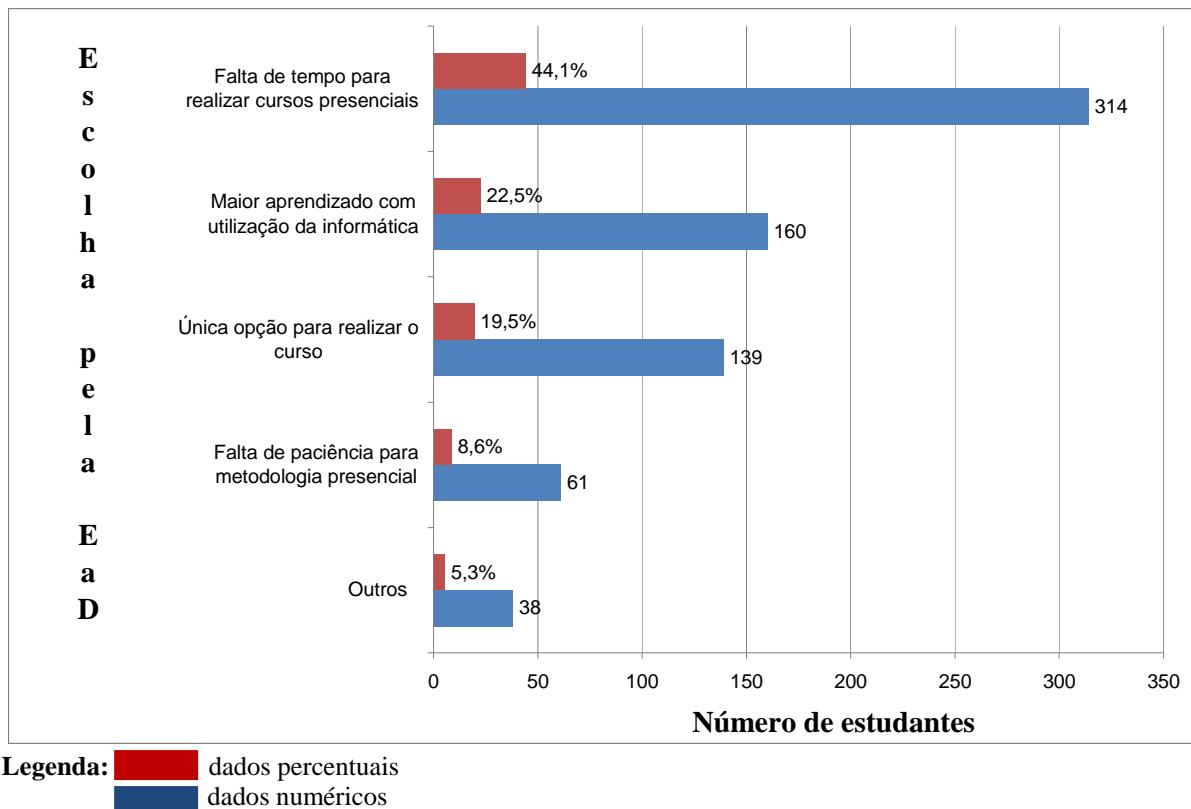
Também foram localizados 5,3% que informam outros motivos para a realização do Curso na metodologia a distância, como: oportunidade de vagas na área, curiosidade, necessidade de aprimorar conhecimentos, curso gratuito, horário ocioso e aproveitamento do tempo para angariar conhecimentos, dinamismo do curso, qualidade do ensino, praticidade pela falta de tempo, excelente oportunidade, conhecer nova modalidade de ensino, maior tempo livre para os filhos.

Outro aspecto interessante, é que alguns estudantes já realizaram uma graduação a distância e gostaram da metodologia. Dentre todas estas informações, as que tiveram maior incidência foram às questões da gratuidade e à presença somente de uma vez na semana no polo de estudo.

Para Belloni (2001), a educação a distância traz facilidade de estudo para quem trabalha, levando à formação científica e profissional para uma formação continuada, fazendo com que os trabalhadores se adaptem às exigências da vida moderna. Porém, muitos

estudantes deparam-se com dificuldades em relação à exigência da educação a distância, tais como autonomia de aprendizagem e administração e planejamento de seu tempo para estudo, sendo este um dos desafios mais importantes para as Instituições que fornecem educação a distância.

**Gráfico 8 - Motivo da escolha pela EaD X número de estudantes**



Em relação à metodologia a distância apresentada no gráfico 9, 52,2% acha difícil, mesmo assim prefere em virtude da metodologia proporcionar mais autonomia e adaptar-se ao tempo disponível do estudante, cerca de 25% dos estudantes acreditam que a metodologia a distância é mais difícil, mas não mencionam a questão do tempo e autonomia. Já 12,6% acreditam que a metodologia a distância é mais fácil que a presencial e proporciona maior autonomia e acreditam que os estudos adaptam-se melhor a seu tempo livre. Enquanto 7,4% somente mencionam a facilidade.

Entre as outras respostas encontradas estão 1,8% dos estudantes que acreditam ser uma metodologia apropriada para a vida moderna, enquanto para outros, o grau de dificuldade em relação a presencial é o mesmo, porém é uma metodologia mais flexível, algo novo e

muito positivo. No entanto, a resposta que mais teve incidência é em relação à flexibilidade de horário.

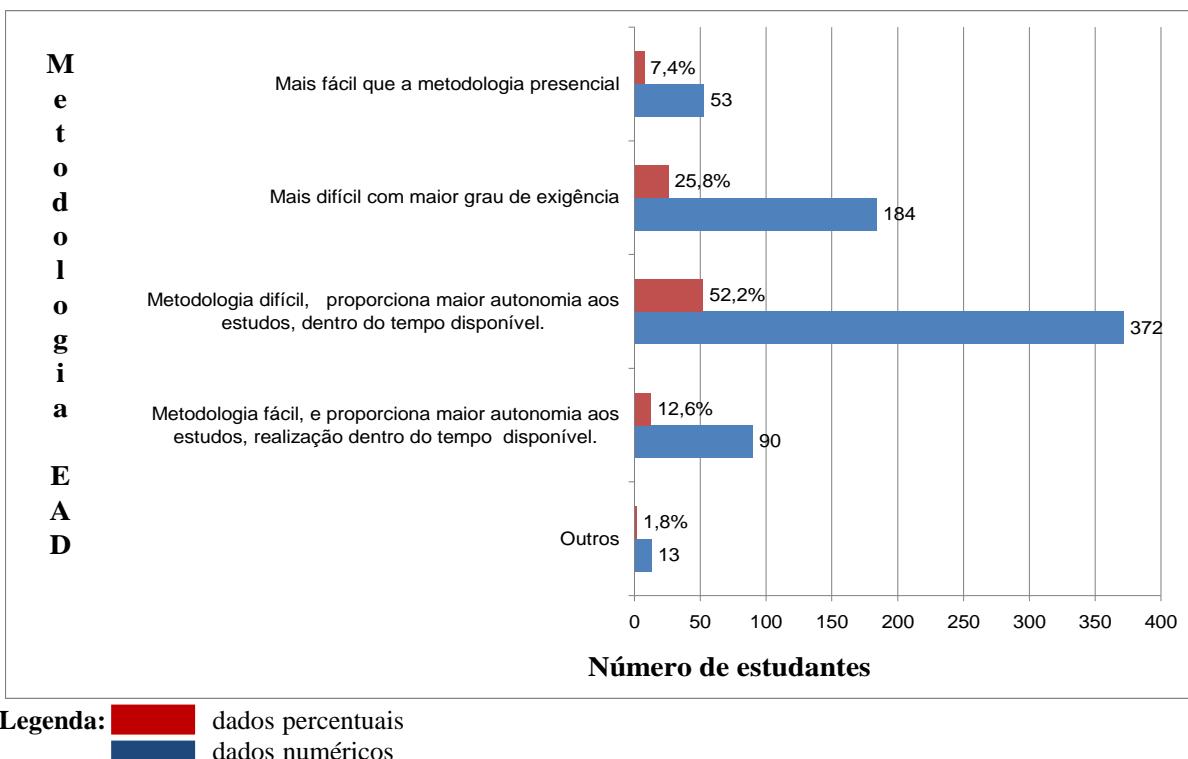
Para Moran (2000), a educação a distância esta delineando novos caminhos, ao apresentar fórmulas diferentes de organização do processo de ensino-aprendizagem. É uma maneira de inovar e testar novas formas de aprender, indo ao encontro das rápidas mudanças que se apresentam nos mais diversos campos, levando a todos a necessidade de aprender continuamente.

A educação a distância realizada pelo IFMS não implica a solução de todos os problemas relacionados à qualificação profissional, porém pode exercer importante papel para abrandar situações de dificuldades de qualificação em determinadas localidades.

Em primeiro lugar, a metodologia a distância possui enormes benefícios no que concerne ao seu acesso, principalmente pela redução de barreiras existentes pela falta de tempo e dificuldades de deslocamentos que impedem o contato do estudante com os estudos.

A flexibilidade é outra característica positiva, pois o estudante consegue realizar suas atividades dentro de seu tempo, dando a possibilidade de formação no próprio ambiente profissional ou mesmo familiar.

Pode-se também verificar a eficiência do aprendizado, uma vez que o ritmo da aprendizagem do estudante é realizado de forma individual, havendo uma maior possibilidade de aliar informações recebidas com a prática profissional. Com a disponibilidade de material didático bem elaborado e ambiente virtual de ensino e aprendizagem de fácil manuseio e com atividades que atendam as necessidades educacionais dos estudantes, a educação a distância leva o estudante a um ambiente de formação constante. Em virtude de maior flexibilidade, acaba por proporcionar ao estudante vantagens muito positivas em relação a metodologia presencial.

**Gráfico 9 - Percepção da metodologia EaD X número de estudantes**

Para Litto e Formiga (2009), a educação a distância vem a ser uma resposta às novas exigências do mercado de trabalho, pois milhares de pessoas conseguem se aperfeiçoar ou mesmo profissionalizar, utilizando-se das ferramentas tecnológicas disponíveis para realização desta metodologia de ensino. Também, possibilita aos participantes uma comunicação interativa e dinâmica independente do local onde está e do tempo disponível. Garcia (1996), ressalta que a educação a distância tem algumas funções que merecem ser destacadas: democratização do acesso a educação, a fomentação de uma educação permanente e aperfeiçoamento profissional, permite uma aprendizagem autônoma, ligada à experiência e redução de custos, possibilitando a implantação de uma educação de qualidade.

Para Vianna (2009), “[...] a educação a distância apresenta-se como um instrumento poderoso para a otimização do processo de ensino aprendizagem e para a diminuição das desigualdades das oportunidades escolares”.

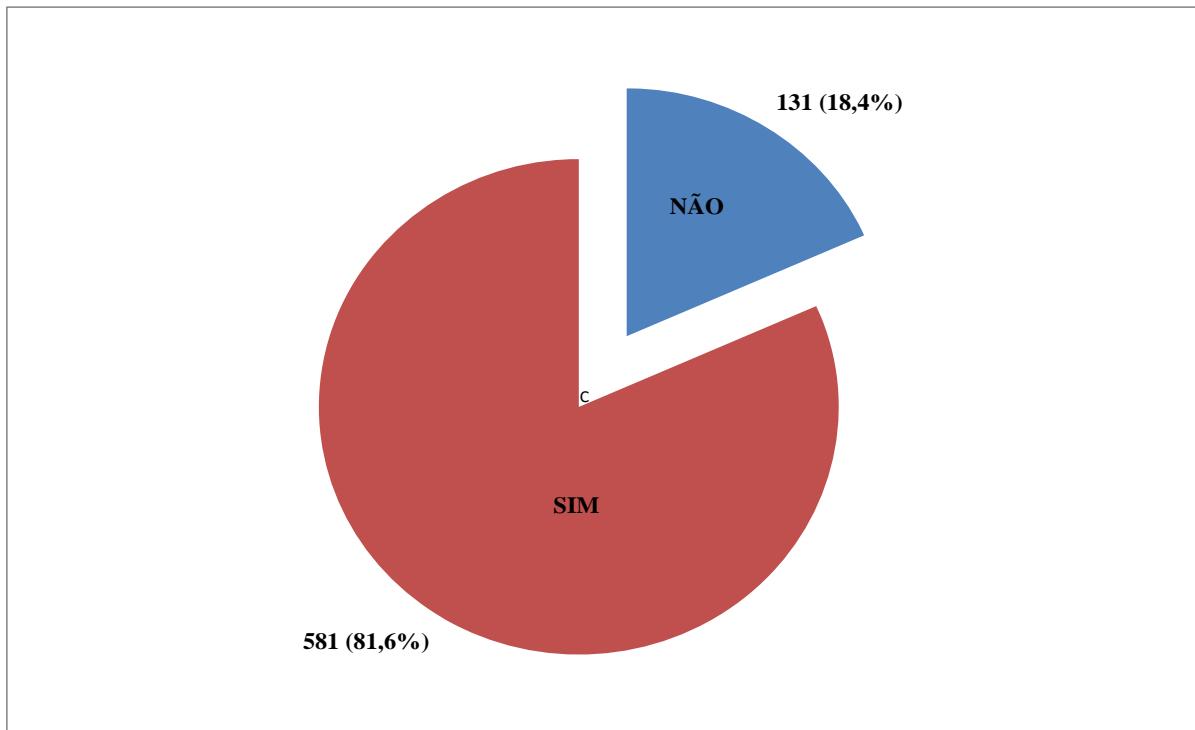
A educação a distância do IFMS, conta com a rede e-Tec Brasil, conforme Sousa (2011, p. 115), a rede e-Tec “[...] visa garantir o efetivo direito a educação e a escola de qualidade, bem como a expansão da rede de oferta dos cursos técnicos de nível médio, notadamente nas regiões de periferia de grandes centros urbanos”.

Por meio da educação a distância o IFMS poderá atender a diversos municípios que até então não havia educação profissional e tecnológica, ao estar presente em diversas localidades acaba por democratizar o acesso a educação profissional, atendendo às novas demandas da sociedade moderna, indo ao encontro da inclusão social através da educação.

Para que os estudantes da educação a distância do IFMS tenham melhores condições em seu aprendizado, por mais que nos polos de educação a distância existam laboratórios de informática, é muito importante que o estudante tenha computador em casa e internet disponível, pois são instrumentos que farão uso durante a realização de seu curso.

No gráfico 10, verifica-se que 81,6% dos estudantes do IFMS têm computador em casa, somente 18,4% não o tem, necessitando usar o computador e a internet localizados nos polos de ensino, *cibers*, ou de outros locais.

**Gráfico 10** – Número de estudantes que têm computador em casa



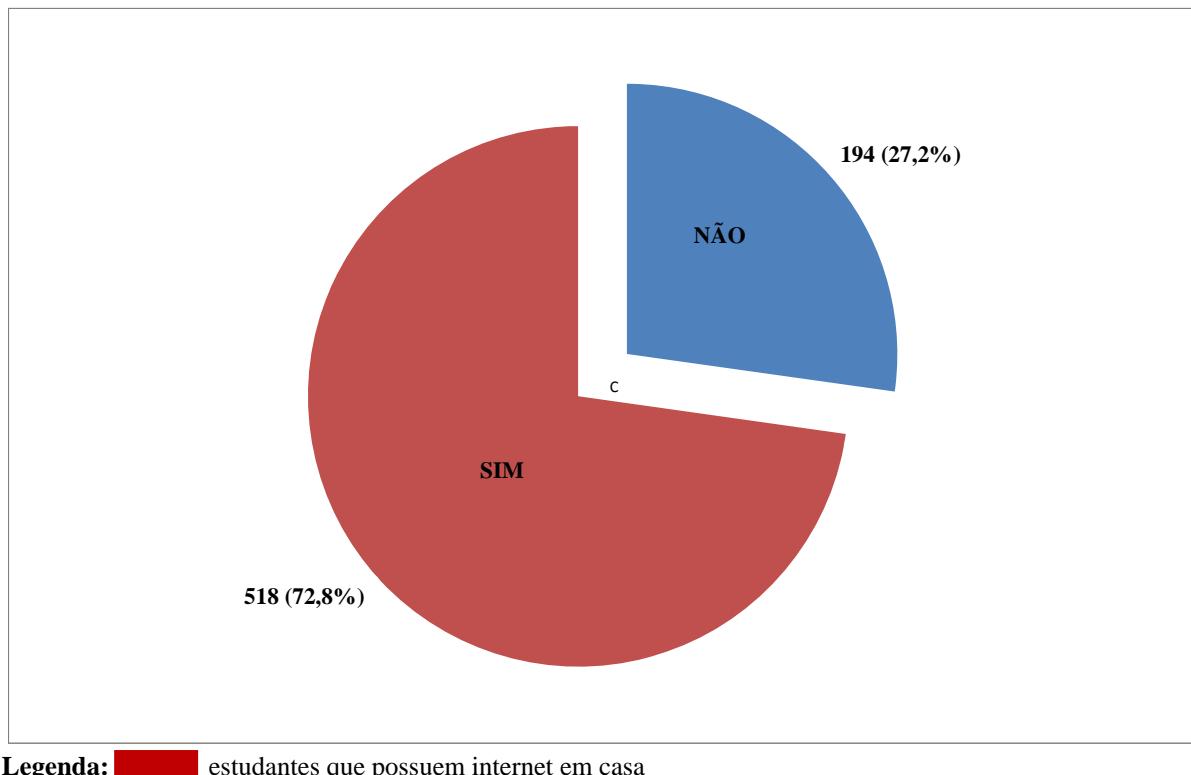
**Legenda:**  estudantes que possuem computador em casa  
 estudantes que não possuem computador em casa

Em relação a ter disponível internet em casa, dos entrevistados 81,6% têm internet em casa, enquanto 18,4% não têm acesso (ver gráfico 11).

Pode-se observar que é significativo o número de computadores e de acesso a internet por parte dos estudantes do IFMS. Segundo IBGE, a incidência de microcomputadores com acesso à internet nos domicílios brasileiros aumentou quase 40% entre 2009 e 2011, o acesso e a navegação na internet também vêm aumentando entre os brasileiros. Entre as regiões, o Centro-Oeste foi a que mais se destacou nos últimos dois anos.

Para Ferreira (2003), o computador é um elemento muito importante na educação a distância, é um acessório que dinamiza a modalidade e ajuda na capacitação e/ou formação de profissionais. No ensino a distância, a tecnologia é indispensável e possibilita que a aprendizagem ocorra através das distâncias.

**Gráfico 11 – Estudantes que possuem internet em casa**



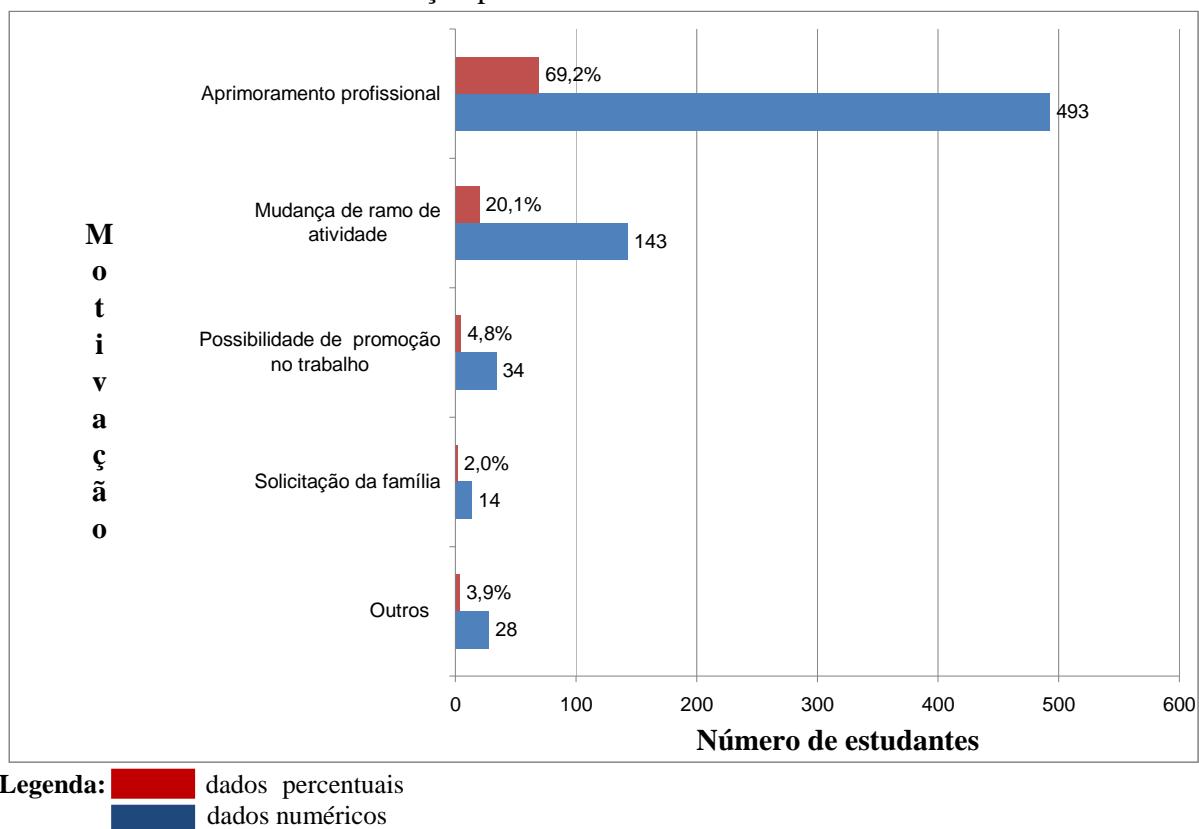
Nas últimas décadas, segundo Litto e Formiga (2009, p. 72), “[...] o aumento da comunicação humana mediada pelo computador para fins educativos levou a uma proliferação de tecnologia com o propósito de oferecer ambientes educacionais *on-line*”. O computador tem sido uma ferramenta utilizada crescentemente para realizar a comunicação humana, primordial na realização da educação a distância.

#### 4.3.7 Perspectivas para realização do Curso

Outro dado significativo encontrado trata-se dos motivos que levaram os estudantes a realizar curso técnico no IFMS, 69,2% dos mesmos buscam aprimoramento profissional, o que sugere uma melhoria em relação a seu trabalho ou mesmo, busca por melhor qualidade de vida. Enquanto 20,1% dos estudantes pretendem, ao terminar o curso, buscar uma atividade relacionada ao curso, sugere-se uma busca por novas perspectivas.

Dos alunos pesquisados, 4,8% almeja uma promoção no trabalho, para 2,0% dos pesquisados, a opção pelo curso se deu em função da solicitação da família e 3,9% informaram outros motivos, dentre eles: aquisição de mais conhecimentos, foi selecionado para o curso e resolveu fazê-lo, oportunidade para voltar a estudar, adquirir novos conhecimentos, conciliação da profissão com área de estudo, colaboração com a família que já atua na área, preparação para concurso, aumento de possibilidade para inclusão no mercado de trabalho, mas o que teve maior incidência foi a aquisição de mais conhecimentos (ver gráfico 12).

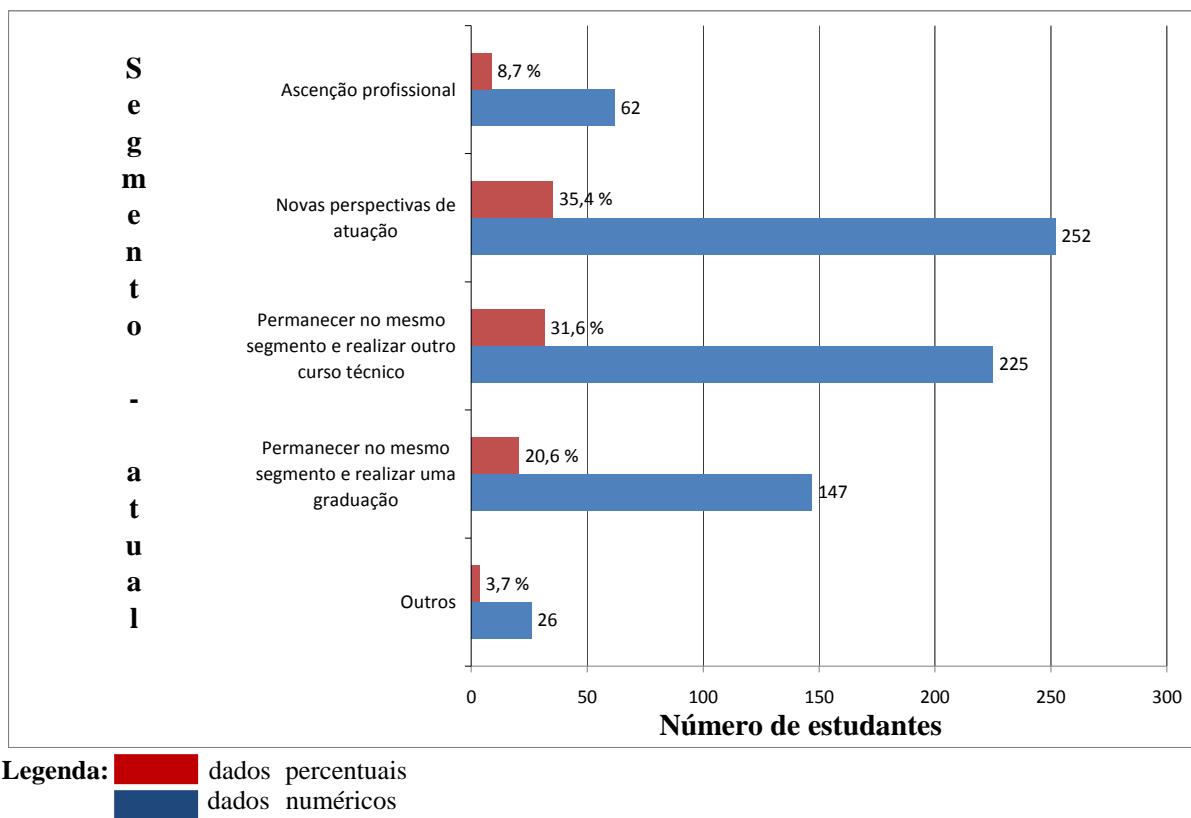
**Gráfico 12 - Motivação para realizar o curso x número de estudantes**



Ao analisar o gráfico 13 que se refere à realização do curso e o segmento em que o estudante trabalha, o qual complementa o gráfico 12, verifica-se que 34,4% têm a pretensão de deixar o segmento que atua e partir para busca de novas possibilidades de atuação, enquanto 31,6% pretende continuar no mesmo segmento, porém, não pretendem parar de qualificar-se, reforçando a pretensão em realizar outros cursos técnicos.

Verifica-se que 20,6% tem interesse em continuar no mesmo segmento de atuação, mas irão realizar uma graduação. Os que aguardam uma ascensão profissional decorrente desta capacitação encontraram-se 8,7% dos entrevistados. Por fim, 3,7% dos entrevistados verificam outras possibilidades em relação ao segmento que atua, dentre elas estão: prestar concurso, continuar no segmento e buscar novos conhecimentos em outras áreas, aplicar conhecimentos adquiridos em seu próprio negócio, aprimorar em seu segmento atual, oportunidade para mudar de segmento de atuação, conciliar o trabalho com uma segunda atividade a fim de complementar a renda atual. Com maior incidência encontramos a realização do curso para obter uma atividade paralela e aumentar a renda.

**Gráfico 13 - Realização do Curso X segmento atual em que trabalha**



O Brasil passa hoje por uma crise no mercado de trabalho, tornando-se obrigatório, por parte do governo, a implementação de políticas públicas para amenizar o problema.

A falta de qualificação profissional é algo que está em evidência, uma vez que a mídia divulga amplamente a necessidade de trabalhadores para assumir vagas existentes, mas não há mão de obra especializada para atuação. As universidades colocam no mercado indivíduos que não estão preparados para atuação técnica, ficando este vácuo no mercado de trabalho. Uma das metas do Governo Federal com a expansão da educação profissional vem ao encontro de sanar esta deficiência quanto à qualificação técnica profissional.

A pesquisa apresentada no gráfico 13 demonstra claramente que os estudantes do IFMS, em sua maioria, não almejam realizar uma graduação, mas sim, outros cursos técnicos. Mesmo os que pretendem mudar de ramo de atuação, também não demonstram interesse na realização de uma graduação.

Este é um fator que chama muito a atenção, uma vez nos municípios pesquisados, todas têm cursos de graduação à distância sendo fornecido por universidades particulares, como também, em algumas desses municípios, há graduação presencial fornecida por instituições públicas.

A pesquisa não fornece dados suficientes para realizar uma análise mais profunda em relação a este fato, pode-se afirmar que este estudante é um cidadão trabalhador e de baixa renda, mas não há subsídios para analisar se a questão do não interesse por uma graduação está ligada a uma possível baixa de ambição e baixa estima, ou se a realização de mais cursos técnicos encontra-se justamente numa ambição de melhorias na área em que atua, e que para ele hoje a qualificação técnica lhe permite maiores possibilidades do que a realização de uma graduação.

Segundo Blass (2000), a cultura do trabalho compreende-se de múltiplas faces, em que há confluências e sobreposições de tradições, hábitos e valores culturais herdados, como também experiências históricas que fazem parte das lutas sociais dos trabalhadores, isso leva os mesmos a buscar novos ressignificados em seus diferentes contextos históricos.

Sugere-se, portanto, que os cursos técnicos em educação a distância do IFMS, ao estarem presentes nos diversos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, cumprem seu papel quanto à qualificação e requalificação profissional deste público, que opta por cursos técnicos na busca de seu aprimorando, disponibilizando educação gratuita e de qualidade.

O IFMS, assim como os demais Institutos, busca “[...] a elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político cultural de sua região de abrangência” (PACHECO, 2011, p. 22).

Quanto ao monitoramento, anualmente é realizado um levantamento sócio econômico nas regiões que os cursos estão inseridos, além disso, já foi implantada uma avaliação constante dos cursos, polos, necessidades locais, etc. pelo e-Tec Brasil, contando com um bolsista ligado diretamente à Coordenação Geral da educação a distância no IFMS, para a realização deste importante trabalho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Um dos preceitos básicos dos Institutos Federais, após sua reformulação em 2008, é atuar no sentido do desenvolvimento local e regional, tendo como perspectiva a construção da cidadania.

É importante refletir que a comunidade local pode ser percebida pelas suas características de cidadania, especialmente no que tange aos valores da democracia determinada pelo território, ou pelos valores cívicos conhecidos publicamente que acabam por gerar uma cidadania ativa. O local passa a ser conhecido como *lócus* identitário, onde se cultivam tradições e se expressam a cultura da localidade.

Nesta perspectiva, verifica-se que o desenvolvimento local se concebe a partir da cidadania, sendo para isso necessário compreender as potencialidades e os atributos cívicos (para a cidadania), tais como: participação local em atividades relacionadas à cultura, economia, política, religiosidade e sociabilidade da localidade.

O IFMS, em consonância com a Lei 11.892 de 29.12.2008 de criação dos Institutos Federais, antes de iniciar suas atividades nos municípios que terá um *Campus*, realiza uma audiência pública para que a comunidade e governantes possam definir os cursos a serem oferecidos, de acordo com a vocação da localidade. Esse diálogo com a realidade local tem como meta atender à demanda do lugar a fim de que se supra uma carência profissional da localidade e de seu entorno. A proposta de ação dos Institutos Federais está baseada no entendimento que é no local e regional que se concentra o universal, uma vez que a interferência do local altera a esfera global.

Pensar o local nos leva a realizar algumas reflexões sobre território, em uma análise social, uma vez que o território somente poderá ser conceituado no momento em que faz uso dele, ou quando se pensa junto dos sujeitos que fazem uso dele. São esses sujeitos que permanentemente irão dialogar com esse território em uso. É nesse momento que se inclui os diálogo com a natureza, com o cultural, com a herança social e com a sociedade em seu movimento presente.

Logo, o IFMS ao chegar a uma localidade dialoga com a comunidade, passa a compreender e atuar nesse território. Na realidade, quando se verifica a atuação da educação a distância do IFMS, percebe-se que ela se constitui como uma rede de interação, essa interação se dá entre diversos componentes (polos presenciais/*Campus*/professores /tutores/estudantes/ambiente de aprendizagem/etc.) que acaba por constituir-se no próprio território de aprendizagem, o qual é administrado pelo IFMS.

A criação dos Institutos Federais também deixa muito clara a sua atuação como rede social. A rede é constituída das relações sociais que estão presentes em uma determinada localidade, dando a oportunidade ao compartilhamento de ideias, levando à formação de uma cultura de participação, ao mesmo tempo em que, ao assimilar novos elementos, acaba por ter permanente renovação. Pode-se entender que esta rede estará em constante movimento, atuando regionalmente, porém com uma missão nacional.

A proposta dos Institutos é o compartilhamento real em uma rede multilateral e dinâmica, e que isso irá ocorrer a partir de postura dialógica, tendo como objetivo a reestruturação de laços humanos, os quais se diluíram de algumas décadas para cá.

Deste modo, verifica-se que a educação a distância do IFMS vem ao encontro da construção de uma rede social por meio da tecnologia, uma vez que os estudantes realizam trocas de informações dentro desta rede (estudantes, tutores, professores, *Campus*, etc.) e constroem relações, tendo como suporte o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). As novas tecnologias de informação e comunicação, mediadas pelos computadores, internet e polos presenciais, acabam por sedimentar esta rede.

Por meio da educação profissional e tecnológica oferecida a distância, o IFMS fornece qualificação e requalificação de acordo com a realidade local, para municípios que antes não tinham acesso a educação profissional e tecnológica. Torna-se, portanto, um instrumento de mudança, sugerindo que no futuro, o estudante que optou por uma qualificação ou requalificação profissional, também adquira uma melhor qualidade de vida, o que refletirá em melhorias para o município.

Nas pesquisas realizadas junto aos estudantes, observou-se que a maioria é do sexo feminino, busca qualificação profissional e visa continuar no mesmo segmento de atuação e qualificando-se, ou mesmo, pretendem utilizar-se do curso realizado para mudar de segmento de ação. Buscam novas perspectivas laborais, mas o que chama atenção é que poucos pretendem fazer uma graduação, ao passo que a maioria pretende continuar a se qualificar realizando mais cursos técnicos.

Os estudantes, em sua maioria, têm a pretensão de continuar no município em que vivem, podendo atuar em municípios vizinhos, mas não sentem a necessidade de sair de suas localidades, observa-se que há uma forte ligação dos estudantes com as localidades em que residem. Isso sugere além de um sentimento de pertença, a preocupação em aplicar os novos conhecimentos adquiridos nestes locais, abrindo perspectivas de potencialidades e desenvolvimento local.

A pesquisa igualmente nos revela que o estudante do IFMS é trabalhador de baixa renda e que somente consegue qualificar-se profissionalmente por intermédio de instituições que lhe permitam desenvolver-se por meio de uma educação gratuita. É um estudante oriundo de escolas públicas, a maioria nunca estudou em escolas particulares.

Quanto à escolha pela metodologia a distância, os estudantes ressaltam não ter tempo para ficar em sala de aula e observam que as ferramentas tecnológicas lhes proporcionam maiores conhecimentos e autonomia. Percebe-se que tem grande peso a flexibilidade proporcionada pela educação a distância, visto que é uma possibilidade de melhor compatibilizar o horário dos estudos com o do trabalho.

Em posse das respostas advindas das pesquisas, entende-se que o atendimento disponibilizado aos estudantes pelo IFMS está no caminho para atender às propostas que alicerçam os Institutos Federais. Estes pretendem, enquanto instituições de educação profissional e tecnológica, conforme sua Lei de implantação, comprometer-se com o desenvolvimento local e regional, pois a disponibilidade dos cursos nos locais em que se tem *Campus* ocorre de acordo com a vocação produtiva de seu *Lócus*, uma vez que se busca qualificar para que haja maior inserção de mão de obra qualificada no mesmo espaço.

Em relação à educação a distância, o IFMS disponibiliza cursos tanto para qualificação para indústrias e construção civil, quanto para atender as diversas prestações de serviços. As Prefeituras, de acordo com as carências locais, realizam parcerias com o IFMS a fim de capacitar a comunidade.

A oferta da modalidade a distância pelo IFMS se torna flexível em sua abrangência, pois um curso poderá atender em um determinado período um conjunto de municípios e, em outro momento, a outro conjunto de municípios, tudo dependerá da demanda local e das necessidades que este local está vivenciando. Esse fato proporciona aos governos municipais um melhor planejamento para atender demandas locais em relação a profissionais qualificados.

O IFMS está há dois anos em funcionamento, praticamente, iniciando suas atividades, diferente de muitos outros Institutos que, com nomenclaturas diferentes, já estão presentes há mais de 100 anos. Portanto, há um grande desafio pela frente, o de consolidar-se como propulsor de desenvolvimento local, para que possa, conforme a proposta de sua criação, tornar-se referência em espaço coletivo, como também constituir-se em um vivencia democrática.

Deste modo, pode-se verificar indícios fortes de que o IFMS, por meio da educação profissional e tecnológica, atuando nas localidades que têm *Campus* e com a educação a distância presente tanto nos *Campus* como nos polos em diversos municípios, poderá ser um instrumento propulsor de desenvolvimento local, ao assegurar caráter científico e educativo à formação profissional aliada a uma formação cidadã.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Lucinéia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, p. 85-90. Disponível em: <[http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista\\_PDF\\_Doc/2011/Artigo\\_07.pdf](http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf)>. Acesso em: 22 mar.2012.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação**. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, 1. Campo Grande, novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/colloquio/arquivos/Fideles.pdf>>.

\_\_\_\_\_. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral, CE: Edições UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú), 2006.

\_\_\_\_\_. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 63-76, 2000.

BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Djalma (Orgs.). **Desenvolvimento regional, democracia local e capital social**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2008.

BARTLE, Phil. **O que é comunidade?** Uma perspectiva sociológica. Disponível no em: <<http://www.scn.org/mpfc/whatcomp.htm>>. Acesso em: 10 mar.2012. Traduzido por Sofia Ferreira Fernandes, última atualização em 2008.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

BLASS, Leila M. da Silva. **A formação multicultural do trabalhador assalariado brasileiro: o invisível pertinente**. São Paulo: PUC, 2000.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDALH, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BORGES Graziela Scopel; BERNARTT, Maria de Lourdes. **Educação e desenvolvimento local**. Disponível em: <[http://www.famper.com.br/site/downloads/artigos\\_pdf/05.pdf](http://www.famper.com.br/site/downloads/artigos_pdf/05.pdf)>. Acesso em: 12 jul.2012.

BRANDÃO, José Carlos. **O que é educação?** 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 5 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal Brasileira de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitucional/constitucional.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constitucional.htm)>. Acesso em: 23 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 6.303, de 12 de dezembro de 2007.** Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942.** Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm)>. Acesso em: 30 maio 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946 - DOU DE 12/01/1946.** Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/24/1946/8621.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.534, de 25 de outubro de 2007.** Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11534.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11534.htm)>. Acesso em: 20 maio 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3552.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.731, de 16 de novembro de 1993.** Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8731.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8731.htm)>. Acesso em: 27 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. LEI N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. **DOU**, Brasília, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**, 2010. Disponível em: <[www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)>. Acesso em: 29 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n. 11/2008**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, SETEC. **Uma conquista de todos os brasileiros**. 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/folheto\\_setec.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/folheto_setec.pdf)>. Acesso em: 2 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB n. 16/99**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_parecer1699.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer1699.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <[www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)>. Acesso em: 29 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação a distância (SEED). **Referenciais de qualidade para educação a distância**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12777%3Areferenciais-de-qualidade-para-EAD&catid=193%3Aseed-educacao-a- distancia&Itemid=865](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12777%3Areferenciais-de-qualidade-para-EAD&catid=193%3Aseed-educacao-a- distancia&Itemid=865)>. Acesso em: 5 julho 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109758/lei-8948-94>>. Acesso em: 20 ab. 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei 60.731, de 19 de maio de 1967**. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. (Revogado). Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/116000/decreto-60731-67>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), n. 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, n. 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e n. 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/lei/12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/lei/12513.htm)>. Acesso em: 2 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, 2012**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. SETEC. **Arquivos históricos centenários**. 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei da Câmara n. 70/2005.** Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=74737](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=74737)>. Acesso em: 20 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 2, n. 2, nov. 2009.

BROSTOLIN, Marta Regina. Educação e desenvolvimento: uma parceria necessária na construção da emancipação sociocultural das populações indígenas. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 21-24, set. 2002. Disponível em: <[http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/36235\\_4555.PDF](http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/36235_4555.PDF)>. Acesso em: 3 abr. 2012.

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. Tradução Roneide Venâncio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardi. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTILHO Maria Augusta de; ARENHARDT, Mauro Mallmann; LE BOURLEGAT Cleonice Alexandre. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 159-169, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v10n2/v10n2a04>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

CORRÊA, Juliana (Org.). **Educação a distância**: orientações metodológicas. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Protagonismo juvenil**: adolescência, educação e participação demográfica. Belo Horizonte: Fundação Odebrecht, 1996.

COSTA, Karla da Silva; FARIA, Geniana Guimarães. EAD: sua origem histórica, evolução e atualidade brasileira face ao paradigma da educação presencial. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, maio 2008. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008104927AM.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2012.

COUTO, Sueli. **Qué es el Desarrollo Local. Inédito**, 2006. Disponível em: <[http://www.unilibrecalei.edu.co/programa-economia/%5Cimages%5Cstories%5Cforma\\_altonivel%5CQue\\_es\\_DL\\_Couto\\_Sueli.pdf](http://www.unilibrecalei.edu.co/programa-economia/%5Cimages%5Cstories%5Cforma_altonivel%5CQue_es_DL_Couto_Sueli.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2012.

FERREIRA, J. H. **Integração**: educação, tecnologia e sociedade. 2003. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/EAD/INTEGRA CAO.PDF](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/INTEGRA CAO.PDF)>. Acesso em: 3 fev. 2013.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FURTADO, Celso. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GARCIA, S. R. O. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: **Trabalho e Crítica** - anuário do GT Trabalho e Educação da ANPEd. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade pessoal**. Vieira, Portugal: Celta, 1997.

GIRARDO, Cristiana. **Desarrollo local y formación**: hacia una mirada integral de la formación de los jóvenes para el trabajo. 2002. Disponível em: <<http://ilo-mirror.library.ornell.edu/public/spanish/region/ampro/cinterfor/publ/ibarrola/index.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

GOLDSMITH, M. **Comunicações Globais e Comunidades por escolha**. In: HESSELBEIN, Frances; GOLDSMITH, Marschall; BECKHARD, Richard; SCHUBERT, Richard F. **A comunidade do futuro**. Tradução Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Futura, 2001. p. 107-119. Título original: The community of the future.

GONÇALVES, Adilson Luiz. O trabalho docente num contexto híbrido: presencial x virtual. **Colabor@** - Revista Digital da CVA-RICESU, v. 6, n. 21, 2009. Disponível em: <<http://pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/índex>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

HAGUENAUER, Cristina; MUSSI, Marcus. Comunicação e Interatividade em AVA: um estudo de caso. **Revista Educacaonline**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.latec.ufrj.br/revistaeducaonline/editorial.html>>. Acesso em: 5 maio 2011.

HARASIM, Linda. **Redes de aprendizagem**. Um guia para ensino e aprendizagem on-line. São Paulo: Senac, 2005.

HENRI, F.; PUDELKO, B. Understanding and analyzing activity and learning in virtual communities. **Journal of Computer Assisted Learning**, n. 19, p. 474-487, 2003.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Guia do Candidato IFMS**, 2010. Disponível em: <<http://www.ifms.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/Guia-do-Candidato.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFPR). **Dados históricos**. Disponível em: <[www.ifpr.edu.br](http://www.ifpr.edu.br)>. Acesso em: 2 maio 2012.

LANDIM, Cláudia M. das M. P. F. **Educação a distância**: algumas considerações. Rio de Janeiro: [s.n ], 1997.

LEITE, Vera Lúcia. A morte do diploma nacional: ou de como fica a certificação no ciberespaço? **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 154, p. 29-37, jun./set. 2001.

LEVY, P. **A ideografia dinâmica**: rumo a uma imaginação artificial? Tradução de Marcos Marcionilo e Saulo Krieger. São Paulo: Loyola, 1998. Título original: L'idéographie Dynamique: Vers une imagination artificielle?

\_\_\_\_\_. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo: Editora 34, 2004.

\_\_\_\_\_. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 2. ed. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1999. Título original: L'intelligence collective. Pour une anthropologie Du cyberspace.

LITTO, Frederich Michael; FORMIGA, Manoel Marcos Maciel. **Educação a distância**: o estudo da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

LUCCI, Elian Alabi. Uma visão premonitória. Homenagem ao geógrafo Milton Santos. **Revista Mirandum**, ano VI, n. 13, 2002. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/mirand13/index.htm>>. Acesso em: 20 maio 2012.

MANFREDI, Silvia. Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARQUES, Heitor Romero. Desarrollo local a escala humana. **Polis – Revista Acadêmica da Universidad Bolivariana**, Chile, v. 8, n. 22, 2009.

MEHLECKE, Liane; TAROUCO, Margarida Rockenbach; QUERTE, Teresinha Conzi. Ambientes de suporte para educação a distância: a mediação para a aprendizagem cooperativa. **Revista Novas Tecnologias**, v. 1, n. 1, fev. 2003.

MILANI, Carlos. **Teorias do capital social e desenvolvimento local**: lições a partir da experiência de Pintadas, Bahia, Brasil, 2002. Disponível em: <[http://www.adm.ufba.br/apesqnepol\\_capital.htm](http://www.adm.ufba.br/apesqnepol_capital.htm)>. Acesso em: 20 jan.2012.

MORAN, José Manoel. **O que é educação a distância**. 2002. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio Rogers; MOTTA, Raúl Domingues. **Educar na era planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. Elaborado para a UNESCO; tradução Sandra Trabucco Valenzuela; revisão técnica da tradução Edgard de Assis Carvalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2009.

MUGNOL, Marcio. A educação a distância no Brasil: conceitos e fundamentos. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009.

NISKIER, A. **Educação a distância**: a tecnologia da esperança. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

NUNES, Ivônio Barros. Noções de educação a distância. **Educação à Distância**, Brasília, INED, v. 3, n. 4 e 5, p. 7-25, dez. 1993/abr. 1994. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos\\_teses/EAD/NOCOESEAD.PDF](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/EAD/NOCOESEAD.PDF)>. Acesso em: 12 jan. 2012.

OKADA, A. Aprendizagem aberta e estratégias de webconferência. **Revista CoLearn**, Projeto OpenLearn, v. 1, n. 1, p. 01-06, nov. 2008. Disponível em: <<http://labspace.open.ac.uk/mod/resource/view.php?id=348366&direct=1>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

OLIVEIRA, Marlene. **Metodologia em EaD**. Caderno elaborado pelo Instituto Federal do Paraná. Sistema Rede e-Tec Brasil – Ministério da Educação, 2011.

PACHECO, E. **Institutos federais**: uma revolução na educação tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. **O aluno virtual**: um guia para se trabalhar com estudantes *online*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PARECER CNE/CEB n. 16/99. **Educação Profissional de Nível Técnico**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_parecer1699.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer1699.pdf)> Acesso em: 24 jun. 2012.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PRESTES, Emilia Maria da T. Educação e trabalho: requisitos do desenvolvimento e da sustentabilidade. **Espaço do Currículo**, v. 2, n. 1, p. 23-43, mar./sete. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/download/3682/3002>>. Acesso em: 3 fev. 2013.

QUONIAM, Rui Leandro Maia; CAMELO, Cláudia; TRIGO, Miguel. Educação e formação ao longo da vida: progressão na carreira e certificação de competências. ENCONTRO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA BRASIL/EUROPA, 1. **Actas...** 2010. p. 153-164. Disponível em: <<http://homepage.ufp.pt/biblioteca/EDUCOR/PDFs/016.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REBS, Rebeca Recuero. **Em busca do território virtual de origem**: dos lugares concretos para os lugares virtuais. SIMPÓSIO NACIONAL ABCIBER, 3. ESPM/SP, 2009. Disponível em: <[http://www.abciber.com.br/simposio2009/trabalhos/analisis/pdf/artigos/1\\_redes/eixo1\\_art48.pdf](http://www.abciber.com.br/simposio2009/trabalhos/analisis/pdf/artigos/1_redes/eixo1_art48.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2011.

RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, p. 1-25, abr. 1979.

FUNDAÇÃO DE CULTURA DO MATO GROSSO DO SUL. **Revista Cultura em MS**, n. 3, 2010. Disponível em: <<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/controle>ShowFile.php?id=76245>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

RHEINGOLD, Howard. **A comunidade virtual**. Tradução de Helder Aranha. Lisboa: Gradiva, 1996. Introd. e cap. 1. Título original: The Virtual Community.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SARAIWA, Karla. **Educação a distância**: outros tempos, outros espaços. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2010.

SILVA, Caetana Juracy Resende (Org.). **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Brasília: IFRN, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task)>. Acesso em: 2 out. 2012.

SOUZA, Antônia de Abreu; NUNES, Claudio Ricardo Gomes de Lima; OLIVEIRA Elenice Gomes de. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SOUZA, Maria de Fátima Guerra de. **Fundamentos de educação a distância**: módulo integrado II. Brasília: SESI DN, 2000.

SOUZA, Maria de Fátima Guerra de; NUNES, Ivônio Barros. **Fundamentos da educação a distância**. Brasília: SESI, 2000.

TUAN, Yu-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

VALENTINE, Carla Beatriz; FAGUNDES, Léa da Cruz. Ambientes Virtuais de Aprendizagem: sistema, organização e interação. **Informática na Educação**: teoria e prática, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 109-117, 2001.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

WENGER, E. **Communities of Practice**: Learning, Meaning and Identity. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

VIANNA, José Antonio. Educação a distância: inclusão e mobilidade social. **Revista Científica Internacional: Inter Science Place**, ano 2, n. 05, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.interscienceplace.org/interscienceplace/article/download/54/59>>.

YAZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**. São Paulo: Contexto, 2002.

ZAPATA, Tânia. **Estratégias de desenvolvimento local**. PNUD, 2005. Disponível em: <<http://www.sesirs.org.br/conferencia/conferencia2005/papers/zapata.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

## Outros sites pesquisados

<http://www.semac.ms.gov.br/controle>ShowFile.php?id=31288>  
<http://www.ibge.gov.br/home/>  
<http://www.ifms.edu.br>  
<http://www.ifpr.edu.br>

## **APÊNDICES**



(  ) por ser uma metodologia fácil, consigo realizar tudo com muita tranqüilidade na hora que quero, no tempo que posso.

(  ) outros

Motivo:

8) Em relação ao segmento em que trabalha, ao terminar o Curso você pretende:

(  ) almejo uma promoção em meu trabalho

(  ) mudarei de segmento de atuação, o curso me propicia melhores perspectivas

(  ) permanecerei no mesmo segmento e realizarei outros cursos técnicos para continuar me aprimorando

(  ) permanecerei no mesmo segmento e realizar uma graduação

(  ) outros

Motivo:

9) Estudantes com atividades remuneradas: 252 (80,51 % ) - Não trabalham 61 (19,49%)

10) Renda Mensal:

Salários Mínimos	
Até 0,5	
De 0,5 a 1,0	
De 1,0 a 1,5	
De 1,5 a 2,0	
De 2,0 a 2,5	
De 2,5 a 3,0	
De 3,0 a 3,5	
De 3,5 a 5,0	
De 5,0 a 7,0	
Acima de 7,0	

11) Possui computador em casa?

SIM (  ) NÃO (  )

12) Possui internet em casa?

SIM (  ) NÃO (  )

13) Estudantes que Cursaram Ensino Médio em Escola Pública

(  ) Somente em escola pública

(  ) Maior parte em escola pública

(  ) Somente em escola particular